

Dossiê UFSC

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
Jornalismo UFSC 2016.1

Dossiê UFSC
As ações da ditadura na
Universidade Federal de
Santa Catarina

Mateus Bandeira Vargas

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
JORNALISMO UFSC - 2016.1**

ORIENTADOR

Mauro César Silveira

TEXTO E EDIÇÃO

Mateus Bandeira Vargas

CAPA

Cintya Maziero Ramlov

IMPRESSÃO

Postmix

FOTO DE CAPA

Agecom/UFSC (Novembrada)

Sumário

1ª parte: O Golpe.....	10
2ª parte: Fogueira.....	24
3ª parte: Ressaca.....	50
4ª parte: Golpe sobre golpe.....	70
5ª parte:ASI/UFSC revela as entranhas da universidade.....	94
6ª parte: Tortura.....	130
7ª parte: Água no chope de Figueiredo...	154
8ª parte: O último que sair apague a luz.	172
Apêndice.....	178
Notas.....	181
Bibliografia.....	187

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI – Ato Institucional
AI-2 – Ato Institucional nº 2
AI-5 – Ato Institucional nº 5
ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
ADPF – Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal
ALESC – Assembleia Legislativa de Santa Catarina
AM – Auditoria Militar
AP – Ação Popular
ASI – Assessoria de Segurança e Informações
AESI – Assessoria Especial de Segurança e Informações
APUFSC – Associação dos Professores da UFSC
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ASUFSC – Associação dos Servidores da UFSC
BC – Batalhão de Caçadores
BI – Batalhão de Infantaria
CA – Centro Acadêmico
CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia
CAXIF – Centro Acadêmico XI de Fevereiro
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
CUN – Conselho Universitário
CIA – Agência Central de inteligência
CIE – Centro de Informações do Exército
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DN – Distrito Naval
DOI-CODI – Destacamentos de Operação Interna – Centros de Operação e Defesa Interna
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
EUA – Estados Unidos da América
FEUSC – Federação dos Estudantes da Universidade de Santa Catarina
IPM – Inquérito Policial Militar
JM – Jurisdição Militar
LSN – Lei de Segurança Nacional
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MDB – Movimento democrático Brasileiro
OBAN – Operação Bandeirante
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDC – Partido Democrata Cristão

PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PF – Polícia Federal
PM – Polícia Militar
PMDB – Partido do Movimento Democrático Nacional
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrata
PSP – Partido Social Progressista
RM – Região Militar
SNI – Serviço Nacional de Informação
UCE – União Catarinense dos Estudantes
UDN – União Democrática Nacional
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
URSS – União Soviética
USAID – *United States Agency for International Development*
USC – Universidade de Santa Catarina

Apresentação

Qual foi o impacto da ditadura na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)? A partir desse questionamento iniciei a pesquisa para reunir as histórias que compõem o livro reportagem “Dossiê UFSC. O trabalho relata a influência da ditadura nas escolhas dos gestores da universidade, instituição ainda recente no ano do golpe, que serviria como laboratório para a Reforma Universitária do ensino superior brasileiro, imposta pelo governo militar. Também esquadrinha o funcionamento do correspondente do SNI dentro do campus, instalado em sala do lado do Gabinete da Reitoria na década de 1970 e extinto apenas quando o presidente já era um civil. Além de revelar depoimentos de presos políticos e a visão dos órgãos de segurança e informações sobre a Operação Barriga Verde e Novembrada, eventos mais conhecidos do período da ditadura em Santa Catarina.

As fontes primárias foram encontradas em arquivos que guardam os principais registros sobre a história política da ditadura no Brasil. Desde o Arquivo Central da UFSC até o Núcleo dos Acervos da Ditadura Militar em Brasília – Arquivo Nacional. Além de registros da diplomacia estadunidense e o acervo do projeto Brasil Nunca Mais Digital, com milhares de páginas digitalizadas. Durante o trabalho, recebi a orientação do repórter, jornalista e professor Mauro César Silveira e ajuda de diversos colegas e amigos: entre os quais, destaco os membros da Comissão da Memória e Verdade da UFSC, meus pais e a minha namorada, Cintya Ramlov. Além do jornalista Leonencio Nossa.

1^a parte:

0 golpe



Em 1964, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (ao fundo) era a única instalada no bairro da Trindade. Acervo Casa da Memória de Florianópolis.

A ilha

Quando chovia, era comum tirar os sapatos para entrar no terreno. Depois, lavar os pés enlameados e colocar o calçado outra vez. Um imenso descampado cortado por ruas de terra e morros compunha o cenário com poucos casarões, onde havia uma fazenda comunal dos moradores da região. Alguns insistiam em deixar o gado pastando por ali. O caminho para o atual campus da Trindade era uma viagem em estrada de terra ao interior da Ilha. Os ônibus vinham lotados: alunos e funcionários dividiam o transporte com lavadeiras de roupas que aproveitavam riachos da região. Um dos prédios que se avistava serviu como presídio para imigrantes alemães durante o Estado Novo, ditadura do presidente Getúlio Vargas. Em seus primeiros anos, a UFSC – ainda USC – foi uma junção de faculdades com sedes isoladas no

centro de Florianópolis e apenas uma escola no bairro da Trindade.

Na provinciana capital de Santa Catarina, cidade com menos de 100 mil habitantes, havia reação para cada desdobramento da instável política nacional da década de 1960. Em protestos de ruas, misturavam-se professores e alunos da pequena elite universitária, junto de operários, donas de casa e biscateiros. O grupo chama-se “Frente Operária-Estudantil Popular”, criado por católicos em 1957 para combater o comunismo, mas apropriado pela esquerda anos mais tarde. Na renúncia de Jânio Quadros, pelo temor a uma guinada autoritária, os estudantes entupiram as tubulações do centro para eliminar documentos da militância. Alto-falantes colocados em frente ao prédio da União Catarinense dos Estudantes (UCE) foram ligados à Rede da Legalidade para apoiar a posse de João Goulart. “Fizemos tanta greve que o ministério baixou portaria que quem tivesse um terço de frequência seria aprovado nas aulas”, disse Anamaria Beck, aluna de História à época, sobre os primeiros anos da década de 1960.

Os estudantes se organizavam em centros acadêmicos das faculdades e principalmente na UCE, comandada pelo grupo “Terceira Força” no ano do golpe, da esquerda católica que formaria a Ação Popular (AP) mais tarde. “Havia importante papel político dos estudantes por querer se meter em tudo, até protesto pelo preço da carne e do ônibus”, afirmou o então presidente da União, Rogério Queiroz, que definiu como “movimento de massa” as manifestações daquele período. O que dava popularidade a ações dos universitários era promover cursos de alfabetização em regiões pobres, abrir o Restaurante Universitário para grevistas e até brigar pelo preço do mercado.

À frente das tropas policiais da cidade, responsáveis por abafar o barulho dos estudantes, estavam figuras conhecidas pelas posições de extrema direita. O secretário de Segurança Pública,

Jade Magalhães, era integralista e comandava os cassetetes da polícia contra manifestantes. A principal autoridade militar da cidade, contra-almirante do 5º DN, Murillo Vasco do Valle Silva, defendia um golpe de estado há tempos. Em meados de março de 1964, o aniversário do professor Henrique Fontes, um dos que contribuíram para criação da UFSC, reunira pessoas de diferentes posições políticas. Ali, o militar Valle Silva já comentara a necessidade de derrubar o presidente João Goulart, surpreendendo parte dos convidados.

Grupos civis preparavam o terreno em Santa Catarina para o golpe. Setores da Igreja Católica manifestaram na imprensa repúdio às propostas “socialistas, confiscatórias e anticristãs” de Goulart. Um posto de coleta de assinaturas para uma “campanha anticomunista” foi montado em frente à Catedral Metropolitana. Segundo o jornal ligado à UDN, *A Gazeta*, a campanha conseguiu cerca de 5 mil assinaturas. A organização da Marcha da Família com Deus de Florianópolis ficaria a cargo do grupo de mulheres pela democracia, CAMDE, presidido pela professora da UFSC, Maria Carolina Galotti Kehrig.

No final de março, os confrontos entre polícia e estudantes saíram da curva e chamaram atenção de diplomatas dos Estados Unidos – atentos à crise brasileira, produziram centenas de relatórios sobre a política local. Em documento com carimbo de confidencial, agentes do consulado de Curitiba destacavam o “primeiro registro de grandes distúrbios em Florianópolis desde 1960”¹. A confusão ocorreu durante protestos pela redução da tarifa do transporte nos dias 24 e 25 de março, vésperas do golpe. No segundo dia, os manifestantes fizeram um enterro simbólico do prefeito e do secretário de Segurança.

“Com violência surgia a polícia, que sem olhar quem quer que seja, desceu a borracha, indistintamente, apanhando populares e estudantes”, relatou à época o presidente da FEUSC – atual DCE –, Francisco Mastella². Os tumultos eram próximo à sede da

UCE, na rua Álvaro de Carvalho. Alguns manifestantes corriam para a Praça XV, outros escondiam-se em sindicatos e diretórios acadêmicos ou eram ajudados por comerciantes que fechavam as lojas com gente dentro. “Era todo mundo correndo, fugindo, jogando rolha. Alguém trouxe sacos de rolha para jogar de uma ladeira e os cavalos caírem. A Polícia Militar vinha para cima dos estudantes com a cavalaria”, lembrou Queiroz.

Professor aposentado da UFSC e ex-deputado estadual, Nereu do Vale Pereira (PDC), apoiou as intervenções enérgicas contra as manifestações de rua e durante o golpe militar. “Aqui em Florianópolis, cada dia havia um quebra-quebra na Praça XV de Novembro, com pedra, fogo, quebrando vidraça. Destruiu-se a Prefeitura, destruiu-se o Mercado, apedrejavam o Palácio do Governo”³, justificou.

No dia 30 de março, João Goulart discursou em evento da Associação de Sargentos, considerados subalternos e rebeldes por chefes militares. Soou como grave provocação. Naquele dia, líderes da UCE receberiam relatório da presidência da UNE alertando para o golpe de estado em marcha. “Organizamos um grande comício. Ao final fomos presos”, afirmou o ex-governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, formado na Faculdade de Direito⁴.

A polícia subiu a escadaria em curva do prédio do UCE e entrou pela porta da frente na tarde seguinte. Alguns agentes invadiram o restaurante universitário. O secretário de Segurança Pública desceu ao setor administrativo para vasculhar os arquivos. As lideranças da entidade haviam saído do local pouco antes. Quem ficou, tentaria avisar para ninguém voltar ao prédio na Álvaro de Carvalho. À noite, o deputado Paulo Stuart Wright (PSP), aproveitando imunidade parlamentar, foi ao local. Primeiro, garantiu a segurança das mulheres que lá estavam. “Cuidem-se, eles não estão de brincadeira”, disse o deputado,

após mandar as estudantes para casa num táxi. Os agentes foram embora.

A madrugada foi de vigília. Um grupo de alunos se reuniu, inquieto, no prédio da Álvaro de Carvalho. Acompanhava pelo rádio o desfecho das tensões entre o presidente João Goulart e os militares. Telefonava para outros estados e para dirigentes da UNE com esperança de uma notícia que não viria: a resistência ao golpe.

O Palácio do Governo, em frente à Praça XV, estava a poucas quadras de onde se encontravam os estudantes. Ao se desenhar a derrubada do presidente, seria imprevisível se o governador Celso Ramos (PSD) sobreviveria no poder durante o novo regime. Para o defender ou consolar, aliados iam porta adentro do casarão, hoje Palácio Cruz e Souza, com pistolas 38 e outras armas que encontrassem pelo caminho.

Em casa, Anamaria Beck, que estava na UCE horas antes, ouviu da sua mãe, “não se engane, isso aí vai durar 20 anos”.



Protesto em Florianópolis na década de 1960. Jornal *Folha Catarinense*.

Os últimos respiros da democracia foram acompanhados de perto pela diplomacia estadunidense. Documentos produzidos para o presidente Lyndon Johnson, revelados em 2015 pela CIA, chamados “PRESIDENT’S INTELLIGENCE CHECKLIST”, resumem a crise (tradução livre)⁵:

PRESIDENT’S INTELLIGENCE CHECKLIST__30 MARCH 1964

Está claro que a esquerda ganhou com os bizarros acontecimentos que ocorreram na última semana com homens da Marinha (...) Há agora uma chance real de confronto direto entre Goulart e seus oponentes (...)

PRESIDENT'S INTELLIGENTE CHECKLIST__31 MARCH 1964

Cada dia parece indicar uma real chance de guerra civil (...) Está claro que a oposição militar, comandada pela equipe de Castello Branco, está de fato preparando movimento contra Goulart, possivelmente tão cedo como nesta semana (...)

PRESIDENT'S INTELLIGENTE CHECKLIST__01 APRIL 1964

Na hora crucial, segundo a imprensa, a revolta contra Goulart, centrada em Minas Gerais, parece ter conseguido apoio em outros locais (...)

PRESIDENT'S INTELLIGENTE CHECKLIST__02 APRIL 1964

Está quase acabado para Goulart. Ele fugiu para a sua terra natal, no Rio Grande do Sul, e há uma série de relatórios, não confirmados, de que ele deixará o país. (...)

O dia seguinte

“Kombi da libertação do povo” estampava a lataria de um dos automóveis mais espalhafatosos de Florianópolis. Nas subidas dos morros da capital e nas vielas das praias afastadas do litoral do estado, a Kombi ia até colônias de pescadores com universitários que dariam cursos de alfabetização para adultos pelo Método Paulo Freire. O projeto era da UCE, com apoio do deputado Paulo Stuart Wright, que havia organizado sindicatos de pescadores.

Corriam as notícias sobre prisões de lideranças políticas da cidade no dia 1º de abril. Por aqueles dias, seriam pegos os presidentes da UCE, Rogério Queiroz; da FEUSC, Francisco Mastella; do Caxif, Eduardo Luiz Mussi e o líder dossecundaristas, Manoel Soar. Um grupo que ainda estava solto resolveu agir. Os jovens espremeram-se na Kombi e saíram pelas

ruas do centro, distribuindo panfletos em defesa da legalidade e com convite para assembleia, à noite, no prédio da União.

O passeio foi de poucas quadras. Começou na subida da rua Álvaro de Carvalho. Em frente ao quartel da Polícia Militar, fizeram discurso chamando os agentes a se rebelarem contra o golpe. Um dos alunos projetou o corpo para fora da janela da Kombi e arremessou uns quantos panfletos. O carro desceu a avenida Rio Branco, entrou na Padre Roma e foi fechado por viaturas antes de chegar na Felipe Schmidt. Um policial foi ao grupo, puxou a metralhadora e colocou o cano da arma na boca de um dos alunos:

“Fala agora seu comunistazinho”, teria dito. “Falar o que, né? Fomos levados”, lembrou Paulo Fragoso Gallotti, um dos que estavam no carro. Enquanto a polícia caçava os considerados subversivos, entusiastas do golpe foram às ruas de Florianópolis para celebrar a queda de João Goulart. À noite, militares da marinha invadiram o prédio da UCE, prenderam quem estava por lá e vasculharam os arquivos. A Kombi foi confiscada e jamais devolvida.

Abraçando o diabo

O governador Celso Ramos pediu cautela à população e uma alternativa democrática para os conflitos do país no dia 31 de março. Quando o golpe foi para valer, saiu de cima do muro e manifestou apoio incontestável às ações dos militares. Daí para frente, os Ramos teriam de convencer que o alinhamento não seria por mero instinto de sobrevivência. Pesava sobre o governador suspeitas de má administração pública, e, no olhar anticomunista dos militares, o pior: vinculação com subversivos.

“O Governador de Santa Catarina, para colher benefícios políticos, nunca teve escrúpulos em prestigiar os líderes comunistas locais”, denunciaram deputados federais da UDN para

o recém-empossado ministro da casa militar, general Ernesto Geisel. O documento enviado, em maio de 1964, deu um panorama sobre a política local a partir da visão dos opositores de Ramos. Os supostos comunistas citados nas páginas seguintes foram o deputado Paulo Stuart Wright, ex-diretor de imprensa do governo; Salim Miguel, do Serviço de Relações Públicas do governador e Charles Edgard Moritz, ligado a sindicatos e federações do estado. Em outro documento, também enviado para Geisel, o deputado Carneiro Loyola (UDN) defendeu que “far-se-á necessário, por certo, como medida de higiene cívica e moral, o afastamento do Sr. Celso Ramos.”

Para disputada corrida eleitoral de Santa Catarina, o PTB era o fiel da balança. Garantiria vitória para um dos lados das oligarquias dos Ramos (PSD) ou dos Konder-Bornhausen (UDN). Durante a eleição de 1960, Celso Ramos compôs a chapa, no chamado Pacto Social-Trabalhista, com Doutel de Andrade (PTB), deputado federal janguista que teria o mandato na Câmara cassado em 1966.

Com o golpe, militares assumiriam posições de destaque na administração pública. O coronel do Exército Danilo Klaes comandaria a secretaria de Segurança, substituindo o integralista Jade Magalhães. Em outubro de 1964, o general da reserva, Paulo Weber da Rosa, o Rosinha, seria nomeado prefeito de Florianópolis. No Palácio do Governo, Celso Ramos teria de dividir funções com o contra-almirante Valle Silva, o homem de maior confiança dos militares nessa parceria.

Foi no *QG* dos Ramos no Rio de Janeiro que o PSD deu a cartada final para sobreviver ao regime militar. No bairro de Copacabana, Avenida Atlântida, 2.364, apartamento 8 – Ulysses Guimarães viveu no 9 –, morava o irmão do governador, deputado federal Joaquim Ramos (PSD). Ali, no dia 7 de abril de 1964, o ex-presidente Juscelino Kubitschek, então senador por Goiás, encontrou o marechal Castello Branco. Já havia um pacto

entre o PSD e militares para eleição indireta de Castello. Faltava o voto do popular ex-presidente. A moeda de troca seria garantir eleição direta no ano seguinte, quando Kubitschek pretendia voltar ao poder com expressiva votação. Na saída, Castello teria dito: “Então, presidente, estou aprovado para a Presidência?”⁶

O Congresso elegeu Castello Branco na tarde de 11 de abril, com votos da maioria do PSD, antigo aliado de Jango. O senador Kubitschek cumpriu com a palavra. Os militares, não. O presidente dos “50 anos em cinco” foi cassado dois meses depois, e seus direitos políticos suspensos por 10 anos.

Celso Ramos acompanhou em Brasília a eleição indireta do marechal. O golpe foi comemorado na capital de Santa Catarina no dia 17 de abril, durante a versão local da Marcha da Família com Deus. “A maior demonstração de civismo jamais realizada na capital”, considerou o jornal *O Estado*. Ali, autoridades discursaram em favor do novo regime, entre elas o reitor da UFSC, João David Ferreira Lima.

O consulado dos Estados Unidos em Curitiba elaborou um documento com a síntese dos considerados principais acontecimentos em Santa Catarina e Paraná no período entre 4 e 16 de abril, logo após o golpe. Conforme os agentes, houve dezenas de prisões em Santa Catarina. Além disso, o governador Celso Ramos estaria “deprimido” e com poderes limitados – especulou-se que os militares nomeariam um interventor para Santa Catarina:

26 DE ABRIL DE 1964
CONSULADO DE CURITIBA
RELATO DA SITUAÇÃO POLÍTICA NO PARANÁ E EM SANTA
CATARINA NO PERÍODO ENTRE 4- 16 DE ABRIL

O período entre 4 e 16 de abril foi tranquilo e a única atividade frenética observada foi de políticos que nunca perdem a oportunidade de se manifestar sobre qualquer assunto, e agora encontraram um tema unânime. É francamente

surpreendente como agora é reconhecido por autoridades, que há algumas semanas haviam se recusado a reconhecer, que o Brasil tornou-se um ponto focal de penetração e atividade comunista. A súbita mudança no sentimento tem graves perigos desde que os grupos de extrema direita, que durante a última guerra mundial eram camisas verdes (integralistas), nazistas e fascistas nos estados do sul, estão agora tentando forçar as autoridades Santa Catarina e Paraná a iniciar uma caça às bruxas. A princípio, alguns empresários sem escrúpulos entregaram seus concorrentes e algumas pessoas tentaram vingar mágoas antigas. (...)

Jade Magalhães (integralista), Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina é de extrema direita e foi relatado que ele prendeu pelo menos um liberal que o atacou publicamente. Ele disse ao *Reporting Officer* que tinha mais de 40 esquerdistas presos em Florianópolis e cerca de 120 no interior do estado. Alguns dos esquerdistas presos são consideradas elementos realmente perigosos.

A intervenção federal e em sindicatos é decidido em conjunto no Paraná pelo governador Ney Braga e o general Dario Coelho. Enquanto que os interventores em Santa Catarina são nomeados pelo almirante Murillo Vasco do Valle Silva, aparentemente sem consulta ao governador Celso Ramos. Isto levou a rumores de que o governo brasileiro estava planejando nomear um interventor para Santa Catarina. A razão para esta ação é atribuída ao atraso do governador Ramos em juntar-se às forças anti-Goulart.(...)

Governador Celso Ramos parece estar muito deprimido e muitos atribuem isso a sua percepção de que ele cometeu um erro por não apoiar as forças anti-Goulart mais cedo. Seu Chefe da Casa Civil informou ao *Reporting Officer* que o governador tinha preparado uma declaração apoiando o movimento do grupo anti-Goulart em 31 de março, mas ele continuou refinando-a (...). Sua equipe ficou bastante irritada com ele por causa de seu excesso de cautela. Um de seus assistentes mais próximos, o chefe da Casa Civil pediu para ser liberado para que ele possa assumir sua posição como presidente do Tribunal de Contas da União. A UDN tentou tirar proveito da queda temporária de prestígio do governador, mas não teve sucesso em eleger um dos seus homens como presidente da Assembleia Legislativa do Estado. O PSD, partido do governador, elegeu o presidente com a ajuda do PTB e pequenos partidos.

Santa Catarina tem dois políticos que gostaria de ver fora do governo. Eles são Doutel de Andrade, vice-governador e deputado federal (PTB), e o deputado estadual Paulo Wright (PSP). (...) Doutel de Andrade tem sido uma fonte particular de preocupação para o preocupado Ramos, uma vez que pertencem a partidos em conflito, e Andrade é localmente considerado um ultranacionalista de esquerda que iria desfazer muito do trabalho do governador, se este tirasse uma licença estendida. Esta foi uma das razões por que o governador Ramos atrasou o aceite de um convite para visitar aos EUA, até que encontrou um momento oportuno, com Andrade para fora do país. Paulo Wright tem sido muito ativo recentemente em movimentos políticos pró-Goulart, como a "Frente de Mobilização Popular". O secretário de Segurança Pública espera que outros dois ou três deputados estaduais entrem na lista negra. (...)

As organizações estudantis no Paraná eliminaram voluntariamente elementos de esquerda em posições de liderança. Em Santa Catarina o movimento tem sido menos voluntário, mas o resultado é o mesmo.

Arthur W. Feldman/American Consul

A-123 NO.		CONFIDENTIAL		HANDLING INSTRUCTIONS STATE BUREAU OF ANALYSIS & DISTRIBUTION GROUP 4 - Downgraded at 3-year intervals. Declassified 12 years after date of origin	
TO :	Department of State		NOV 20 1964		
INFO:	Amembassy RIO DE JANEIRO Amembassy BRASILIA		ANALYSIS & DISTRIBUTION		
FROM :	Amconsul CURITIBA		DATE: April 26, 1964		
SUBJECT :	Political Status Report on Paraná and Santa Catarina for the period of April 4-16				
REF :					
<p>SUMMARY: The situation is calm but the politicians are active. Both states have lost the services of elected officials because of their political orientation. Santa Catarina would like to rid itself of its Vice Governor Doutel de Andrade and of PSP state deputy Paulo Wright. Governor Braga is riding high whereas Governor Ramos is depressed because of his loss of prestige resulting from his delay in joining the anti-Goulart forces. Intervention in Paraná is accomplished by joint action of Governor Braga and the Military Commander whereas in Santa Catarina, appointments are reportedly made only by the military. The hunt for leftists is still actively on in both states and all the disturbing elements are either under cover or behaving nicely. END SUMMARY.</p>					

Resumo de documento do consulado de Curitiba sobre a situação no PR e SC após o golpe. Fonte: Opening the Archives; Brown University

CTN CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA RIO -
 A CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA DE
 SANTA CATARINA APELA AOS DIGNOS MEMBROS DESTA
 ENTIDADE PARA QUE SEJA URGENTE E VIGOROSA A
 ATUAÇÃO NO TRABALHO DE EXPURGO INDISPENSÁVEL A
 REDEMOCRATIZAÇÃO DO NOSSO PAIS -
 CAROLINA GALLOTTI KEHRIG PRESIDENTE +

Presidenta do CAMDE em Santa Catarina, a ex-professora da UFSC, Maria Gallotti, pediu aos militares “urgente e vigorosa atuação” no trabalho de “expurgo indispensável” logo após o golpe. Fonte: Arquivo Nacional.

STF
100

*St. H.
M. Gallotti
2.4.64*

UNião CATARINENSE DE ESTUDANTES

ATA OFICIAL

A União Catarinense dos Estudantes, órgão máximo dos universitários de Santa Catarina através de seu poder executivo, tendo em vista a grave situação política do país, e considerando:

1º - A necessidade de se apoiar o Governo Federal, eleito democraticamente e ameaçado por forças reacionárias que não desejam a implantação das reformas estruturais que a nação exige;

2º - Que o universitário catarinense não pode omitir-se neste momento histórico e decisivo para a vida do povo brasileiro;

RESOLVE: acatar a palavra de ordem da União Nacional de Estudantes e

DECRETA:

GREVE GERAL POR PRAZO INDETERMINADO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE SANTA CATARINA, de a apoio à manutenção do Governo Federal, presidido pelo Exmo. Sr. Dr. João Belchior Marques Goulart, a partir de 0 hora de hoje.

Florianópolis, 2 de abril de 1.964

(ass) Rogério Queiroz - Presidente

UCE tentou greve contra o golpe. Porém, as lideranças foram todas presas. Fonte: Brasil Nunca Mais Digital

2^a Parte:

Fogueira

Operação limpeza

“Notícias procedentes de todos os pontos do território nacional anunciam que reina calma em todo país. As forças legalistas dominam a situação em toda a sua plenitude. Em todos os pontos surgem manifestações de alegria da liberdade contra o comunismo.” **Jornal O Estado**, Florianópolis, 3 de abril de 1964.

Salim Miguel foi interrompido no meio de uma leitura. Um companheiro de cela avisou que sabia de algo que o interessaria. Miguel disse que não largaria o livro, ainda que não estivesse achando lá essas coisas. O companheiro insistiu, “tenho uma coisa que vai te interessar”. Em frente à praça XV havia uma fogueira, contou o sujeito. Fogueira de livros. Não seriam livros quaisquer. Eram da Livraria Anita Garibaldi, que Miguel e sua esposa, Eglê Malheiros, fundaram anos antes.¹

– Pô, não brinca – exclamou Miguel.

– Não tô brincando. Esse moço que está aqui acabou de entrar, e a primeira coisa que ele conta é que assistiu a queima da livraria. – Miguel largou o livro.

Assessor de Imprensa do Governo de Santa Catarina e chefe da Agência Nacional no estado, Miguel fora preso dias antes do ataque à livraria. Era 1º de abril, estava no bar Ponto Chic, *o Senadinho*, com café na mão quando viu policiais se aproximarem.

– Está preso! – disse o policial

– Por favor cara, não brinca rapaz, tô tomando um cafezinho aqui.

– Isso eu tô vendo, porque eu não tô cego. Estou vendo que estás tomando um cafezinho, mas por quanto tempo eu não sei, vai ser o último café que tu vais tomar – Miguel pagou o táxi que o levou até o quartel da Polícia Militar, na Praça Getúlio Vargas, de onde sairia após 48 dias de cárcere.

Única mulher de sua turma na Faculdade de Direito, Eglê Malheiros seria primeira a ingressar na OAB/SC, em 1952. Na manhã seguinte ao ataque à livraria, deixou o Instituto Estadual de Educação (IEE), onde lecionava, em direção ao serviço de imprensa do Palácio do Governo. Buscava notícias do marido preso. No meio do trajeto deparou-se com os restos da fogueira. “Quando eu estou indo assim, vejo na esquina aquele monte de cinzas, aqueles livros queimados, parecia um choque no coração.” Malheiros era filiada ao PCB – o marido, não. Também seria presa nos dias seguintes, depois colocada em prisão domiciliar. O casal mudou-se com os filhos para o Rio de Janeiro. Até a Lei de Anistia, em 1979, Malheiros foi proibida de lecionar no IEE.

Liderados pelo ex-deputado estadual e professor da UFSC, Nereu do Vale Pereira (PDC), um raivoso grupo arrombou a livraria no dia 3 de abril. Desde o golpe, a primeira loja a vender obras marxistas da cidade estava com as portas fechadas. Os livros foram empilhados na Praça XV e as chamas formaram uma grande fogueira – um auto-de-fé no centro da cidade. Dentro da loja, em prédio que funcionara como primeira sede da Faculdade de Direito, havia documentos, como lista de apoiadores para volta do PCB à legalidade. Os papéis foram entregues aos militares. “Assim, mais uma vez, o povo florianopolitano deu provas sobejas de sua fibra de democrata, extinguindo um fogo pernicioso que há vários anos se instalara em pleno coração da cidade, bafejado pela inércia proposital do governo federal, comandado pelo Sr. João Goulart”, registrou *A Gazeta*, na edição de domingo, 5 de abril.

O episódio marcou o início da caça às bruxas que a ditadura promoveria em Florianópolis. “Na época do golpe, a quantidade de gente fazendo delação era tão grande que o almirante do 5ºDN baixou uma portaria que só aceitaria delação com nome e firma reconhecida”, lembrou Malheiros. No inquérito contra o marido há declarações de militares e civis

afirmando que o jornalista era notório comunista e ativista da cidade.

Entre os delatores, estava Altino Flores, secretário em várias gestões do governo do estado e fundador a Associação Catarinense de Imprensa (ACI). Flores contou aos militares² que, anos antes do golpe, soube que teria de trabalhar ao lado de Miguel, “comunista militante, fundador da Livraria Anita Garibaldi, verdadeira célula vermelha”. Avisou ao então governador, Jorge Lacerda, que deixaria o emprego. O governador desviou do assunto. Dias depois, Flores revoltou-se com a confirmação da história: Miguel já dava expediente no governo. “Indignado, separei, dentre os objetos e papéis da minha mesa de trabalho, o que me pertencia (...) disse-lhes que me ia embora”, relatou na delação. Não concordava que o governador Lacerda, “desprezando a minha leal advertência, acolhesse um comunista de proa em um ‘posto chave’ da sua administração”.

À noite, um secretário do Governo o procurou. “Se soubesse que se tratava de um comunista”, sequer haveria contratado Miguel, teria dito o secretário. O jornalista considerado subversivo foi demitido, Flores voltou ao trabalho e fez as pazes com governador. “Foi então que o inesquecível Dr. Jorge Lacerda, abraçando-me e sorrindo com aquele sorriso claro e cativante, que era tão seu, me disse, ‘o Senhor foi brutal, professor Altino. Mas, aqui para nós: no seu lugar, eu também talvez fizesse o mesmo...’.

Name SALIM MIGUEL 14791

DATA

DIA	MES	ANO	FOLHA DE ANOT.
21	11	1942	Brasileiro naturalizado exercia funções na Seção no. 4 Filial da DOPS de tem declaração, negando a qualidade de comunista para ser de naturalizar. (Doc 1).

Ficha de Salim Miguel no DOPS. Fonte: Brasil Nunca Mais

*** DECLARAÇÃO ***

Nós, abaixo assinados, residentes em Florianópolis, declaramos que conhecemos o Senhor SALIM MIGUEL, e que é público e notório em Florianópolis, que o mesmo é comunista militante e ativo.

Florianópolis-SC, em 22 de abril de 1964.

ASSINATURA	FUNÇÃO QUE EXERCE
VINHA DA NOVA	Gen. Bda. Res.
JALDIR B.P. SILVA	Gen. Bda. Res.
SEBASTIÃO VARGAS	Professor SENAC
CEZARILDO MESQUITA	Bancário
Illegível	Comerciarie Vereador P.D.C.
HEBRI DO VALE FERREIRA	Professor da U.S.C.
BENNO H. PERISSONI	Bancário
GUSTAVO CAMPOS	Advogado
JULIO B. DUTRA	Major da Polícia Militar
HESTOR DUTRA	Funcionário Público Federal

Copiado por: YANA ESTEVES GALDINO Esc. Dat. - Nivel 7

Conferido por: ARMANDO LUIS CORREIA Capitão-de-Corveta (Dt)

Civis e militares apontam Salim Miguel como comunista e militante ativo aos militares. Fonte: Brasil Nunca Mais Digital

AI-1 na UFSC

O ministro da educação Flavio Suplicy de Lacerda pediu à UFSC abertura de investigações sobre atos subversivos e severa vigilância sobre “quaisquer atividades que possam comprometer a causa da paz social e a reintegração da ordem jurídica, democrática”. Na prática, o documento enviado para o reitor Ferreira Lima, com data de 22 abril de 1964, instaurou o Ato Institucional nº1 dentro da universidade. Outras comissões foram abertas no mesmo período em diferentes órgãos públicos, entre eles a Assembleia Legislativa e o 14ºBC.

A reação ao documento do MEC foi imediata. No dia seguinte, conselheiros da universidade reuniram-se no prédio da Reitoria, um casarão na rua Bocaiúva onde funcionava a administração da universidade. Era a primeira sessão do CUN após o golpe. O encontro anterior ocorrera na tarde de 31 de março, horas antes da deposição de João Goulart, quando a principal pauta da reunião foi algo impensável para o regime que se instalaria: os conselheiros haviam aprovado moção de repúdio contra a violência da polícia durante os protestos pela redução da tarifa do transporte, nos dias 24 e 25 de março.

Com o regime militar dando as cartas, a postura foi outra. O reitor Ferreira Lima defendeu intervenção na FEUSC, uma entidade “subversiva”, atual Diretório Central dos Estudantes (DCE).³

Existe uma incompatibilidade entre os membros da Diretoria da FEUSC com a situação atual, e, para que evitemos que esse órgão sofra maiores vexames entendia que o Conselho devia providenciar a cassação dos mandatos da atual Diretoria, conforme dispõe o Estatuto.

A proposta apresentada pelo reitor era de cassar a direção da entidade estudantil e que o conselho escolhesse um aluno, desvinculado da FEUSC, para convocar novas eleições. O

presidente da entidade à época, Francisco Mastella, estava preso. O vice, Walmir Antônio da Silva, argumentou que apenas alguns membros haviam participado de atividades subversivas, sendo injusto penalizar a gestão inteira. Outros conselheiros apresentaram propostas divergentes, mais brandas ou mais rígidas do que a do reitor. Professor da Faculdade de Direito, Waldemiro Cascaes – “perigoso esquerdista”, conforme ficha do DOPS – considerou drástica e punitiva a cassação da diretoria da FEUSC. Cascaes propôs abrir comissão de inquérito para dar direito de defesa aos estudantes, sem cassá-los. No fim, foi aceito um meio termo. Os alunos foram cassados, e uma comissão de inquérito foi aberta.

A comissão de inquérito contra a FEUSC foi presidida por Miguel Orofino, da antiga Faculdade de Odontologia. Havia outros dois membros: o representante dos Livre-Docentes, Abelardo de Assumpção Rupp e o primeiro diretor da Escola de Engenharia Industrial, Ernesto Bruno Cossi. Em setembro do mesmo ano a comissão apresentou parecer pelo afastamento do vice-presidente da FEUSC, Walmir Antônio da Silva. O Conselho aprovou o parecer por maioria e permitiu defesa do aluno em até 48h. Na mesma reunião, o jovem disse que abriria mão da defesa, e a desarticulação do movimento estudantil na universidade foi inevitável.

A investigação contra a FEUSC foi mero ensaio para a caça às bruxas que se instalaria na universidade. Nas semanas seguintes, dezenas de funcionários e estudantes, do baixo clero ao próprio reitor Ferreira Lima, seriam investigados por um grupo de professores escolhidos a dedo pelos militares.

Florianópolis, 02 de maio de 1964. **PORTARIA Nº 0079/Gabinete do Reitor/64.**

O Professor Luiz Osvaldo D'Acampora, Reitor em exercício da Universidade de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e atendendo determinação do

Excelentíssimo Senhor Professor Flávio Suplicy de Lacerda, Ministro da Educação e Cultura, conforme Portaria nº 259, de 20 de abril de 1964,

RESOLVE

DESIGNAR os Professores **VITOR LIMA, ERNESTO BRUNO COSSI e ANTÔNIO MONIZ DE ARAGÃO**, para, sob a presidência do primeiro, constituir Comissão de Inquérito que tomará, junto a Universidade de Santa Catarina, as providências determinadas pelo Ato Institucional e respectivo Decreto regulamentador, estabelecendo o prazo de quinze dias para a conclusão do inquérito.

Principal patente militar do estado, o contra-almirante do 5ºDN, Murillo Vasco do Valle Silva, indicou nomes para compor a comissão. Para a presidência, escolheu o professor da Faculdade de Ciências Econômicas, desembargador Vitor Lima, hoje nome de avenida que cerca o campus da Trindade. Além dele, havia outros dois. Um fora primeiro diretor da Escola de Engenharia Industrial, Bruno Ernesto Cossi. O outro, professor da Medicina e Serviço Social, Antônio Moniz de Aragão, registro nº 01 no CRM de Santa Catarina, ex-presidente das associações catarinense, brasileira e mundial de medicina e primeiro presidente da Unimed Grande Florianópolis.

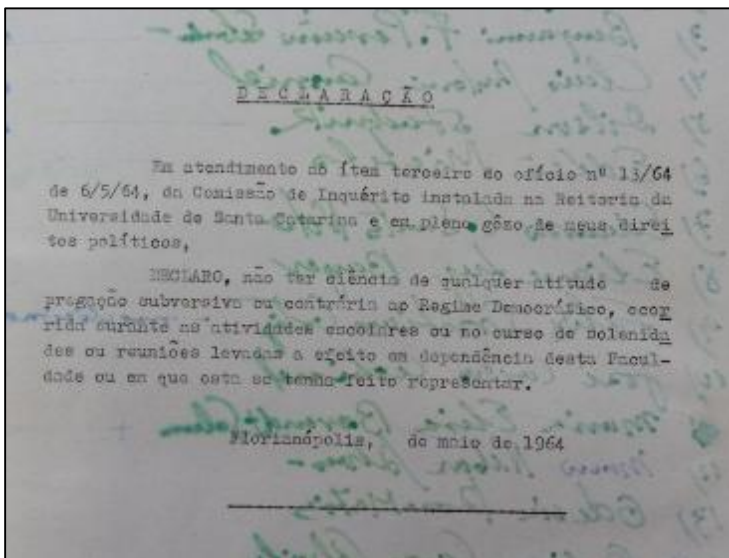
No início da tarde de segunda-feira, 4 de maio, salas de aula do casarão da reitoria foram ocupadas pela Comissão Geral de Inquérito da UFSC. Documentos do MEC e um exemplar do Ato Institucional nº1, editado em um livreto de capa azul, orientariam os professores. Decidiram que cada faculdade abriria uma investigação interna e repassaria o relatório para a Comissão Geral. O mesmo deveria ser feito na Reitoria, onde os funcionários e o próprio Ferreira Lima estariam sob o olhar do regime.

O clima de desconfiança e expectativa se instalou na cúpula universidade. Pelos corredores da reitoria tornaram-se frequentes as visitas de militares. Listas de alunos e servidores tidos como subversivos chegaram às mãos dos investigadores, enviadas pelos comandos militares.

Cada faculdade adotou um método para a investigação. O ex-prefeito de Florianópolis e professor de Nutrição, Paulo Fontes,

foi um dos que depuseram à comissão da Faculdade de Serviço Social. Disse não ter notado nada tão grave por ali. O relatório da faculdade, entregue à Comissão Geral, apontou alguns alunos que mereciam maior atenção: Orival Prazeres, Márcia Valéria Linhares e Anita Maria Silveira Pires eram os nomes. Eles lecionavam no programa de alfabetização de adultos pelo método Paulo Freire, que “estimula a luta de classes”, conforme a comissão.

O professor Biase Faraco ficou responsável pelas investigações na Faculdade de Farmácia. Os alunos daquela escola receberam uma folha. Ao assinar, declarariam “não ter ciência de qualquer atividade de pregação subversiva ou contrária ao regime democrático” realizada naquela faculdade. No verso, há 18 assinaturas de calouros. Apenas um estudante recusou dar o nome. Alegou que havia pressão. Os professores cogitaram aplicar-lhe “pena de advertência”. No fim, concluíram que não foi um ato subversivo, apenas de indisciplina.



No verso da declaração há assinaturas de uma turma de calouros. Fonte: Arquivo Central da UFSC

Ernani Bayer seria reitor da UFSC em duas ocasiões: a primeira, num mandato tampão no início da década de 1970, já a outra, eleito pelo CUN e nomeado pelo presidente, a partir de 1980. O futuro reitor seria um dos mais visados na comissão criada após o golpe. Era funcionário da reitoria e fora ativo no movimento estudantil anos antes. Em 1961, viajou para Cuba em comitiva de alunos, políticos e jornalistas brasileiros. Viu Fidel Castro discursar por horas durante o 1º de maio, às vésperas do presidente declarar o país como socialista. Na volta, deu entrevistas e participou de debates sobre a vida na Ilha.

Na primeira fileira do auditório da Faculdade de Direito, onde Bayer compartilhava as impressões sobre Cuba, sentou-se o professor conservador, Antônio Muniz de Aragão, com olhares desconfiados. Anos mais tarde, o mesmo professor seria o relator do processo que pediria abertura de inquérito contra servidores da reitoria. Sobre Bayer, escreveu: “Está fora de dúvida, mesmo porque ele o confessa, ter feito uma viagem à Cuba, (...) fica evidenciado ser ele um filocastrista.”

Durante o mesmo processo, outros funcionários foram indiciados. Eram Emanuel Campos, João Nilo Linhares, Murilo Gonzaga Martins e Carlos Aberto Silveira Lenzi. O último, além de funcionário da universidade, também escrevia para o jornal *A Gazeta*. Em sua coluna foi publicada entrevista com Bayer sobre a viagem ao país socialista. A comissão considerou que Lenzi escreveu artigos “que confirmam sua atitude de apoio ao governo que caiu e tudo que pregava, pelo inconformismo que revelam e velada tentativa de ridicularizar a atual ordem de coisas no País”. Para a comissão, o jornalista era digno de IPM. Os professores ainda sugeriram enquadrá-lo na Lei de Segurança Nacional.

No total, 98 pessoas depuseram às comissões das faculdades ou para a geral, presidida por Vitor Lima. O prazo inicial de um mês para entrega do relatório foi estendido pelo ministro Suplicy. Até o fim dos trabalhos, no dia 18 de junho,

foram cem sessões, cumpridas em mais de um período por dia, feriados e dias santos. Contratado pela comissão, um perito em grafotécnica buscaria assinaturas de gente ligada à UFSC em documentos considerados subversivos, como aqueles encontrados na Livraria Anita Garibaldi. Suplentes entrariam na comissão em meio às investigações. Roberto Mundell Lacerda, futuro reitor da UFSC, seria um deles. Os demais eram Antonio Santaella, Sergio Uchoa Rezende e Gustavo Zimmer. O primeiro da Faculdade de Medicina. Os outros, da Economia.

Fica, no entretanto, o apêlo ao Magnífico Reitor, para que conhecendo, pelos mencionados relatórios parciais, a exata realidade da vida Universitária Catarinense, possa determinar providências que facultam à nossa Universidade sua integração no verdadeiro espírito universitário, qual o voltado, exclusivamente, a assuntos de natureza técnica-científica.

Já pela essência mesma de alguns dos depoimentos, já até, - pela maneira de depor de muitos dos depoentes, verifica-se, com honrosas exceções, guses que total ausência de noção de espírito da autoridade, a omissão do dever de aplicá-lo e evasão às afirmações quando tais problemas eram focalizados.

A Comissão registra sua convicção de que grande parte das ocorrências havidas nos últimos tempos, em nossa Universidade, - teve como elemento coadjuvante o abandono de suas prerrogativas por partes de muitos dos que tinham o dever de zelar pela manutenção da disciplina e pelo da exata sedimentação de valores nas várias Unidades universitárias.

Membros da Comissão Geral de Inquérito solicitaram esforços do reitor para conversão da universidade em local “voltado, exclusivamente, a assuntos de natureza técnica-científica”.
Fonte: Arquivo Central da UFSC

COMISSÃO DE INQUÉRITO

Of. n° 133/64


Florianópolis,
18 de junho de 1964

~~CONFIDENCIAL~~
~~CONFIDENCIAL~~

Senhor Comandante,

Tenho a honra de informar a V. Excia. que, ten
do ouvido o sr. prof. Armen Mamigonian, da Faculdade de Filo
sofia, Ciências e Letras, da Universidade de Santa Catarina,
esta Comissão de Inquérito foi levada a concluir, dadas as
declarações evasivas do deponente, tratar-se de pessoa cujos
antecedentes merecem cuidada investigação, não permitida, to
davia, pelo prazo e pela natureza dos trabalhos a ela confi
ados; nesse sentido, toma a liberdade de sugerir consulta
às autoridades de São Paulo, de onde, a que sabe, procede a-
quele professor.

Valho-me da oportunidade para reiterar a V.
Excia. os meus protestos de consideração e apreço.


Prof. Vitor Lima,
PRESIDENTE.

Exco. Sr. Cel. Argens do Monte Lima,
MD. Comandante do 14º Batalhão de Caçadores
NESTA

Documento com carimbo de confidencial enviado da comissão de inquérito da UFSC para o comandante do 14ºBC sugere maiores investigações contra o professor Armen Mamigonian. Fonte: Arquivo Central da UFSC

O número 1

Em 1933, José do Patrocínio Gallotti pegou um navio de Florianópolis para São Francisco do Sul, litoral norte de Santa Catarina. De lá, foi de trem para Joaçaba, no meio oeste. Para alcançar Chapecó precisou de duas mulas: uma para ele, outra para carregar os livros. Ao final do trajeto, em Campos Novos, seria empossado juiz de Direito na comarca local. Desta forma começou a trajetória profissional de Gallotti, que seria professor da UFSC e desembargador nas décadas seguintes. Herdeiro de uma família pessedista de magistrados e políticos de projeção nacional, apesar da origem provinciana – disputavam o poder de Tijucas com os udenistas da família Bayer –, Gallotti era marxista confesso. E por este posicionamento, virou réu do primeiro processo aberto pela Comissão Geral de Inquérito da UFSC.

Aos primeiros sinais do golpe, amigos procurariam o professor para consolá-lo. Outros buscariam esconderijo na sua casa. Caso de Fernando Pereira Cristino, o “Nei”, profissional do PCB deslocado por Carlos Marighella para reestruturar o partido em Santa Catarina. Na data do golpe, Gallotti estava com viagem marcada para a URSS, onde acompanharia comemorações do 1º de maio. Com a virada de mesa dos militares, a prisão seria dada como certa em Florianópolis. Entretanto, não seria na primeira leva de presos que o professor cairia. Já desembargador aposentado, fora levado ao quartel da PM de Santa Catarina no dia 29 de abril e solto quase dois meses depois. Quando chamado para depor na comissão da UFSC, Gallotti teve de enviar a defesa por escrito. Não se esquivou. Confirmou as acusações de que participara de atividades consideradas esquerdistas. Consta no inquérito:

Declara estar orgulhoso de ter sido um dos signatários do chamado apelo de Estocolmo, contra experiências atômicas, como orgulhoso se sente de ter lutado contra aprovação do acordo militar Brasil-Estados Unidos e

que, também, tem muita honra em ter sido um dos fundadores da Liga de Emancipação Nacional e Presidente do seu diretório estadual.

Pesava sobre Gallotti uma série de outras acusações. Para os militares, seria “o mais antigo comunista de Florianópolis; obcecado pelas doutrinas marxistas, leninistas, etc”, registra um documento do SNI de 1969. Para os alunos, era um professor folclórico, porém de admirável inteligência. Ernani Bayer lembrou de reuniões com simpatizantes da esquerda no bar do foguinho, centro de Florianópolis, comandadas por Gallotti. “Nem sempre dava quórum”. O arquiteto, David Ferreira Lima, filho do homônimo reitor da UFSC, também conheceu o professor: “Esse era doido. Além de tudo era muito inteligente. Subia para o ônibus ali na figueira da Rua Trompovsky e ia até o fim fazendo discurso comunista. De esquerda, mas de esquerda radical. Aos berros. No fim da avenida, ele saía, voltava pra pegar o outro ônibus no sentido contrário e continuava.” Sem meio termo, Antônio Moniz de Aragão, relator do processo de Gallotti, pediu a exoneração do professor:

ISTO POSTO, considerando que o professor JOSÉ DO PATROCÍNIO GALLOTTI é socialista-marxista confesso,

(...)

CONCLUÍMOS,

1) que o professor José do Patrocínio Galotti não pode continuar no exercício da cátedra já que, por seus atos e atitudes, feriu os princípios do ato institucional.

(...)

2) que, por suas atividades, incorreu nos atos e sanções previstos na Lei de Segurança nacional. Tendo em vista o que se conclui no item 2º, deve ser encaminhada cópia dos presentes autos ao Sr. Cel. Comandante do 14º Batalhão de Caçadores, que, com o seu alto critério, determinará as providências cabíveis

Comissão de Inquérito

RELATÓRIO E CONCLUSÕES DO PROCESSO 1/64.

"descrever todas a atividade do prontuário seria coisa - impossível", eis como começa a ficha da Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina, de fls.49 d'êste processo, ao referir-se às atividades do mencionado professor ligadas às teses e - posições esquerdistas ou como membro de um daqueles muitos disfarces do Partido comunista. Vale, entretanto, mencionar algumas das principais peças dos presentes autos:

Introdução do parecer de Aragão sobre o professor Gallotti. Fonte: Arquivo Central da UFSC

Gallotti não foi exonerado da universidade. Porém, os termos utilizados no inquérito engordaram a ficha do professor, que respondeu à IPM junto de seu filho, Paulo Fragoso Gallotti, preso nas primeiras horas do golpe. O filho seguiria carreira de magistrado: tornou-se ministro do STJ.

A denúncia foi oferecida na 5ª Auditoria Militar, em Curitiba. "A acusação contra ele era de professar a teoria marxista. A acusação que era feita contra mim era de sofrer a influência dele. Algo maluco, eu fui ser juiz e ele era juiz...", disse Paulo Fragoso, o filho. Nos autos do processo, há listas de delações contra o professor Gallotti. Entre os acusadores, há o professor da UFSC e deputado estadual, Nereu do Vale Pereira, e o general da reserva Jaldyr Faustino Silva, que seria vice-diretor da Faculdade de Filosofia. Um ex-aluno, Darcy Brasileiro dos Santos, assinou uma declaração afirmando que "o professor durante as suas aulas (...) fazia pregação de doutrina comunista, (...) fugindo completamente o assunto das aulas, o que provocava até descontentamento dos alunos".

Após três anos respondendo ao processo em liberdade, um Habeas Corpus foi concedido ao professor no STF – o irmão e o sobrinho de Gallotti presidiram Supremo em outras épocas. "Os

fatos que se alegam contra o paciente não constituem infração penal”, registrou a ementa da petição. A denúncia contra Gallotti era, principalmente, ser “marxista confesso”, nos mesmos termos utilizados por Moniz de Aragão na comissão da UFSC. Durante a sessão do Supremo os ministros discutiram:⁴

- Eu já ensinei essa cadeira em minha vida, algumas vezes, por falta de professor – disse o Ministro Aliomar Baleeiro.
- História do Pensamento Econômico. É uma cadeira perigosa – respondeu Hahnemann Guimarães.
- O professor não pode deixar de tratar Marx (...) Naturalmente dando a Marx o que é de Marx, o que merece, criticando a parte em que ele, do ponto de vista puramente ontológico, era considerado um escritor ultrapassado e errado. Eu estaria na cadeira por isso também, e como eu, não sei quantos professores – concluiu Aliomar.

Nós, abaixo assinados, residentes em Florianópolis, declaramos que conhecemos o senhor JOSÉ DO PATROCÍNIO GALOTTI, e que é público e notório em Florianópolis, que o mesmo é comunista militante e ativo.

Florianópolis, em 22 de abril de 1964.

ASSINATURA	FUNÇÃO QUE EXERCE
PAULO WEBER VIEIRA DA ROSA	Gen Bda Res. Ex.
JALDIR BHERING BAUSTINO DA SILVA	Gen Bda Res. Ex.
SEBASTIÃO VARGAS	Professor SENAC
OZINALDO MESQUITA	Bancário
..... (ilegível)	Comerciário-Vereador PDC
ALDO BELLARMINO DA SILVA	Economista
NEREU DO VALE PEREIRA	Professor da V.S.C
BIRNO M. PERESSONI	Bancário
JULIO B. DUTRA	Major da Polícia Militar
NESTOR DUTRA	Funcionário Público Federal

Alguns moradores de Florianópolis acusaram Gallotti de ser “comunista militante e ativo”.

Fonte: Brasil Nunca Mais



Era para ser o udenista João Bayer Filho o primeiro reitor da UFSC, nomeado por Jânio Quadros em 1961. Mas Bayer Filho cedeu o cargo para Ferreira Lima (na foto). Fonte: Agecom/UFSC

Entre USC, UFSC e desafetos

Em uma noite de vento sul dois carros seguiram da Faculdade de Direito, na Rua Esteves Júnior, para o casarão na Bocaiúva, número 59. Um automóvel era o fusca de Ferreira Lima. O outro era uma rural Willys do sogro de Aluísio Blasi. Respectivamente, os funcionários número 01 e 02 no quadro da UFSC. A papelada da universidade foi transferida para a primeira Reitoria no início de 1962. O salão da casa estava vazio, iluminado por uma lâmpada pendurada por um comprido fio até o teto. Alguns móveis seriam arranjados na camaradagem com comerciantes da cidade. O prédio estava pronto para receber

aulas, dois anos após assinatura da lei que autorizava a criação da universidade.

Para tirar a UFSC do papel uma série de notórios professores e autoridades de Santa Catarina entraram ou em acordo, ou em disputa. Em paralelo, duas instituições foram idealizadas. Uma com o melhor terreno, a outra com mais verba. Uma era projeto udenista, já a outra, do PSD. Acabaram se unindo.

O professor Henrique Fontes, ligado à UDN, tomou a frente para construção da Cidade Universitária, ainda em meados da década de 1950. Com uma mão de autoridades como os Bornhausen e Heriberto Hülse, o campus no bairro da Trindade foi inaugurado em 30 de janeiro de 1961. Mantida pelo Governo do Estado, a Faculdade de Filosofia seria a primeira transferida para lá.

Já Ferreira Lima, ligado ao PSD, conseguira a lei que garantiria recursos federais para criação de uma grande universidade – a Faculdade de Direito, como um laboratório, fora federalizada anos antes. Com uma mão do pessedista Juscelino Kubitschek, em 12 de março de 1962, ocorreu a instalação da universidade, em cerimônia no Teatro Álvaro de Carvalho. Em curto intervalo, duas “Universidades de Santa Catarina (USC)” foram inauguradas por dois professores que viajaram à Brasília com a frequência de um deputado para conseguir apoio e verba.

Por fim, a faculdade de Fontes também foi federalizada e agregada ao projeto de Ferreira Lima. Faltava decidir o que fazer com o terreno na Trindade. Fontes e membros do movimento estudantil queriam levar todas as faculdades para lá. Ferreira Lima era contra. O CUN derrotou o reitor e as escolas foram aos poucos retiradas do centro. Os correligionários de Fontes reclamam de esquecimento seletivo da história do professor com a Universidade. Um dos principais argumentos seria o batismo do campus central da UFSC, no bairro Trindade: “João David

Ferreira Lima”, nome do reitor que subestimou o potencial daquele espaço.

Coube a Ferreira Lima montar a primeira gestão da UFSC. O reitor cercou-se de ex-alunos da Faculdade de Direito. Os principais eram Aluízio Blasi, um trintão, já veterano no meio dos jovens Ernani Bayer, Emanuel Campos, João Nilo Linhares, Murilo Gonzaga e Silveira Lenzi. A maioria, além de recém-formada, foi ativa no movimento estudantil e renderia dores de cabeça ao reitor após o golpe.



De terno escuro, o professor Henrique Fontes, ao lado do engenheiro Olavo Arantes; ao fundo a construção da primeira faculdade na Trindade. Fonte: Agecom/UFSC

O reitor Ferreira Lima prestou dois depoimentos para a comissão da UFSC. Um por escrito, e outro na presença dos investigadores. Numa noite de fim de junho, sentou-se diante dos professores Vitor Lima, Antônio Muniz de Aragão e o futuro reitor, Roberto Mündell Lacerda. No interrogatório, o reitor negou as acusações contra seus comandados. “O depoente

absolutamente ciência alguma tem que qualquer desses três funcionários tenham ideias subversivas", consta no relatório.

Além do questionário com respostas brandas, Ferreira Lima teria de apontar, por escrito, o que notara de subversivo nos gestos de professores, alunos e servidores. O tom seria outro. E o alvo principal seria o diretor da Faculdade do Direito, Henrique Stodieck, "que constituirá um capítulo especial da nossa exposição", escreveu o reitor. "Contra os demais nada sabe esta Reitoria."

O reitor e o professor Stodieck eram adversários declarados. As disputas vinham desde a Faculdade de Direito, onde ambos foram diretores. Stodieck, melhor entrosado com a UCE e Caxif, agitava os universitários em campanhas em que o reitor era contrário. O ápice da crise ocorreu às vésperas do golpe, quando alunos, com apoio de Stodieck, solicitaram intervenção federal na universidade. Queriam a saída do reitor. O golpe militar daria a Ferreira Lima oportunidade de dar o troco.

Cinco das seis páginas que o Ferreira Lima utilizou para falar dos diretores das Faculdades foram preenchidas com acusações contra Stodieck. As primeiras são baseadas na relação dele com organizações estudantis:

É público e notório que a UNE era órgão subversivo de permanente atuação e com ligações íntimas com a UIE, com sede em Praga e ramificação em todos os países comunistas.

É público e notório que os órgãos estudantis FEUSC, UCE e o Diretório da Faculdade de Direito, cujos presidentes foram ou ainda estão presos pelas autoridades militares, mantinham íntimas ligações com a UNE, acompanhando e aprovando a política subversiva daquele órgão estudantil. E tanto foi assim que, em Florianópolis, foi realizado um congresso da UNE e, aqui estiveram, proferindo conferências os Srs. Leonel Brizola e Pe. Alípio (de Freitas), sendo que o citado congresso, conforme afirmou o próprio Diretor, foi realizado na Faculdade de Direito. (...)

Não obstante tudo isso, nada sabemos ou consta que o Diretor responsável pela ordem na Faculdade e respeito ao regime vigente, houvesse tomado quaisquer medidas tendentes a coibir tal atividade subversiva. Muito pelo contrário o que sempre fez foi omitir-se ou, em alguns casos, apoiar os estudantes.

Ex-funcionários da Reitoria lembram de um Ferreira Lima irritado e desconfortável diante do pedido de intervenção Federal na universidade feito pela UCE, com apoio de Stodieck. Além do desgaste para apresentar defesa ao Conselho Federal de Educação, o reitor entraria no regime militar com denúncias de má administração nas costas. Às vésperas do golpe, desembarcaram em Florianópolis dois ex-ministros da educação para ouvir os lados da disputa. Abgar Renault foi ministro de Nereu Ramos, enquanto Péricles Madureira de Pinho atuou na gestão de Getúlio Vargas. Houve reuniões com alunos e com a equipe de Ferreira Lima. A resposta, em favor do reitor, seria anunciada durante a ditadura – o parecer, entretanto, foi assinado em 31 de março.

A intervenção na Universidade de Santa Catarina, com o nosso afastamento, foi tentado por todos os meios. Primeiro, o citado Diretor, denunciando a Reitoria, solicitou ao Presidente da República “renúncia” do cargo de Diretor. (...)

Posteriormente, falhando a tentativa, os mesmos acadêmicos da UCE e do Diretório da Faculdade de Direito e, em seguida, da UNE, enviaram denúncia contra a Reitoria ao Presidente da República, Ministro da Educação e Cultura e Conselho Federal de Educação, pedindo intervenção na Universidade e nomeação de Reitor pro-tempore. (...) Parece-nos que o pedido de intervenção estaria no esquema da subversão da ordem (...).

Partindo toda esta ação da UCE (dirigida pelo acadêmico de Direito Rogério Queiroz) e do Diretório da Faculdade de Direito (acadêmico Eduardo Luiz Mussi) é de estranhar que o Diretor estabelecido se omitisse, inteiramente, e até apoiasse tal plano.

Apoio que mais se evidenciou em permitindo que os acadêmicos colocassem, na fachada do próprio federal, em que funciona a Faculdade de Direito, faixa com os dizeres “Queremos intervenção na USC” e que ali permaneceu por largo tempo. Esta faixa só foi retirada quando o acadêmico de Direito Volney Millis protestou, perante o Diretor, requerendo reiteradamente a sua retirada. (...)

Vê-se, assim, que o Diretor apesar de alertado pelas reiteradas solicitações de um acadêmico democrata e consciente, nenhuma providência tomou, não obstante a proibição expressa em Lei.

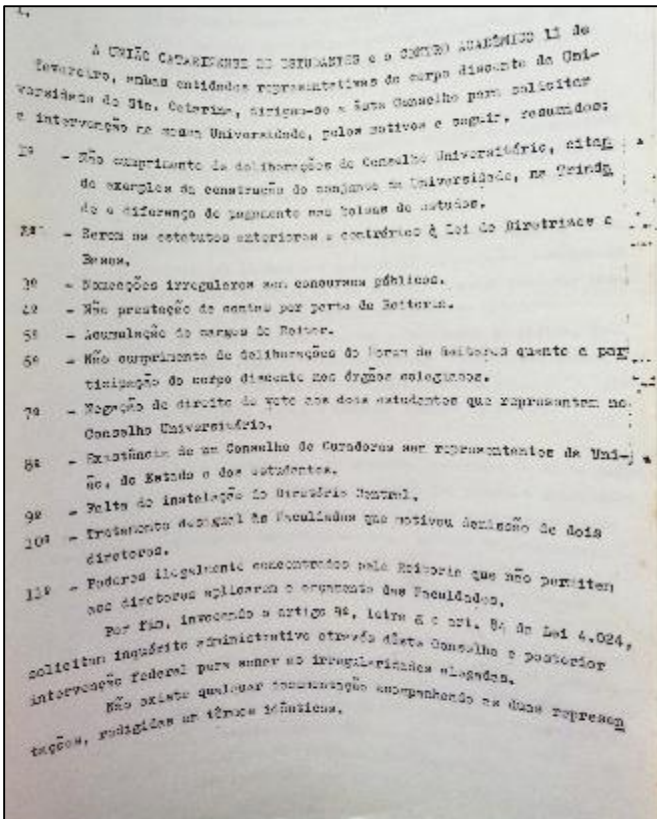


Henrique Stodiek: recebeu a medalha “João David Ferreira Lima” em 2002, *in memoriam*, concedida pela Câmara Municipal dos Vereadores de Florianópolis.

A comissão também exigiu que Stodiek apontasse o que notara de subversivo na Faculdade de Direito – todos os diretores tiveram de enviar o mesmo documento. Em meia página, o professor respondeu que nada sabia. Ferreira Lima rebateu: “É de estranhar que o diretor não saiba que o acadêmico Luiz Carlos Mussi (presidente do Caxif) foi preso por ordem das autoridades em plena aula, na Faculdade de Direito”.

Os professores continuariam discordando nos próximos anos. “Eles não se gostavam. Desde a Faculdade de Direito. Sempre foi voto contrário em tudo que o papai fez lá. Meu velho não suportava o Stodieck. Ele não o suportava também”, explicou David Lima, filho do ex-reitor.

O aluno Volney Millis, que retirou da Faculdade de Direito faixa pedindo intervenção na UFSC, foi contratado para o quadro do gabinete da Reitoria. Também assumiu a direção da UCE após o presidente Rogério Queiroz ser preso e afastado pelos militares.



Recorte do pedido de intervenção apresentado pela UCE e Caxif, com apoio de Stodieck e contra o reitor. Fonte: Arquivo Central da UFSC

Pessoas próximas ao ex-reitor Ferreira Lima apontam que, nos bastidores, houve articulação com o comandante do 14ºBC, coronel Gama D’Eça⁵, para aliviar a mão nas acusações contra estudantes e funcionários da universidade. O militar era responsável por abrir inquéritos e levá-los para a 5ª AM, em Curitiba.

O contato era feito por Ferreira Lima com o pai do coronel, professor da UFSC, Othon Gama D’Eça. “O reitor alertou ao Othon que o Felipe (Gama D’Eça) poderia ter consequências de outra ordem, como não subir na carreira ou coisa parecida. O Felipe era muito afoito”, afirmou Ernani Bayer. O coronel Gama D’Eça conduzia com rigidez as investigações em Florianópolis. Porém, teria se desiludido com o que considerava revolução de 1964, ao perceber indícios de corrupção em outros estados. “Ele ficou muito chateado porque teve nepotismo e outras coisas (...) lembro um dia que o Felipe entrou no gabinete do Ferreira Lima, eles se davam bem. Estava chateado por não perceber rigor nas investigações. Aí começaram a soltar o pessoal lá no Rio de Janeiro, ele disse, ‘vou fazer a mesma coisa e não mandar processar ninguém’. Concluiu para Curitiba que não processaria ninguém”, afirmou Bayer.

A desilusão de Gama D’Eça foi “a coisa mais importante que aconteceu em Santa Catarina” naquele período, considera. “Pouca gente teve acesso à informação. Eu tive acesso porque era chefe de gabinete do reitor”.

O relatório final da comissão da UFSC aponta seis professores e dois funcionários indiciados, porém não apresenta os nomes. Os processos de outros quatro estudantes e um ex-assessor voluntário foram remetidos para investigação de outra comissão, formada pela alta patente militar do estado. Apenas parte das centenas de páginas produzidas pelas comissões gerais e de cada faculdade foi encontrado no Arquivo Central da UFSC. Marcados com selos de secreto, os principais documentos da

universidade, relacionados ao regime militar, estavam inacessíveis para consulta no arquivo da UFSC⁶ até o final de 2014.

Ainda que nem todos os indiciados pela comissão formada na UFSC tenham respondido a processos na justiça militar, outros inquéritos seriam abertos, baseado em denúncias e comissões empreendidas em outros setores, como comandos do Exército, Marinha e investigações da ALESC.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

TELEGRAMA

RECEBIDO DE

De 16/1/57 horas

MAGNIFICO REITOR PROF JOAO DAVID FERREIRA DUMA UNIVERSIDADE DE SC FLORIANOPOLIS SC

PREAMBULO F. 42 DE MVOP BRASIL/DF 459506 62 27 1530

HABITUE-SE A INDICAR NO RECIBO DO SEU TELEGRAMA A HORA EM QUE O RECEBER, COM ESSA PROVIDENCIA, AUXILIARÁ O DEPARTAMENTO NA FISCALIZACÃO DA ENTREGA DOS TELEGRAMAS.

CHEGANDO COM FREQUENCIA MEU CONHECIMENTO QUE ESTUDANTES LATINO AMERICANOS NOSSAS ESCOLAS SUPERIORES SAO ELEMENTOS DE ACAO SUBVERSIVA PENSO SER NECESSARIO COMISSAO ESPECIAL INQUERITO CADA UNIVERSIDADE ET ESCOLA SUPERIOR ISOLADA PARA RIGOROSA APURACAO ET A PRAZO MUITO CURTO PT

ATS SDS FLAVIO LACERDA MINISTRO EDUCACAO CULTURA

O ministro Suplicy de Lacerda pediu abertura de uma terceira comissão de inquérito, contra alunos latino-americanos. Todos foram chamados para depor. Concluíram que os alunos eram, em sua maioria, pobres que vinham estudar em Florianópolis pelo custo de vida baixo, sem relações com a política. Ninguém foi indiciado. João Baptista Bonassis (presidente), Edmundo Accácio Soares Moreira, Samuel Fonseca e Teodoro Rogério Vahl (secretário) integraram a comissão. Fonte: Arquivo Central UFSC.

3^a Parte:

Ressaca

Ato 2

As oligarquias de Santa Catarina encontraram solução caseira para sobreviver ao enrijecimento da ditadura. Quando o Ato Institucional nº2 extinguiu a vastidão de partidos que havia no país, Ramos (PSD) e Konder-Bornhausen (UDN) acomodaram-se na sigla de sustentação do regime, a ARENA. O novo desenho do executivo de Santa Catarina preservou o governador eleito, Ivo Silveira (PSD). Já o vice eleito, Francisco Dall'Igna (PTB), seria cassado.

Para preencher o cargo com um nome udenista e fechar a dobradinha das famílias no Palácio do Governo, a constituição estadual precisou ser alterada. Dois anos mais jovem do que antes era permitido, Jorge Konder Bornhausen entrou para política, aos 28, como vice-governador biônico.

Por meio do novo ato institucional, os militares descumpriram a promessa de sair do poder e lançaram nova fase de instabilidade no país. A eleição estadual de 1965 seria uma das razões para a guinada autoritária. Em alguns estados, a oposição foi melhor do que esperavam os militares. O cenário daquele pleito não trouxe novidades em Santa Catarina: os vitoriosos PSD e PTB de um lado, UDN para o outro.

Em dezembro de 1965, o cônsul estadunidense em Curitiba, Douglas McLain, apontou que questões pessoais haviam tomado dimensão pública durante campanha de Antônio Carlos Konder Reis (UDN)¹. Para o diplomata, a população de Santa Catarina seria tão conservadora que “preferem um possível comunista como vice-governador (Francisco Dall'Igna) do que um quase certo homossexual na liderança (Konder Reis)”. Agentes de consulados dos Estados Unidos escreveriam dezenas de relatórios sobre a eleição no país, incluindo em Santa Catarina. Em outro trecho, revelou: “Aliás, a cisão da UDN era tão séria que, durante a campanha, o deputado federal Lauro Carneiro

Loyola tentaria boicotar a campanha da própria sigla. Teria se referido a Konder Reis como ‘machão’ (homem robusto) e solicitou aos membros leais da UDN para votarem em branco”.

A cisão dos partidos se manifestou nas prévias eleitorais. O udenista Nilson Bender, ligado à fundição Tupy, de Joinville, queria assumir o protagonismo dos oligarcas Konder-Bornhausen. No lado do PSD, dois grupos entraram disputaram o topo da sigla: os “paraguaiois”, liderados pelo oligarca Aderbal Ramos, e os tecnocratas “sorbonnistas”, influenciados por Celso Ramos, com ideias do professor da UFSC, Alcides Abreu.

Em meio a discussões sobre possível candidato pessedista, Aderbal Ramos teria cogitado o então reitor Ferreira Lima. A boa relação era antiga. Ambos haviam estudados juntos na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Quando eleito governador, em 1947, Aderbal Ramos montou uma pequena equipe de quatro secretários. Entre eles, Ferreira Lima na pasta da Fazenda. O biógrafo do ex-governador, Luiz Henrique Tancredo, afirmou que não passou de boato: “Na pesquisa que fiz para a biografia de Aderbal somente uma fonte, da família do ex-reitor, aventou a hipótese” de ser candidato.

Por fim, seria eleito para o governo o ex-presidente da ALESC, Ivo Silveira, um candidato meio-termo encontrado pelo PSD.



Protestos contra governo e reitoria em 1966, com a presença de calouros. Fonte: Agecom/UFSC

Sangue novo

Quando o golpe completou dois anos não houve um ruído contrário nos corredores da universidade. Derlei Catarina de Luca chegara há pouco de Içara, litoral sul de Santa Catarina, para estudar na Faculdade de Filosofia. No interior do estado, participava de grupos da esquerda católica e falava abertamente sobre política. Estranharia o silêncio na faculdade. Com os militares no poder, a UCE perdeu a autonomia e fechou as portas, junto da UNE e centros acadêmicos – o movimento estudantil ficou acéfalo. Catarina reparou um cartaz pequeno, discreto, em folha de papel embrulho, colado na parede. “31 de março, vamos conversar sobre isso?”, estava escrito. Havia local e horário indicados para uma reunião.

Ainda que estivessem fora da prisão, as antigas lideranças estudantis da cidade eram constantemente vigiadas. Ex-presidente

dos secundaristas, José Manoel Soar, o “Jaraguá”, lembra que fora advertido para não se meter em nada considerado subversivo. “Eles me encontraram uma vez na rua, chamaram a polícia, vieram uns três ou quatro, eu saí correndo. Na frente do Koerich, na rua Felipe Schmitd, foram me dando com cassetete, me quebraram todo, noutra ocasião vieram com baioneta”, disse. Quando entrou para Faculdade de Direito, recebeu novos alertas para se calar. Estava liberado apenas para o futebol de salão. Colegas que o conheciam da política dos anos anteriores tentariam incluí-lo nas atividades do curso e o balde de água fria viria em seguida. “Como entre nós havia os dedos-duros, antes de terminar a aula já tinha um agente da polícia me chamando, ‘que história e essa?! Você não pode aceitar *isso e aquilo*’.

A jovem Catarina atendeu ao tímido convite indicado no papel de embrulho. Encontrou semblantes curiosos. Dois estudantes de Direito estavam no local combinado, Nelson Wedekin e Markian Getúlio Kalinoske. Decidiram que aquela data não passaria em branco. “Tomamos a decisão naquele dia de ver se tinha alguém que dava para puxar na universidade e tentar reabrir os diretórios”, afirmou Catarina.

Pelas mãos dos próprios professores da universidade, o diretório da faculdade onde Catarina estudava sofrera intervenção após o golpe. Um documento do 5ºDN traz o relato do informante general Jaldyr Faustino, vice diretor da Filosofia. O militar assumiu o cargo após o golpe, “aproveitando a situação pós-revolucionária” e como o diretório estava “totalmente infiltrado por comunistas (...), o fechou e nomeou nova diretoria para o mesmo”, revelou o documento.

Estudantes de outras faculdades encontrariam barreiras similares. O Caxif convocou eleições para outubro de 1965. O único a se candidatar foi Orestes Vidal Guerreiro, ex-militante da UCE, que fora preso no ano anterior. Quando soube que um aluno fichado seria candidato, o secretário de Segurança, coronel Danilo

Klaes, convocou o diretor da faculdade, o reitor e um representante dos estudantes para uma reunião em seu gabinete. Seria inviável uma eleição com Guerreiro como cabeça de chapa, alertou o secretário. Ferreira Lima defendeu a tese do coronel, já Cascaes não queria intervenção no pleito. No fim, decidiram adiar a eleição até o MEC dar uma resposta. Ali mesmo escreveram um cabograma ao ministro Suplicy de Lacerda.

As urnas para eleição foram colocadas na faculdade numa manhã de outubro, sem o aval da Reitoria, do ministro e dos militares. Entretanto, com apoio de Cascaes. Acionado, o DOPS acabou com o pleito e as urnas foram apreendidas. Tempo depois, outra tentativa de escolha de gestão para o Caxif seria interrompida pela polícia. “Após a interdição, os estudantes entraram com um mandato de segurança. Cinicamente e debochadamente o Dr. CASCAES comunicou ao reitor que a peça fora muito bem redigida – pelos próprios meninos”, registrou a ficha política do então diretor da faculdade.

O DCE também convocaria eleição para escolha de nova diretoria no ano seguinte ao golpe. O reitor Ferreira Lima declarou inelegível o candidato à presidência do diretório, Newton Aires de Alencar, que respondera a inquérito por subversão nos primeiros meses do regime militar.

O não do Marechal

“Nas circunstâncias atuais, julgo inaceitáveis os nomes constantes da lista apresentada. Em 22 de julho de 1966, M. Castello Branco”. Com estes termos, escritos à mão, no topo da folha – um garrancho –, o presidente da república recusou os nomes propostos para a direção da Faculdade de Direito da UFSC. A lista era formada por três opositores do regime militar: Waldemiro Cascaes, Henrique Stodieck e Aldo Ávila da Luz.

Os nomes barrados pelo marechal foram escolhidos pela congregação da Faculdade de Direito. Nos termos de um regime centralizador, cabia ao presidente dar a canetada decisiva. Meses mais tarde, o marechal escolheria para a direção, a partir de nova lista, o desembargador Eugênio Trompowsky Filho, encerrando a gestão considerada subversiva.

Cascaes e Stodieck também eram fortes opositores da Reitoria. O último tentara o afastamento de Ferreira Lima do cargo em mais de uma ocasião. Eram antigos desafetos. A ficha do SNI de Stodieck revela: “Quase foi eleito vice-reitor, por manobra do seu grupo”.

O terceiro nome da lista, Aldo Ávila da Luz, passou dias na cadeia em 1964 pela atuação como juiz. À época genro do magistrado, Ernani Bayer recordou da madrugada em claro que passou em 31 de março. “Rodava uma caminhonete da polícia a noite toda para vigiar. Aí ele (Luz) foi preso dois ou três dias depois”, afirmou. Na cadeia, encontraria outros professores, como José do Patrocínio Gallotti, ambos com mais de 50 anos de idade. “Um grupo de generais reformados ia para o centro da cidade colher assinaturas alegando que *fulano* era comunista. Com base naquilo faziam as prisões”, disse Bayer. “Nós até usamos o escritório dele para não demonstrar que estávamos fugindo de algo”.

Em outubro de 1966, o presidente Castello Branco daria a segunda canetada em documento com nome de Luz envolvido. O juiz entrou para uma lista de autoridades cassadas pela ditadura militar, na onda do AI-2. Os direitos políticos foram suspensos por uma década. Como consequência, deixou a universidade. Juiz eleitoral de Santa Catarina, Luz relatara o processo para registro de candidatos do MDB às eleições de novembro daquele ano. O voto foi favorável aos opositoristas do regime. “A decisão do Tribunal se deu minutos depois de iniciada a sessão e comunicada ao Partido (MDB). Às 18 horas, entretanto, era divulgada a

relação dos cidadãos que tiveram seus mandatos parlamentares cassados e suspensos seus direitos políticos, entre os quais se encontrava o desembargador Ávila da Luz”, registrou o *Jornal do Brasil*, em edição de 14 de outubro de 1966.

Alunos do direito até arriscaram manifestações contra o afastamento do professor. Nada à altura da ordem de um presidente. A coluna JB Informe, do *Jornal do Brasil*, no dia 16 de outubro puxou informações de décadas atrás para justificar a cassação de Luz. “O juiz auditor (...) foi designado delegado do PCB junto aquele tribunal em 1945. No balancete do PC figurava como contribuinte da imprensa popular. (...) Seu escritório serviu várias vezes para reuniões de líderes comunistas. Assinou, e algumas vezes em primeiro lugar, listas e manifestos pró-comunismo.”

A mesma onda de punições cassou e retirou os direitos políticos do ex-deputado federal e ex-vice-governador, Doutel de Andrade (PTB).

Nas circunstâncias atuais, julgo inconveniente
o nome constante de lista apresentada.
Em 22 julho 66.
H. Costa Silva

E.M. n.º 373

Em 24 de junho de 1966

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a lista triplíce elaborada pela Congregação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, a fim de que, na forma do artigo 52, do Estatuto da mesma Universidade, aprovado pelo Decreto n.º 50 580, de 12 de maio de 1961, combinado com o artigo 43, da Lei n.º 4 881-A, de 6 de dezembro de 1965, e, de acôrdo com o artigo 3.º, do Decreto n.º 56 410, de 3 de julho de 1965, seja escolhido e nomeado o respectivo Diretor.

A lista triplíce em referência constituiu - se dos seguintes nomes:

- 1.º escrutínio - VALENTEIRO CASCAES, Professor Catedrático, vitalício, de Direito Judiciário Civil (1.ª cadeira), com 10 (dez) votos;
- 2.º escrutínio - HENRIQUE STODIERE, Professor Catedrático, vitalício, de Direito do Trabalho, com 6 (seis) votos;
- 3.º escrutínio - ALDO ÁVILA DA LUS, Professor Catedrático, vitalício, de Direito Civil (3.ª cadeira), com 9 (nove) votos.

Assim, tendo sido preenchidos todos os requisitos legais e regulamentares necessários à efetivação da medida, passo às mãos de Vossa Excelência os anexos projetos de decreto, para a escolha do novo titular do cargo, em comissão, de Diretor da aludida Faculdade, símbolo 5-0.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

Pedro Aleixo

No tipo da página, o manuscrito do presidente marechal Costa e Silva vetando nomeação de qualquer um dos três candidatos propostos para a direção da Faculdade de Direito.
Fonte: Arquivo Nacional

Laboratório do regime

No final de 1966, o governo desengavetou um projeto que brotara do movimento estudantil em tempos de democracia: a reforma universitária.² Com muitos retoques, ao gosto dos militares, somado a contribuições de especialistas em educação vindos dos EUA, o presidente Castello Branco assinaria decreto forçando as instituições a entrarem nos eixos do projeto.

Quando as universidades perceberam que o choque de gestão era para valer, a UFSC estava passos à frente do restante do país. O reconhecimento partiu de Rudolph Atcon, um grego naturalizado estadunidense, mentor intelectual da reforma, o homem dos acordos MEC-USAID³. “Em Florianópolis encontrei a solução administrativa para as universidades brasileiras”, escreveu em relatório que serviria como coordenada para o projeto. Além do camarão da Lagoa da Conceição, o que cativara Atcon na capital catarinense foram as saídas consideradas inovadoras dos gestores de uma universidade em expansão. A UFSC cresceu de cerca de 850 alunos no ano do golpe para mais de 2000 três anos depois.

Alavancado pelos trabalhos da reforma universitária, o reitor Ferreira Lima ganharia projeção nacional. Assumiu a presidência do conselho criado para aproximar a gestão das escolas, o Conselho de Reitores (CRUB). Trabalharia ao lado de Atcon, que sugerira a criação do órgão e fora contratado como secretário. Por outro pedido do mesmo personagem, o governo liberaria verba para a UFSC tornar-se escola do projeto de modernização do ensino superior – a coroação da universidade que serviu como laboratório para o projeto dos militares.

Eu seu livro de memórias, Ferreira Lima escreveu:

No orçamento federal de 1967, para surpresa nossa, foi feito um destaque, pelo ministro Roberto Campos, constante de dotações de Cr\$ 400.000,00 em favor da UFSC, destinado a custear as despesas de

Cursos de Treinamento e Aperfeiçoamento em Administração Universitária, que deveria ser feito pelo pessoal de outras universidades aqui. Sugestão Atcon. Só terminou em 1971.

A reforma tornou-se assunto urgente dentro da universidade. Um grupo de trabalho com cerca de dez professores se formou para discutir as mudanças que a instituição deveria adotar. Entre os membros, estavam os professores Roberto Mundell Lacerda e Felipe Gama D'Eça. O primeiro integrou comissão de inquérito que caçou os considerados subversivos na UFSC, o outro fora comandante do 14ºBC no ano do golpe. Após meses de trabalho, o grupo entregaria um relatório ao CUN. O professor Henrique Stodieck sugeriu uma assembleia universitária “para que todos da universidade pudessem conhecê-la (reforma) e apresentar sugestões”. O reitor foi contra, e a reforma passaria sem contraponto.

“É aquela história, na hora que viram que o negócio era para valer mesmo, o recurso qual é? É o recurso populista, convocar uma assembleia, aí no caso eu não acredito que a reforma passasse”, alegou Roberto Mundell Lacerda, em entrevista para trabalho “Ontogenia de uma universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980)”, tese de doutorado da professora Elizabeth Farias da Silva.

Para o movimento estudantil no país, a reforma universitária representava o mais forte sintoma da intervenção dos EUA na educação superior brasileira. Na UFSC, os primeiros sinais dessa aproximação surgiram logo após o golpe. Em maio de 1964, o embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon, apontado como articulador da derrubada de João Goulart, seria agraciado com uma farta mesa de carnes e bebidas no jardim da Reitoria da UFSC. Era parte da agenda do diplomata em Santa Catarina. Grupos de alunos até ensaiaram protestos. Manoel Soar lembra de uma reunião com secundaristas num porão, com a ideia

de construir bombas caseiras para impedir a visita. Não saiu do papel. Já Diomário Queiroz chegou perto do embaixador, junto de outros alunos do Direito, sob olhares do reitor, para evitar confusão. “Gordon disse que o estudante brasileiro era super politizado, até demais”, disse Queiroz.

Heitor Bittencourt era o representante dos alunos no conselho universitário. Lembra de ser chamado de xenófobo e comunista ao criticar as orientações do homem dos acordos MEC-USAID para o ensino superior. “Atcon é uma pessoa que deveríamos ir atrás, colhendo as pérolas que deixa pelo caminho”, rebatia o reitor.

Foi nos EUA que grupos de funcionários das universidades brasileiras receberam treinamento técnico para a reforma. Chegando lá, o arquiteto da UFSC, David Lima, foi surpreendido com assuntos além do combinado. “Nós ficamos quatro meses visitando os *campi* universitários. Nós tínhamos as reuniões com um americano, o homem que fazia investigações. Daí me perguntou, ‘fulano de tal, fulano de tal, é comunista?’ Eu respondi que não estava ali pra delatar ninguém”, disse.



Baileco

Aos domingos, nos clubes do centro de Florianópolis, era dia de baile. Cada faculdade fazia uma grande festa por ano. Os homens iam de terno e cabelo lambido. As moças de vestido e bem maquiadas. Derlei Catarina de Luca terminou as pichações pelo centro de Florianópolis no final da tarde e correu para casa de uma tia, próximo da Praça XV – por várias cidades do estado, os alunos pintaram muros com frases que iam de “Reitoria corrupta” a “Vietnam vencerá na guerra”. A então estudante trocou a calça jeans e camiseta por batom vermelho e vestido. Saiu com pressa para não perder a festa da Engenharia.

Após ressaca do golpe que deixou o DCE sem gestão por anos, a chapa “Terceira Força” assumiria a entidade em meados de 1967. Era uma composição de estudantes ligados à AP e PCB, a maioria vindos do interior do estado, mais assustados por morar fora da casa dos pais do que com a ditadura que censurava e vigiava, mas ainda era pouco marcada pela violência policial em Santa Catarina. Comparado ao período anterior ao golpe, os movimentos de reivindicação encolheram: as parcerias entre universitários, operários e até donas de casa eram inviáveis em tempos de sindicatos sob intervenção ou fechados. “Os estudantes eram vistos, por uma sociedade que fora calada, como liderança na luta pela redemocratização e contra o imperialismo”, afirmou Heitor Bittencourt, eleito presidente do diretório naquele ano. “Havia apoio silencioso e prudente à nossa atividade”.

Na entrada da festa da Engenharia estava o delegado do DOPS, Manoel Antônio Fogaça de Almeida. Era comum agentes se misturarem aos jovens em bailes das faculdades. Sequer disfarçavam. À meia luz e ao som de *Beatles* os universitários

aproveitavam para dançar, namorar e repassar informações de interesse do movimento estudantil. “O delegado Fogaça aparecia nos bailecos. O Bittencourt até trocava piada com ele”, disse Catarina. Naquela noite, quando a jovem entrou no clube, o policial achou graça, “se trocou bem rápido, né”, disse. “Ele sabia que às seis da tarde eu estava pichando. À noite eu apareci bonita para o baile. A gente não tinha medo. Não existia o terror. O terror foi depois do AI-5”, afirmou a ex-aluna.

Os primeiros passos do grupo que comandava o movimento estudantil foram tímidos: reuniões improvisadas para reabrir os centros acadêmicos. “Encheu a sala e a gente não sabia o que falar”, lembrou Catarina. Em menos de um ano, os alunos tinham o DCE nas mãos e centros acadêmicos abertos, com direções eleitas.

As tensões que marcaram o país no ano de 1968 fizeram as lideranças estudantis de Santa Catarina mergulharem na atividade política. As organizações clandestinas, AP e PCB, faziam reuniões regulares com alunos da UFSC na liderança. Delegações de Florianópolis participaram de conselhos da UNE e militantes vieram de todo o país para atividades na ilha. Eram os deslocamentos de militantes para “cobrir ponto”. Com nomes falsos, gestos combinados com antecedência e outros códigos de segurança, os jovens trocavam documentos e informações das atividades clandestinas. Se alguém não aparecesse no local combinado, a recomendação era sair dali: poderia ser armação do regime. “Fomos visitados por vários dirigentes da UNE. José Mata Machado, Honestino Guimarães e Gildo Lacerda estiveram aqui. Seriam assassinados anos mais tarde”, lembrou o ex-presidente do CA das Engenharias, João Tadeu Strugo Socas.

Apenas o AI-5 estancaria as greves, passeatas e pichações que ganharam corpo em Florianópolis durante 1968. Era reflexo do turbulento ano marcado por violência, com foco no centro do país. “Quando mataram o Edson Luiz, a gente se reuniu no DCE.

Fomos em todos lugares onde tinha baile pra anunciar. Passamos a noite fazendo folhetos, fizemos várias manifestações. O Instituto de Educação parou, a universidade parou. Parou tudo”, disse Catarina.

Estudantes foram presos em algumas manifestações. Os homens dormiam no presídio de Biguaçu e eram liberados no dia seguinte. Em uma ocasião, Catarina foi para casa do secretário de Segurança, general Paulo Gonçalves Vieira da Rosa, o Rosinha. Ele não queria menina universitária na cadeia. Dormiu no quarto da filha do militar e recebeu café com leite da esposa. “Me tratou super bem”, afirmou.

Quando saiam de Florianópolis os militantes se deparavam com a violência que o regime impunha ao país. Heitor Bittencourt viajava para um encontro universitário em Belo Horizonte quando a polícia invadiu o ônibus no meio da estrada. Com rosto fino e orelhas de abano, sem barba no rosto, Bittencourt era facilmente confundido com adolescente. Uma senhora percebeu que os policiais prenderiam o jovem e ofereceu o ombro. “Disse para eu encostar a cabeça nela e fingir que era seu filho”. Na capital mineira, ainda recebeu hospedagem daquela que o salvara.

A agência do SNI em Curitiba enviou um relatório para a central do *Serviço* sobre o movimento estudantil em Florianópolis. O que despertou atenção foi o conflito entre estudantes da UFSC e o reitor Ferreira Lima pela revisão do contrato com a empresa Irmãos Daux, proprietária de edifícios que abrigavam 256 universitários. Um dos protestos terminou na casa de Ferreira Lima, onde o reitor recebeu documentos que exigiram rescisão dos contratos de aluguel. No trecho destacado, agentes do Serviço listaram o que sabiam sobre a relação entre o reitor e o consórcio.

ACT/SNI INFORMAÇÃO Nº018/SNI/GAB/1968 MOVIMENTO ESTUDANTIL EM FLORIANÓPOLIS/SC SNI CURITIBA 1 JULHO 68.

São conhecidos os seguintes fatos:

-O reitor, após a entrevista em sua casa com os estudantes, oficiou ao presidente da Casa dos Estudantes, fazendo contraproposta à reivindicação de rescisão do citado contrato, de reduzir de 30 para 20 cruzeiros novos a contribuição de cada estudante para o aluguel das vagas. A contraproposta não foi aceita pelos estudantes

- Não há nenhum ato público que demonstre ter havido concorrência para lavratura de tão vultuoso contrato de alojamento;

- DAVID FERREIRA LIMA FILHO, engenheiro, filho do Reitor, é sócio de um dos contratantes, o Sr. JOSÉ CARLOS DAUX;

- O reitor é aposentado do Estado de SC por "incapacidade definitiva para exercício em cargo público" (Diário oficial/SC, 11 jun 56);

- Dr. HENRIQUE STODIECK, juiz do trabalho e professor da Faculdade de Direito da UFSC, em Fev 65, encaminhou documento ao Exmo Sr. presidente da república em que aponta inúmeras irregularidades na gestão do então e atual reitor daquela universidade;

- O reitor é assessorado por dois professores que registram antecedentes subversivos:

ERNANI BAYER: diretor de assistência ao estudante da UFSC. Esteve em CUBA, membro do Comitê de Solidariedade a Cuba

MURILO PIRAJÁ MARTIS - Assessor do reitor, promoveu campanha para a legalização do PCB.

Tem-se observado que a corrupção ou seu simples indício, na área do magistério, serve de pretexto às reivindicações tendenciosas de elementos esquerdistas que propositadamente as misturam com reclamações que frequentemente se afiguram legítimas, face às evidências de fatos realmente constatados

Algumas autoridades de Santa Catarina endossaram os argumentos dos alunos. “O cara do CENIMAR (inteligência da marinha) deu uma entrevista afirmando que os estudantes tinham razão”, afirmou Derlei Catarina de Luca.

Dados a ficha política do então procurador Napoleão Xavier do Amarante, uma das autoridades que manifestaram apoio aos universitários, revelam dificuldades para sua nomeação como professor da UFSC durante a década de 1970. “O reitor (Ferreira Lima) parece não desejar a presença do Prof. NAPOLEÃO AMARANTE por ter o mesmo tomado parte em protesto estudantil contra a sua gestão (caso DAUX)”, registrou o documento.

Por fim, o contrato de aluguel foi rescindido. Catarina, junto de outros estudantes, mudou-se para outro prédio arranjado para a universidade. E alguns alunos receberiam auxílio financeiro para despesas de moradia.



À esquerda, capa da revista *Veja* sobre o congresso de Ibiúna; ao lado, a revista *fatos e fotos* estampa a morte do estudante Edson Luis, que desencadeou diversos protestos contra a ditadura.

Ibiúna

Em outubro de 1968, quatorze estudantes saíram de Florianópolis, na surdina, para participar do congresso da UNE em Ibiúna (SP). “Eles (policiais) disseram que a gente não ia sair da ilha. Cada um foi de um jeito. Eu segui no carro do professor Waldomiro Cascaes até Curitiba”, disse Catarina. A fazenda protegida por poucos seguranças armados com revólveres e carabinas era vulnerável para os cerca de miljovens que lá se encontraram: o terreno virou um lamaçal com a chuva que caía e foi invadido pela polícia.

Gerônimo Machado acordou com barulho de tiro de mosquetão. O estouro veio de fora do pequeno galpão que servia de alojamento para dezenas de estudantes. “Homem mulher tudo junto: pé pra cá, braço pra lá”, lembra o então estudante de direito. Todos foram presos. De Ibiúna seguiram para o presídio de Tiradentes, na capital paulista. “Havia uns quarenta estudantes presos em cada cubículo, com condições absolutamente nojentas. Tinha alguns que dormiam com a cabeça dentro de um bacio”, disse Machado.

– *Oh, estudantes!* – chamavam pelas grades os presos comuns –
querem comprar um sapato?

Machado recorda:

Fizemos uma negociação. Jogávamos uma corda lá de cima, do segundo piso pra baixo, com um sapato amarrado. Puxávamos a corda com o par de sapato que eles ofereciam. Daí a imprensa divulgava, “estudantes continuam congresso da UNE em plena cadeia. Estão recolhendo os votos”. A gente só estava negociando troca de sapatos, de camisa, de paletó.

Após oito dias de prisão, o secretário de Segurança, general Rosinha, mandou viaturas buscarem os jovens. O comboio ainda parou no Conjunto Residencial da Universidade

de São Paulo (CRUSP) para Catarina pegar suas roupas. Foi sozinha ao quarto, para espanto dos outros estudantes. Um desconhecido tentou impedi-la de voltar para a viatura, “que loucura é essa de voltar com seus próprios pés para o carro de polícia?”, teria dito. “Loucura é ficar em São Paulo”⁴.

As paradas seguintes seriam para refeições. Em um dos restaurantes de beira de estrada, “quando tiraram as algemas dos meninos, eles roubaram um monte de coisa. Cinzeiro, e tudo mais. Já estávamos presos mesmos”, lembrou a ex-estudante. “O delegado ainda pagou a conta de todo mundo.” O secretário de Segurança ordenou que cada preso deveria ser deixado em local diferente ao chegar em Florianópolis. Não queria alarde com a volta dos jovens presos – quem não estava em Ibiúna havia saído às ruas pedindo a libertação dos colegas. Após o episódio no interior de São Paulo, Gerônimo Machado seria capturado pela polícia antes de qualquer ensaio de manifestação política que ocorreria na capital catarinense. “Quase toda semana ocorria isso. Como eu tinha meu trabalho, fixo e formal, me buscavam no BESC.” As saídas do trabalho eram para um legítimo *chá de cadeira*. Os agentes o carregavam para uma delegacia, faziam poucas perguntas – quando eram feitas –, depois o liberavam.

4^a parte:
**Golpe sobre
golpe**

Seu Arthur e a UFSC na calada da noite

Aplausos ao presidente marechal Costa e Silva. Um teatro lotado ouve as palavras do militar, às vésperas do decreto do AI-5. O governador está ao seu lado, tranquilo, ainda ignorando que o ato mais violento da ditadura traria transtornos para Santa Catarina. O reitor também seria investigado, entretanto uma nova guinada autoritária daria outra oportunidade para acusar desafetos – afinal, já tentara em 1964. O orador da turma bajulava o convidado ilustre. Todos se espremem para a foto dos formandos. Vestido com terno escuro, o presidente fazia contraste entre os alunos de beca que o cerca.¹

O presidente desembarcou em Florianópolis na metade da manhã do dia 5 de dezembro, data em que seria paraninfo da turma de formandos em Farmácia e Bioquímica da UFSC. Após rápida conversa com o governador Ivo Silveira, decidiram cumprir a pé o trajeto entre o Palácio do Governo e o teatro Álvaro de Carvalho, apesar de recomendações contrárias do chefe do SNI, Garrastazu Médici. “Correu tudo normal. Houve um almoço no Palácio da Agrônômica. Fiz um discurso dizendo enfaticamente: presidente, fique tranquilo, porque a pátria vai bem em Santa Catarina”, disse Ivo Silveira, em entrevista para sua biografia.

O grupo que encabeçava o movimento estudantil na ilha havia distribuído de mão em mão panfletos para protesto em frente ao teatro. Derlei Catarina de Luca foi surpreendida na saída da moradia estudantil por homens fardados, sem mandado algum, que a sequestraram e levaram ao presídio de Biguaçu. Era a noite anterior à formatura. “Não, vem o presidente da república e nós não queremos confusão na cidade. As únicas pessoas que podem aprontar confusão são vocês, então é para prevenir”, teria dito o secretário de Segurança, general Rosinha. Outros estudantes

foram capturados em casa, na fila do Restaurante Universitário e no local de trabalho.

Com ironia, o Colunista Adolfo Ziguelli, na edição de 8 de dezembro de *O Estado*, relatou com a operação para tirar os jovens de circulação:

A prisão

Sérgio Bonzon comia um cachorro quente acompanhado de uma cervejinha no Roda-Bar. Foi preso por comissários da DOPS. Rômulo Azevedo, Roberto Cascaes, Paulo Joaquim Alves, Ademar Dias e Walter Vieiras iam para o Estreito num Volks; cinco comissários saltaram de uma Rural e, depois de interceptar o Volks, prendeu os rapazes; Heitor Bittencourt Filho saía de sua casa quando foi detido. A estudante de Filosofia Dirley de Luca deixava a sua residência quando recebeu voz de prisão. (...) Ficaram incomunicáveis na cadeia de Biguaçu, ali passando a noite, sem alimentação. Às 16 horas, quando o presidente Costa e Silva já deixara Florianópolis, foram postos em liberdade.

Ainda bem que a nação vai bem.

O reitor Ferreira Lima e o governador Ivo Silveira sentaram-se à mesa com o presidente, de frente para os estudantes e demais convidados. Uma faixa na parede atrás das autoridades saudava a autoridade máxima do país. O orador da turma, João Geraldo Speck, justificou o convite ao marechal: "Há milhares de razões positivas que atestam a felicidade de nosso gesto, mas a principal cabe à simplicidade, honestidade e franqueza com que o Sr. presidente encara os problemas relacionados com a educação", afirmou em seu discurso.

O apelido de Rosinha, somado às regalias que permitia para alguns presos, dava ao general Paulo Vieira da Rosa aspecto inofensivo, ao contrário da fama de durão dos militares à época. Os jovens presos, como de costume, seriam liberados no dia

seguinte. Sequer digitais seriam colhidas ou haveria registros das prisões. Apenas algumas perguntas feitas pelo pessoal fardado.

Durante o discurso como paraninfo, o presidente contornou os conflitos entre governo e estudantes que marcaram aquele ano. "Os protestos dos moços não se dirigem a nós, individualmente, mas a um Brasil entorpecido, desigual na distribuição do progresso e pobre no conjunto; a um Brasil que nós também desejamos ver renovado e esquecido", disse. Marechal Costa e Silva deixou uma pergunta no ar: "A que devia a escolha de seu nome apara paraninfar a turma de formandos?" Ele mesmo responderia. "A que devo, pois, a honra deste patronato, senão ao fato de haver compreendido desde o primeiro instante o significado das vozes da juventude."²

O professor Lumar Bértoli também discursaria naquele dia. O rascunho da fala passou por várias canetadas. "O primeiro teria duração de 12 minutos e teve de ser enxugado porque o do presidente teria dez minutos. Mandei outro com oito minutos, que também voltou porque o de Costa e Silva havia sido reduzido para sete", recordou Bértoli, em entrevista ao jornal *A Notícia*, décadas mais tarde³. No dia da formatura – "tomei uns conhaques a mais" –, o professor ignorou as recomendações e discursou primeiro e durante mais tempo do que o presidente.

Ainda que as prisões durante o ano não tivessem assustado, aquela seria diferente para Catarina. Havia um presidente no meio da história e os relatórios da AP indicavam que o regime endureceria. A universitária era figura carimbada em Florianópolis. Em casa, comentou que poderia largar a faculdade. "Estávamos na cozinha e só seu olhar me intimidava. Eu enfrentava o governo militar e não tinha coragem de desafiar minha mãe. Era o caos", escreveu em seu livro de memórias.



Reitor Ferreira Lima ao lado do presidente Costa e Silva, paraninfo da turma de Farmácia e Bioquímica da UFSC, às vésperas de decretar o AI-5. Fonte: Arquivo Nacional

A sexta-feira, 13 de dezembro de 1968, remontou à madrugada de 31 de março de 1964. Reunidos na sede do DCE, na rua Álvaro de Carvalho, estudantes acompanhavam pelo rádio a leitura do AI-5. Documentos, panfletos, jornais, estêncil e o que mais estivesse por ali seria queimado. O trabalho ficaria mais frenético a cada termo que escutavam pela voz grave do locutor. A trama já era conhecida:

- É golpe...
- É...

Golpe sobre golpe. “Esperávamos (o Ato) para depois do Natal, que a tradição cristã imperasse e a ditadura permitisse um Natal sem repressão nem golpe. Mera ilusão. A direita não respeitava mais as datas cristãs”, escreveu Catarina. Não haveria mais *Habeas Corpus*. O militante da AP, Francisco Mastella, até conseguira alguns para quem teria de responder a processos pelas

pichações feitas no estado durante o ano. Ninguém iria buscar, pois seria inútil. “Não sabíamos exatamente como seria. Éramos idealistas como todos os jovens de 20 anos. Acreditávamos na bondade humana. As torturas pareciam longínquas. Só possíveis no Vietnã e Nicarágua”, escreveu a ex-estudante.

Catarina correu para a moradia universitária. Teria de se livrar do que guardava por lá. Colegas avisariam se os agentes aparecessem. A fumaça dos documentos em chamas poderia atrair o exército ou até bombeiros. As viaturas surgiram no final da avenida. Catarina e o então aluno de Odontologia, Valmir Martins (também da AP) pularam a janela e encontraram Heitor Bittencourt na rua com um carro – pronto para a fuga. Os soldados já entravam pelo outro lado do prédio.

Entregue ao trabalho na AP, o futuro da então estudante já fora decidido. O AI-5 era uma variável dessa história. Deveria passar à clandestinidade se ocorresse o esperado endurecimento da ditadura. “Caso contrário, frequentaria a universidade até março de 69, quando seria, então, substituída por outros companheiros no Movimento Estudantil. Começava a política dos deslocamentos”, escreveu.

A polícia invadiu o prédio do DCE na noite do AI-5. Sérgio Grandó, o *Bóde*, e Luiz Carlos Gonçalves ficaram por lá, apesar dos alertas de outros estudantes. Foram levados em uma viatura que rodou a cidade antes de parar na avenida cercada por mangue. Os passageiros desceram. O militar conferiu a arma e ensaiou uma “roleta russa” com os detidos. Desafiou os jovens a correrem mangue adentro. Fugir para levar um tiro nas costas? “Não, muito obrigado”, respondeu um deles. Dali seriam levados para a prisão e liberados após dias marcados por intimidações, mas sem agressões físicas.

A primeira parada de Catarina rumo à clandestinidade seria a casa de Heitor Bittencourt, na praia de Canasvieiras. Já com o nome frio de *Maria*, ela seguiria para a residência de um

policial militar e simpatizante da AP. Lá, outro militante viria de Curitiba para tirá-la da cidade. “No Volkswagen que se afasta, vou olhando minha ilha, despedindo-me de cada pessoa, cada rua, cada casa, cada amigo. Não sabia quanto tempo levaria para voltar”, escreveu. Era véspera de natal. Aos 22 anos de idade, deixou a faculdade para trás e mergulhou nas entranhas do regime militar e das organizações clandestinas.

Anos de chumbo

Sérgio da Costa Ramos precisava ser preso, de fato e direito, para dormir um pouco mais tranquilo. Enjaulado, porém, ele já estava desde o dia 21 de dezembro de 1968, quando saiu para jogar futebol de salão e agentes o sequestraram sem mandado judicial. Como o estado não reconhecia a prisão, Ramos encontrava-se em um perigoso “limbo jurídico”, definiu, com “receio pela própria integridade física”. O que despertou a ira do regime militar contra o então estudante de Direito da UFSC e jornalista foi a crônica que assinou no jornal *O Estado*, “Seu Arthur e eu na calada da noite”. Um relato do passeio fictício com o presidente Costa e Silva pelas ruas de Florianópolis. Soou como deboche ao marechal.

A prisão de Ramos foi uma das primeira nos termos do AI-5 em Santa Catarina. O clima de perseguição relatado no ano do golpe contra João Goulart estava de volta, com o acréscimo das prisões violentas, cassações de mandatos e insegurança jurídica promovida pelo novo ato. Entre as bancadas catarinenses, cinco deputados estaduais e quatro federais que perderam seus direitos políticos em 1969. Entre eles, o professor e deputado federal, Eugênio Doin Vieira (MDB), que seria demitido da UFSC como consequência imediata.

O caso mais grave entre políticos ocorreu em maio de 1969 com o prefeito de Balneário Comburui, Higino João Pio,

encontrado morto na Escola de Aprendizes de Marinheiros, em Florianópolis. O laudo da época apontava suicídio. A versão seria desmentida décadas mais tarde em perícia da Comissão Nacional da Verdade (CNV): a perna estava ereta e os pés tocavam o solo na cena de enforcamento forjada por militares. O então prefeito seria o primeiro e único assassinado dentro de Santa Catarina, entre os dez nascidos no estado e mortos durante a ditadura por questões políticas.

O pessoal do movimento estudantil andava meio ressabiado após o endurecimento do regime militar, evitando as ruas de Florianópolis. Coincidiu com as férias das faculdades, e alguns aproveitaram para sair da cidade. Quem arriscou se manifestar foi retaliado. Encostados na parede com os corpos sobre latas pontiagudas de leite em pó, os estudantes Roberto Cascaes e Gil Braz Lima teriam os pés perfurados e levariam socos e chutes de policiais por horas. Ambos foram presos quando distribuía panfletos na Faculdade de Direito para turmas de calouros. Agentes da Polícia Federal que “não estavam a serviço, eram vestibulandos em busca do resultado dos exames”, fizeram o flagrante, revelou documento da DOPS. Era janeiro de 1969 e seria o primeiro relato de sessão de tortura a presos políticos durante a ditadura em Santa Catarina: o roteiro “prende, leva para Biguaçu e solta” foi bruscamente alterado pelo AI-5.

Da improvisada prisão no quartel da Polícia Militar, Sérgio da Costa Ramos seguiria para o presídio em Biguaçu – no camburão que cruzou a ponte em direção ao continente também estava Roberto Cascaes. Tempos depois, iria a Curitiba para ser qualificado pela Auditoria Militar. Como o promotor militar também não pedira a prisão preventiva de Ramos, o advogado René Dotti tentou o relaxamento da detenção. O *processo kafkiano* complicou-se: ninguém queria opinar sobre uma decisão que partira do ministro general Jayme Portella. O juiz passou a decisão para o secretário de Segurança de Santa Catarina, general

Rosinha. De volta para Florianópolis, foram à casa do militar durante a madrugada. De pijamas e com olhar sonolento, o secretario disse que somente o ministro poderia intervir. “Vou rezar pela saúde do general Portella. Se ele morrer amanhã, será prisão perpétua pra mim”, disse Ramos ao general.

Ramos já estava atrás das grades há mais de um mês quando a prisão preventiva foi decretada. Neste intervalo, pensou em fugir: o Chile seria um destino. No total, o ficou seis meses na cadeia. Quando o STM revogou a decisão, em junho de 1969, Ramos pode responder em liberdade até ser absolvido, três anos mais tarde. A graduação em Direito foi atrasada. A congregação da faculdade não permitiu que deixasse a cadeia por um dia para fazer provas de segunda chamada.

Alerta vermelho

Pelas mãos do romeno Teodoro Ghercov, de codinome Raul, militante profissional, o PCB se reorganizou em Santa Catarina após ressaca do golpe de 1964. Deslocado para o estado na segunda metade da década de 1960, Ghercov recrutou diversos jovens para o partido. Atuavam entre a clandestinidade, em encontros na surdina do PCB, e a legalidade, infiltrados no MDB. Após o AI-5, o *Partidão* entrou em decadência no estado: o romeno foi chamado às pressas para o comando central dos comunistas, em São Paulo, e as lideranças estudantis tiveram de dar um tempo fora da militância.

Em meados de 1969, os estudantes montaram suas chapas para a eleição do DCE. A disputa seria entre o grupo ligado ao partido, que tentava se reorganizar e garantir a reeleição – ainda que houvesse gestão, o DCE andava esvaziado desde o AI-5. Do outro lado, estavam estudantes mais próximos da administração central da UFSC. O candidato a presidente da chapa de oposição era Rodolfo Pinto da Luz. Além de aluno e servidor da Reitoria,

era sobrinho do general Silvio Pinto da Luz, ex-comandante de tropas que ameaçaram explodir a ponte Hercílio Luz para impedir a passagem de Brizola e seu movimento da legalidade.

A votação para o DCE era indireta, por delegados dos centros acadêmicos. Quando as chapas mostraram seus candidatos, o sinal de alerta acendeu para os militares. Devido ao “momento que atravessava o país”, afirmou o ex-reitor Ferreira Lima, os nomes dos inscritos para a eleição foram enviados para o crivo do SNI. Como a resposta dos órgãos de segurança e informações pediu a exclusão de alguns estudantes, o reitor declarou inelegíveis as lideranças da chapa da esquerda. “Restavam-nos duas alternativas: impedir que fossem votados ou admitir a possibilidade de sua eleição para depois cassar o mandato e, conseqüentemente, enquadrá-los no decreto 477”, alegou o Ferreira Lima na sessão do CUN. Sérgio Luiz de Castro Bonzon, Marcos Cardoso Filho, Gerônimo Wanderley Machado e Celso Wiggers eram os nomes impedidos.

A turma liderada por Rodolfo Pinto da Luz assumiria o diretório. “Ganhamos no voto”, alegou Pinto da Luz. Seria a primeira gestão sem membros de organizações clandestinas da esquerda. Antigos algozes do movimento estudantil, diretores de órgãos como 14ºBC, Escola de Aprendizes de Marinheiros e escritório do SNI em Santa Catarina estavam entre as autoridades que receberam os primeiros ofícios da nova gestão do DCE. “Esperando contar com seu habitual apoio, colocamo-nos ao inteiro dispor naquilo que for preciso e subscrevemo-nos mui cordialmente”, assinou Pinto da Luz, em documento enviado para as autoridades, junto da lista de novos diretores estudantis.

A tentativa de reorganizar o partido dentro da UFSC caiu com o veto dos militantes para a eleição do DCE. O PCB ficaria acéfalo até 1972, quando o comando central atenderia aos pedidos de militantes de Santa Catarina para o retorno do romeno Teodoro Ghercov.

Senhor Comandante:

Temos a grata satisfação de comunicar a V.Sa. que, no dia 11 p.p. foi empossada a nova Diretoria da Entidade Máxima de representação estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina, a qual regerá os destinos da Organização durante o período 69/70.

Esperando contar com seu habitual apoio, colocamo-nos ao inteiro dispor aquilo que for preciso e subscrevemo-nos em cordialmente.

Saudações Universitárias

Rodolfo J. Pinto da Luz
Presidente.

Ilmo. Sr.
Comandante do 14º Batalhão de Caçadores,
Laria.

Ao assumir a gestão, o presidente do DCE enviou mensagens para comandos militares, antigos desafetos dos dirigentes estudantis. Fonte: Arquivo DCE/UFSC

O AI-5 caiu como uma luva

A ideia do governo era entrar na década seguinte com a reforma universitária a todo vapor. A UFSC seria o laboratório. Para nada sair dos conformes, o estatuto da universidade foi reescrito, com inclusão do artigo 134, entre outros, que dava poderes extraordinários para Ferreira Lima. “Caberá ao reitor tomar as medidas necessárias para complementar a implantação da nova estrutura da Universidade”, era o conteúdo do artigo.

O professor do Direito, Henrique Stodieck, seria um dos primeiros a levantar a voz contra as mudanças. “O projeto, no conjunto, revela tendência acentuada para implantar-se uma ditadura oligárquica (na universidade)”, escreveu o professor, em ofício para o reitor no dia 25 de outubro de 1969. Stodieck era antigo desafeto do reitor Ferreira Lima e continuou como uma pedra no sapato do mandatário da UFSC durante o regime militar. Na Faculdade de Direito, junto dos professores Waldemiro Cascaes e Aldo Ávila da Luz, formava a principal oposição ao reitor entre os docentes.

Dois dias após receber o ofício de Stodieck, o reitor enviou pedido ao chefe do SNI, general Carlos Alberto da Fontoura. Em caráter “confidencial e urgente”, queria a ficha política de Stodieck e Cascaes. Anunciou que, possivelmente, seria forçado a “tomar providências drásticas, especialmente contra o primeiro”. Segundo o reitor, a atitude enérgica se justificaria pela “atuação destrutiva que vem, permanentemente, desenvolvendo, há vários anos, contra o desenvolvimento desta Universidade e, no momento, já inicia campanha tendenciosa contra a implantação da Reforma Universitária, que tanto interessa a todos nós e ao Governo da República”, escreveu o então reitor.

No mesmo ofício, Ferreira Lima citou o documento que recebera do “saudoso presidente Castelo Branco” vetando nomes para direção da Faculdade de Direito – Stodieck, Cascaes e Luz eram os candidatos. “Por ele (documento), tomei conhecimento da ação subversiva dos mesmos, que já sentíramos durante o triste período do Governo João Goulart (...) quando, ligados a elementos da esfera federal (muitos deles já cassados) tudo fizeram para afastar-nos da Reitoria e dela tomarem conta”.

Magnífico Reitor:

Em atenção ao seu officio circular nº069/69, de 20 do corrente, tenho a honra de encaminhar-lhe poucas su gestões para emendar o projeto de Estatuto da U.F.S.C. Apresento, no momento, só estas sugestões, devido à exiguidade do tempo, mas reservo-me o direito de formular mais emendas na sessão do Conselho Universitário, já convocado.

O Projeto, no conjunto, revela tendência a centuada para implantar-se uma ditadura oligárquica. De fato, a Comissão de Ensino e Pesquisa exercerá, praticamente, todos os poderes da Universidade, dentre os quais, me parece excessivo o item IV, do artigo 42: "Fixar currículos". Ora, a Comissão será constituída de 5 professores (art.40) e poderá "dividir-se em Câmaras, atendendo à especialização das funções que desempenha" (artigo 40, parágrafo 1º).

As perguntas que se impõem são: a) saber-se como uma comissão de 5 poderá dividir-se em câmaras, atendendo às especializações, quando estas, só no sector professional, são de 6 centros (art.12); b) e, como 5 membros poderão fixar os currículos de todos os cursos universitários?

Entendo ser ilegal a designação, pelo Reitor, de Sub-Reitores (art.36), visto que estes exercerão funções reitorais, e, portanto, devem ser nomeados pelo Presidente da República.

Outro dispositivo, artigo 65, não se coaduna com a lei, porquanto esta não exige o cumprimento integral dos programas de ensino, mas estabelece uma percentagem.

Em face do curto espaço de tempo que me foi concedido, limito-me, por hoje às considerações expostas.

Stodieck enviou officio ao reitor com críticas ao projeto de novo estatuto da UFSC.
Arquivo Central da UFSC

Senhor General:

Vimos solicitar de V.Excia., em caráter confidencial e urgente, a fineza de fornecer-nos o prontuário completo dos professores desta Universidade (Faculdade de Direito) Henrique Stoeck e Waldemiro Cascaes. O primeiro, titular de Direito do Trabalho; o segundo, de Direito Processual Civil.

A solicitação prende-se ao fato de, possivelmente, sermos forçados a tomar providências drásticas, especialmente contra o primeiro, em virtude da situação destrutiva que vem, permanentemente, desenvolvendo, há vários anos, contra o desenvolvimento desta Universidade e, no momento, já inicia campanha tendenciosa contra a implantação da Reforma Universitária, que tanto interessa a todos nós e ao Governo da República.

Hogemos-lhe o prontuário, que lemos, em 1966, quando o saudoso Presidente Castello Branco, em despacho de próprio punho (cópia anexa), devolveu a lista triplíce para a nomeação do Diretor da referida Faculdade, em que figuravam os nomes dos citados professores. Por isso, tomei conhecimento da ação subversiva dos mesmos, que já sentíamos durante o triste período do Governo João Goulart, quando, ligados a elementos da esfera federal (muitos deles já cassados) tudo fizeram para afastar-nos da Reitoria e dela tomarem conta.

No momento, o professor Waldemiro Cascaes não está agindo porque afastou-se, em gozo de licença especial, desde que um filho foi preso, condição em que se encontra há vários meses, por ato de subversão pública.

Esclarecemos, ainda, que o primeiro é representante da Congregação da mencionada Faculdade no Egrégio Conselho Universi-

Carta de David Ferreira Lima ao general chefe do SNI solicitando prontuários de adversários políticos. Fonte: Arquivo Nacional

tdrio, e o outro, Vice-Diretor daquela Faculdade.

Solicitando um atendimento breve de V.Excia., reiteramos-lhe os nossos protestos de estima e consideração.

João David Ferreira Lima

Reitor

De olho nos assessores

O jovem Álvaro Veiga Lima chegou a Florianópolis para tentar a vida como oficial do exército no início da década de 1930. Quando o governo militar colocou o serviço de informações no centro da estratégia de combate à oposição, Veiga Lima, já general e chefe do SNI na capital catarinense, ganhou poder e prestígio além da conta. Ele centralizou uma série de investigações abertas como consequência do endurecimento do regime após o AI-5.

O reitor Ferreira Lima seria uma das dezenas de autoridades colocadas à prova dos militares. No início de 1969, a central do SNI solicitou para o escritório de Florianópolis dados sobre o gestor da universidade. Em resposta, o general Veiga Lima enviou as fichas e um parecer. “Apesar de algumas falhas do referido, não há razão para ser punido pelo AI-5. É um homem de bem”, escreveu.

Para Veiga Lima, quem manchava a reputação da universidade era a equipe que o cercava na Reitoria. “Seus assessores é que devem ser substituídos e que o comprometeram no passado, isto é – Emanuel Campos, Murilo Pirajá Martins, Aloizio Blasi e outros”, destacou. Além deles, citou o antigo desafeto do reitor: “Há, o que sabemos bem, uma onda criada pelo professor HENRIQUE STODIECK, e também um certo atrito do atual Ministro da Educação”.

Junto do parecer do diretor do SNI em Florianópolis, páginas da ficha política de Ferreira Lima foram enviadas para a central do *Serviço*. Os documentos revelam que os órgãos de segurança e informação chegaram a sugerir afastamento do reitor devido a gastos mal explicados em anos anteriores:

Convém ressaltar do professor JOÃO DAVID FERREIRA LIMA, no ano de 1967, em que pese sua advertência feita ao Governo sobre as consequências da séria crise financeira em que se encontravam as

universidades, adquiriu (5) automóveis, sendo um Ford "Galaxie" e quatro Simcas Esplanada, (...) Acresce ainda asseverar que no ano passado a Reitoria renovou contrato assinado com a firma JOSÉ DAUX, para alojamento e acomodação acadêmico, segundo o qual foi gasta considerável soma em dinheiro das verbas da UFSC. Tendo presente as atividades exercidas pelo nominado, mormente no que se refere a aplicação dos dinheiros públicos, **evidencia-se a conveniência de seu afastamento do cargo que ocupa do Reitor da UFSC.**

Outras dezenas de fichas políticas saíram de Santa Catarina com destino ao andar de cima do serviço de informações do governo. A ordem era encaminhar nomes que poderiam ser penalizados pelos termos do ato institucional. Entre os documentos, havia alguns com sugestões para cassar e demitir professores da UFSC.

As fichas dos professores Waldemiro Cascaes, José do Patrocínio Galotti e Armen Mamigonian registram as seguintes instruções: “Demitir das funções de professor...” e “Enquadrá-lo no recente Decreto-Lei relativo a atividades na área educacional, proibindo exercer cátedra em qualquer parte do país”. Para Stodieck, sugeriram aposentá-lo e cassar os seus direitos políticos por 10 anos.

Ainda que não estivesse entre os nomes mais fortes da oposição ao reitor, o professor do Direito, Márcio Luiz Colaço, também entrou na mira. A ficha com sugestões de exonerá-lo da universidade e “transferir de área, dentro do Ministério da Justiça”, aponta Colaço como um articulador de bastidores, com distintas áreas de atuação:

Inteligente, cultura marxista profunda, não aparece como agitador. Teve e ainda tem influência subversiva muito velada e cuidada sobre os jovens novos advogados da década atual. Lidera-os intelectualmente e através da localização de tais elementos em pontos chaves do ensino, da máquina eleitoral, do próprio governo do estado, o que faz muito

sutilmente. Não faz pronunciamentos. Tem várias funções públicas e está rico.

Apesar das recomendações, nenhum professor foi cassado ou afastado da universidade em 1969. O general Veiga Lima destacou duas fontes de informações sobre subversivos nas instituições de ensino de Santa Catarina. A primeira, seria a comissão de inquérito formada na UFSC em 1964: “Enviado esse inquérito ao MEC, não conhecemos seu destino atual”, ponderou. Outra fonte seria o inquérito aberto pelo major Gama D’Eça no 14^oBC. Por fim, ressaltou que “há alguns professores e alunos de âmbito estadual, para os quais julgo interessante uma interferência do MEC junto ao governo do Estado, para as necessárias sanções previstas pelo AI-5”.

Outro documento revela 51 nomes de professores e estudantes da UFSC e secundaristas fichados pelos militares. Assinado pelo general Veiga Lima, o dossiê chegou às mãos do diretor da DSI do MEC, general Waldemar Raul Turola.

A interferência de Médici

Apesar da fama de durão, o diretor da Escola de Engenharia Industrial (EEI) e futuro reitor, Caspar Erich Stemmer seria levado diversas vezes para dar explicações no 5^oDN na onda do ato institucional. A ordem não vinha de Brasília, onde o professor gozava de excelente trânsito pela amizade com a família Médici. E a denúncia não era de subversão, comum para a época, mas de mau uso do dinheiro público.

Até provar que não utilizava o dinheiro da universidade em proveito próprio, Stemmer passaria meses respondendo para comissões formadas dentro e fora da UFSC. O vice-reitor Lacerda decidiu afastá-lo da direção da EEI por 90 dias, enquanto corria o processo. Seria comum viaturas entrarem na universidade para buscar o professor. “Tiravam ele daqui, ostensivamente, pra todo

mundo ver”, afirmou Arno Blass, colega e biógrafo de Stemmer. Alunos recolheram assinaturas para apoiá-lo. Alguns até o acompanharam desde o aeroporto quando retornava de alguma viagem. Tudo para garantir que não fosse preso de surpresa.

O algoz de Stemmer era o advogado João Momm, antigo aluno e funcionário da Faculdade de Direito. Acabou responsável pela Subcomissão Geral de Investigações de Santa Catarina, criada para apurar denúncias cabíveis nos termos do AI-5. Em princípio, a estrutura deveria ser formada pela mais alta patente militar do estado, o comando do 5ºDN, com apoio de dois juristas. Um dos civis pediu afastamento do cargo, e o contra-almirante Átila Franco Aché passou para a reserva. Sobrou para Momm comandar as investigações, com todo o aparato policial disponível.

O advogado iniciou uma cruzada contra autoridades de Santa Catarina, acusados de enriquecimento ilícito. Disse aos jornais que havia pelo menos 80 casos que seriam investigados, entre eles, de Stemmer. O ímpeto de Momm assustaria o governo. “Após o afastamento do Exmº Sr. Almirante a onda de boatos sobre prisões de deputados e pessoas de destaque, algumas com responsabilidades no Governo Estadual, tomaram conta da capital (...)”, escreveram agentes do SNI em informe. Newton Ramos, filho do ex-governador Celso Ramos seria um dos presos. “A prisão foi realizada com aspectos dramáticos, para chamar a atenção pública (...) com requintes de terror, não poupando a esposa que se encontrava adoentada na ocasião”, descreveu o agente.

A prisão do professor Stemmer também chamou atenção pela “ausência de tato e escrúpulo”, como revela o mesmo documento. Para resolver o impasse, Stemmer procurou Roberto Médici, filho do então diretor do III Exército, general Garrastazu Médici, que seria o próximo presidente da república. “Levou prontamente o assunto ao conhecimento de seu pai, que

manifestou surpresa por estar o Sr. Momm naquela função, para a qual havia sido expressamente vetado por ter atuado ativamente na liberação de um navio com contrabando apreendido no porto de Itajaí”, escreveu Arno Blass, em biografia do professor Stemmer. O general Médici enviou um recado para o general Veiga Lima, do SNI em Florianópolis. Pedia que acompanhasse o caso do professor.

A investigação contra Stemmer tomou dimensão nacional e apimentou uma disputa entre Médici e o general Jayme Portella, chefe da Casa Militar. Roberto Médici, em entrevista para livro sobre seu pai, revelou:

Nessa ocasião, havia em Florianópolis um senhor chamado, se a memória não me falha, doutor Mohn (sic), pessoa da confiança do Portella, que perseguia todos aqueles que a sua inteligência classificava como nocivos à causa de 64. **Quando Stemmer foi por ele ameaçado, relatou-me o que estava ocorrendo. Levei o assunto ao conhecimento de meu pai**, com meu testemunho do valor desse colega, tanto sob o ponto de vista do intelectual como do cidadão de conduta irreparável. Essa queda de braço, que impediu que se praticasse uma injustiça contra o brilhante professor, foi mais um motivo para azedar a relação entre os dois (Médici e Portella).⁴

O professor Stemmer, temendo ser preso ao retornar para Florianópolis, guardou cópias do documento de Médici na bagagem e no carro. No mesmo dia em que entregou a carta para o general Veiga Lima, dois policiais à paisana levaram o professor ao 5ºDN. Lá, Momm comandou um interrogatório “tendo lembrado, em altos brados, os poderes da SCGI e salientado que já havia mandado prender o filho do ex-governador, exigiu que lhe fosse entregue o bilhete trazido de Porto Alegre”, revelou Arno Blass. O advogado queria cópia do documento entregue para Veiga Lima. Stemmer recusou. Momm ordenou que o professor fosse revistado. O telefone tocou e “pelo

teor da conversa, Stemmer deduziu que fosse o comandante do 3º Batalhão de Caçadores. Após o telefonema, foi liberado”, escreveu Blass.

Vidas na clandestinidade

A ex-estudante, Derlei Catarina de Luca, deixou a UFSC dias após o AI-5. Com o destino entregue à AP, assumiu identidade fria e mergulhou na clandestinidade. Primeiro, infiltrou-se na indústria têxtil no interior do Paraná, onde conviveria com outras operárias. Após poucos meses, seguiu para São Paulo para trabalhar no coração da organização clandestina, responsável pelo contato entre os militantes. O trabalho era feito das mais distintas formas para driblar a vigilância do regime: em alguns casos, chegavam a publicar mensagens cifradas nos classificados de jornais.

Em novembro de 1969, Catarina foi presa por engano. Ainda que fizesse parte de um grupo perseguido pelo regime, procuravam por Maria Aparecida Costa, ligada à Ação Libertadora Nacional (ALN). Levada para Operação Bandeirante, a estudante passaria dias em um inferno, como relatou em seu livro “No corpo e na alma”:

A tortura começa no quartel da PM do estado de São Paulo, às 7 horas da noite, do dia 23 de novembro. O Capitão Mauricio Lopes Lima, Capitão de Infantaria do Exército, Chefe de Equipe de busca e captura da OBAN, aluno da USP, Professor de Esgrima no Esporte Clube Pinheiros vem buscar... A primeira noite é indescritível. Arrancam minhas roupas. Sou pendurada no pau de arara, recebo choques elétricos nos dedos, vagina, ouvido, quebram meus dentes. A dor é lancinante. Tão intensa que nem dá para gritar. O sangue escorre pela cabeça, melando os cabelos e pescoço. Os braços, seios e maxilar recebem pancadas e coronhadas de revólver. São vários homens

gritando, ninguém pergunta objetivamente nada. Eles berram. A posição provoca dores em todo o corpo e uma completa desorientação. Apagam o cigarro no meu corpo deixando a pele queimada. Foi um esforço sobre-humano para manter a lucidez e não desmaiar. Só depois soube que, se houvesse desmaiado, não teriam torturado tanto, teriam deparado do pau de arara. A gente só aprende na prática, depois de os fatos acontecerem. Os carcereiros não dão a menor dica sobre política e situação nacional. A OBAN é um mundo à parte. E nós: somos prisioneiros de guerra. Ainda tenho marcas da Operação Bandeirante no corpo e na alma. Minhas pernas trazem a recordação do horror nas suas cicatrizes. A alma, o espanto por ter sobrevivido.

Gil Braz de Lima era o único negro a participar do movimento estudantil na UFSC durante a segunda metade da década de 1960. Natural de Itajaí, estudante de Engenharia, ligado à AP, era “uma pessoa alegre, meio irônico, sempre tinha uma piada”, definiu a colega de militância, Derlei Catarina de Luca. “Me criticava sempre porque eu continuava católica”, completou. Após o AI-5, foi preso quando distribuía panfletos no Centro Socioeconômico da UFSC, junto do estudante secundarista Roberto Cascaes. Ambos foram condenados à prisão em Curitiba.

O ex-estudante Lima cumpriu parte da pena e fugiu para São Paulo. Acreditava que seria mais seguro viver em uma grande cidade, camuflado entre milhões de habitantes. Antes de parada final, casou-se em discreta cerimônia no interior do estado paulista. Com poucos convidados e bastante pressa, para não fazer alarde.

Na capital paulista, o ex-estudante de Engenharia seria preso outras duas vezes. Em outubro de 1971, após ter o nome citado durante tortura de um companheiro de militância, agentes o capturariam em casa. Lima seria torturado e interrogado diversas vezes durante os meses de prisão – pouco mais de seis meses, o tempo que restava a cumprir no Paraná. Ainda perderia o

emprego que arranjava, na Companhia de Energia estadual (LIGHT).

O jeito que encontrou para sustentar a família foi dedicar as madrugadas ao estudo da língua inglesa. Mesmo sem formação, atuaria como tradutor. Por envolvimento com outro partido clandestino, o PCdoB, Lima seria novamente caçado por agentes da ditadura. Em 1973, conseguiu ser absolvido de uma acusação de envolvimento com a organização de esquerda. No ano seguinte, quando a família pensava que o pesadelo chegara ao fim, Gil Braz Lima sumiria do mapa. Na saída do trabalho na Companhia Siderúrgica de São Paulo (COSIPA), agentes sequestrariam o ex-estudante da UFSC. Seria liberado da cadeia após mais de 20 dias, sem grandes explicações do porquê da prisão.

A família saberia do sequestro após dias de procura. Lima estava na rua Tutoia, prédio do DOI-CODI, onde enfrentara sessões de torturas. Os militares só deixariam a família se aproximar do preso quando as marcas da violência estivessem cicatrizando. As mãos ainda guardavam rastros das queimaduras. Uma de suas filhas deu os primeiros passos dentro da prisão, ao reencontrar o pai.

Para a mesma masmorra de Gil Braz Lima, o DOI-CODI, seria levada Derlei Catarina de Luca, após acordar sob a mira de metralhadoras e vigilância de soldados em um hospital – entrou em coma devido às primeiras sessões de tortura. Certo dia, os militares perceberam que, de fato, a vítima não era quem procuravam. E Catarina, que fora levada à cárcere sem qualquer mandado de prisão, seria liberada sem alvará de soltura.

Catarina continuaria imersa na clandestinidade, deslocando-se por várias regiões do país para cumprir tarefas exigidas pela AP. Em 1972, agentes invadiram sua residência em Londrina, onde vivia com marido e filho. Buscavam por Derlei Catarina de Luca. Como estava com documentos falsos de Maria

Luiza Vitali, escapou da prisão. Ainda fizeram o alerta de que o marido estaria se relacionando com uma tal de “Derlei”. Catarina teria de fugir em definitivo. O filho ficaria para trás. O reencontro aconteceria dois anos mais tarde, no exílio em Cuba. Apenas após a Lei de Anistia, ambos voltariam ao Brasil.

Gil Braz Lima foi perseguido por cinco anos. As primeiras acusações foram baseadas na distribuição de panfletos dentro da universidade. Quando deixou Florianópolis, Lima também abandonou o curso de Engenharia da UFSC. Buscaria outra graduação, anos mais tarde, em Economia, onde conseguiu o diploma. Faleceu em 2007.

Após retornar ao Brasil, Derlei Catarina de Luca buscou nova imersão na militância. Desta vez, não havia nada de clandestino: trabalha até hoje para localizar as vítimas e recuperar a memória da ditadura no país, como membro de coletivos e comissões da verdade.



Derlei Catarina de Luca (em pé) encontrou seu algoz, torturador Homero Cesar Machado (sentado sozinho), durante sessão da Comissão Nacional da Verdade. Fonte: Agência ALESC

Em 5.6.74, através do Reservado 67, a COSIPA solicitou informações dos elementos admitidos durante o mes de abril por àquela Cia., constante entre os mesmos, o nome de Gil Braz de Lima- RG 7.701.960

segue ficha 2

Em 12.7.74 através da mensagem 248/74 o Del.Pol. Ad- junto DOPS-DERAL, comunica que o nominado por senten- ça de 25.11.69 foi condenado pela 5ªCJM a pena de hum- de reclusão e por despacho de 25.6.73 foi, também, con- denado pela 1ª Auditoria -2ªCJM no autos de processos 866/73-,- Documento na pasta Poder Judiciario - Pasta 2 - Doc 93 *ou 92*

Em 15.7.74 foi recolhido nas grades desde DOPS

Em 17.7.74 através do telegrama 30 a 5ª CJM (Curitiba) comunica que o nominado já cumpriu a pena de hum ano de reclusão a que fora condenado por àquela Auditoria. Documento arquivado na pasta Poder Judiciario

Pasta n° *2* Doc. n° *92*

Em 18.7.74, através do Ofício 1038/74, a 1ª Audito- rra da 2ª CJM comunica que não há nenhum mandado de prisão expedido por àquela Juízo contra Gil Brás de Lima, que está processado como incurso no Art. 14 de DL 898/69.-. Foi anexado, no ofício em apreço, xerox das declarações prestadas pelo nominado naquela Au- ditoria em 20.8.73.-. Documento na pasta Poder Judi- ciario - Pasta *2* Doc. *92*

Em 23.7.74 foi colocado em liberdade

Em 26.03.1975:- Em 26.03.1975 foi julgado e absolvido pelo MM Juízo da 1ª Auditoria da 2ª CJM nos autos -- do processo 866/73.-

Doc. Arg. na Pasta de Autos *2* de Sentença
Pasta de n° 11- Doc. 6- Fls. 20

Ficha política do DOPS-SP revela que a COSIPA solicitou informações sobre Gil Braz Lima semanas antes da terceira prisão. Dias antes de ser posto em liberdade, a Justiça Militar, em Curitiba, informou que o ex-estudante da UFSC já havia cumprido a sentença de um ano. Fonte: Arquivo Público de São Paulo

5^a parte:


**ASI/UFSC revela
as entranhas da
universidade**

CONFIDENCIAL

ACE 005462/85

01/02

ACT/SNI
ORR DATA
1061 160179



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORME Nº 65/84 - ASI/UFSC
(08/10/84)

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DISCENTE NOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DA UFSC PARA O PERÍODO 84/85.

ORIGEM: ASI/UFSC

AValiação: A-1

DIFUSÃO ANTERIOR:

DIFUSÃO ATUAL: DSI/MED - DCJ - 14-SIM - ACT

REFERÊNCIA: INFORME Nº 61/84 - ASI/UFSC

ANEXOS: (DADOS DE QUALIFICAÇÃO DOS REPRESENTANTES DISCENTES NOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DA UFSC)

A assessoria funcionou por mais de uma década dentro da Reitoria da UFSC. Na imagem, um documento assinado pelo agente José Antônio Ceccato. Fonte: Arquivo Nacional

Tentáculos do Sistema na UFSC

Até companheiros de cerveja no “Bar da Nina” e um monitor da disciplina que o professor José Francisco Fletes lecionava foram citados como aliados de militância clandestina nos documentos secretos da ditadura. Nome, endereço, profissão e suposta tendência política em destaque para engordar as fichas dos citados. Tudo enviado para batalhões, DOPS e SNI. O agravante: os documentos eram produzidos em sala discreta, sem placa na porta, ao lado do gabinete da Reitoria. A serviço da ditadura, os informantes batiam ponto e eram pagos pela UFSC.

O braço institucional do regime militar dentro do campus era conhecido pelas siglas ASI ou AESI, com acréscimo de “Especial” no nome. As Assessorias de Segurança e Informações funcionavam como filiais da rede encabeçada pelo SNI. Enviava

relatórios sobre o que poderia ser considerado subversivo dentro do campus. Os assuntos abordados nos documentos da ASI da UFSC eram os mais distintos. Desde pequenos relatos sobre reuniões com baixo quórum em algum centro acadêmico até fichas políticas de professores em fase de contratação ou candidatos à Reitoria.

“A voz corrente dos ativistas no campus era de que pessoal ligado à ASI acompanhava nossos passos em assembleias, reuniões de grupos ou atos públicos realizados nos diversos locais da universidade”, afirmou o professor de Estatística da UFSC, Fletes. Nascido na Nicarágua, era ativo militante da Associação dos Professores (APUFSC). Os documentos “beiravam o ridículo quanto à caracterização da postura ideológica de cada ativista”, considerou o professor.

Em 1982, o Ministério da Justiça emitiu parecer pela prisão de Fletes, baseado num apanhado de registros, como da ASI, de supostos atos subversivos, como participar do PCdoB e distribuir o *Jornal da Luta Operária*. Naquele mesmo dia, a Polícia Federal revirou o apartamento do professor atrás de livros de esquerda, principalmente exemplares sobre a Guerrilha do Araguaia. Levaram quilos de papel. Exceto os mais cobiçados, que estavam escondidos na tubulação do esgoto. Fletes respondeu em liberdade a um processo por subversão até ele prescrever, cinco anos mais tarde.

Além da história de Fletes, há outras centenas acompanhadas por agentes da ASI/UFSC durante o período de atividade do órgão. A canetada que colocou vigias do regime dentro do campus partiu das mãos do reitor Ferreira Lima, no dia 12 de março de 1971. A ordem veio de cima. Uma portaria do MEC exigiu que todas as universidades criassem o órgão e indicassem um diretor. Um parasita do regime militar se instalou nas universidades brasileiras.

Fernando Antônio Medeiros Beck, já falecido, foi nomeado para assumir o setor recém-criado. Um “bom menino” do “segundo *team*”, definiu o reitor Ferreira Lima em seu livro de memórias. Beck fazia parte de uma leva de egressos da Faculdade de Direito que se tornou funcionário da UFSC. Porém, a portaria que criou a ASI apenas cumpriu o protocolo. Beck assumira a chefia de gabinete dias antes e a assessoria passaria 1971 em branco.

Quando o reitor Ferreira Lima deixou o cargo, após uma década, o governo militar não havia escolhido seu sucessor. O problema estava na lista com seis candidatos escolhidos pelo CUN e enviada ao presidente – faltavam professores no Conselho para cumprir o estatuto da universidade, o que invalidou o processo. Sobrou para Ernani Bayer assumir a Reitoria interinamente, até o conselho ser reformulado para enviar uma nova lista ao presidente Médici.

A pressão do governo militar para reativar a ASI caiu sobre o reitor interino. “Aquilo foi criado em todos os lugares, logo depois do AI-5. Veio de cima, tivemos de aceitar”, justificou Bayer. Em fevereiro de 1972, ele assinou nova portaria para colocar Beck na direção da ASI. A partir dessa data, o servidor começou a colaborar, de fato, com órgãos de segurança e informações da ditadura. “Indiquei ele (Beck) porque precisava de alguém que não ia me criar problema.”

Uma ação do movimento estudantil foi o assunto do informe número 01 produzido pela assessoria da UFSC, ainda com a sigla AESI. O DCE planejava o 1º Conclave Nacional sobre Ensino Universitário. “Sabe-se que virão uns 250 a 300 estudantes de todo o país”, registrou o agente da assessoria. Conforme o documento, o presidente do Diretório, “convocado a prestar esclarecimentos (sobre o evento), não teve paciência de esperar o Sub-Reitor”. A Secretaria de Segurança do estado

recebeu o informe e retransmitiu para órgãos do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Durante duas semanas, o primeiro diretor da ASI/UFSC, Beck, fez estágio na Escola Nacional de Informações, criada a partir das reformas do SNI. As disciplinas oferecidas poderiam incluir táticas de espionagem, disfarce, interceptação de conversa e interrogatório, conforme a modalidade do curso. Alguns duravam um ano. Beck dividiu o quarto 11, no bloco J do alojamento da escola com Geraldo Nogueira Diógenes e Hélio de Souza Leão. O primeiro era diretor da ASI da Federal do Ceará (ASI/UFCE) e militar do exército. O outro foi diretor da ASI da Federal do Sergipe (ASI/UFSE), anos depois fundaria a TV Sergipe, afiliada da Rede Globo.

A chegada de Bayer ao poder na UFSC gerou a desconfiança das autoridades do regime. Ele carregava ficha política marcada por um crime para aqueles anos: foi a Cuba, como representante da UCE em 1961, contrariando a avó, o vigário e demais conservadores da cidade. Quando assumiu como reitor interino, o comandante do 5ºDN, principal autoridade militar da cidade, o convidou para um café. Lá, encontrou outros homens fardados. Numa refeição amarga, fizeram sabatina com o novo gestor da universidade, indicando como se daria a relação.

Durante o processo eleitoral de 1972 e a curta passagem como reitor interino, Bayer foi esquadrihado por órgãos de informação. “Registra dados negativos que desaconselham seu aproveitamento”, escreveu a agência do SNI em Florianópolis. A própria ASI da UFSC, que Bayer reativara, colaborou para engordar a sua ficha política: “Candidatou-se ao cargo de reitor da UFSC, em lista sêxtupla. Seu nome consta de uma lista de contribuintes de SANTA CATARINA ao encontro de solidariedade à CUBA e autodeterminação dos povos. Contribuiu com Cr\$ 200,00”, registrou o Informe 006 da assessoria.


A assessoria da UFSC não renderia apenas manchas em seu prontuário. Em 1980, quando entrou novamente na lista enviada ao presidente com os candidatos à reitoria, o SNI escreveu: “durante sua gestão como reitor *pró-tempore* autorizou a implantação da ASI. Tendo sempre dado todo o apoio aos integrantes da assessoria”. Era o sinal positivo do *sistema* para nomeação de Bayer.

O ministro da Educação, Jarbas Passarinho, viria a Curitiba para receber uma condecoração. Era início de 1972, Bayer estava há poucos meses à frente da reitoria, com gestos bastante limitados: como interino, não conseguira montar equipe com nomes da sua confiança. Procurou o ministro na capital paranaense. Levou a nova lista de candidatos à reitoria elaborado pelo CUN. Quando Passarinho olhou a lista, surpreendeu-se: “Reitor, o seu estado é pior que o meu, outra vez a mesma lista?” Os nomes eram praticamente os mesmos da primeira, elaborada pelo CUN capenga. Para Bayer, o governo “tinha interesse em colocar o Stemmer na lista”, pela proximidade com o presidente Médici. A versão é confirmada por Arno Blass, biógrafo e colega de Stemmer: “Meio que deram uma rasteira nele (em 1972)”.

O reitor interino também levou uma dúvida a Passarinho: se teria aval para nomear equipe própria, mesmo sob incerteza de quem seria o escolhido do presidente. “Vai tocando, faça como deve ser feito”, teria respondido o ministro. Bayer voltou para Florianópolis com moral. “Vou fazer mudanças, porque estou autorizado pelo ministro. Não posso ficar aqui feito boneco, meu feitio não é esse”, anunciou para os colegas. A ilusão durou pouco. O presidente Médici nomearia Roberto Mündell Lacerda dias mais tarde, início de maio.

Para a escolha do reitor em 1972, o SNI recebeu fichas dos candidatos produzidas por Batalhões, DOPS, e ASI/UFSC para apreciação. A partir desses dados, elaboraria um parecer. Sobre o professor escolhido, Lacerda, o 14^oBC rasgou elogios:

“Fez parte da Comissão de Inquérito que a revolução instaurou na Universidade Federal de Santa Catarina, por suas atitudes revolucionárias antes de 1964, juntamente com o Dr. Antônio Muniz de Aragão e o desembargador Vitor Lima, escolhidos pelo comando do 5ºDN”.

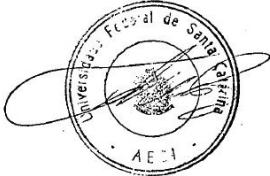

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
REITORIA
A.E.S.I./U.F.S.C.

INFORME Nº 01/AESI/UFSC/72

ASSUNTO: 1º CONCLAVE NACIONAL SOBRE O ENSINO UNIVERSITÁRIO
DIF. ATUAL: DCI/SSI
ORIGEM : AESI/UFSC
ANEXO : PORTARIA Nº 036/71/72 de 20 de AGOSTO de 1972. *3 copias*

1. A Universidade tomou conhecimento através do jornal "O ESTADO", de 15 do corrente, da realização do 1º Conclave Nacional sobre o Ensino Universitário. Conforme a notícia e portaria anexa, será realizado nos dias 22, 23 e 24 de setembro do corrente ano.
2. Sabe-se que virão uns 250 a 300 estudantes de todo o país.
3. Esta AESI consultou Ministério e aguarda resposta. A indagação é quanto a legalidade do Conclave, por ser de caráter nacional.
4. Diz o artigo 19 do Dec.-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967: "A primeira Conferência será convocada e instalada pelo Ministro da Educação e Cultura e as demais serão convocadas pelo Presidente da República" (a conferência aqui citada é a Conferência Nacional referida no artigo 18 do mesmo decreto-lei).
5. O Presidente do DCE convocado a prestar esclarecimentos, não teve paciência de esperar o Sub-Reitor de A.O.E. e deixou na Sub-Reitoria a Portaria anexa.

-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-



responsável pela manutenção
do documento (Art. 62 - Decreto
nº 11.912/64) para salvaguarda de

Informe nº 01 da Assessoria da UFSC, ainda com a sigla AESI. Fonte: Documentos Revelados/Aluizio Palmar



Legalista, austero e de poucas palavras, Lacerda foi nomeado reitor da UFSC em 1972 com apoio do governador Colombo Salles e dos diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). Fonte: Agecom/UFSC

Gestão Lacerda: a ASI como instrumento político

O salão da entrada da Reitoria recebeu convidados da festa de posse de Lacerda – a cerimônia oficial, no MEC, aconteceria nos dias seguintes. Entre os homens de terno alinhado surgiu um funcionário da universidade com um Telex em punhos. Era do ministro da Educação, informando que a gestão estava completa: o presidente Médici acabara de nomear, como vice-reitor, o professor e engenheiro Hamilton Ramos Schaefer.

Os escolhidos para a administração central da UFSC eram de facções distintas dentro da política universitária. Quando a primeira lista formulada pelo CUN foi devolvida pelo governo, Schaefer notou que teria chances. Correu por fora, costurou uma candidatura e entrou na segunda lista de candidatos à vice-reitoria, meses mais tarde. Já Lacerda estava entre os favoritos desde a primeira proposta de nomes enviados ao governo. A escolha era política: vence o candidato melhor entrosado com autoridades e sem vetos dos órgãos de informações.

No caso de Schaefer, pesou o apoio do padrinho de nascimento e ex-governador, Celso Ramos. Entre outros: “Aientra tudo, cara amigo de general, maçonaria, entrava tudo na história”, revelou o vice-reitor. Enquanto Lacerda foi nomeado reitor pelas mãos de um governador que enfrentava profunda crise política: o engenheiro Colombo Machado Salles – este, por sua vez, escolhido para combater as oligarquias do estado.

Ainda que unidos na ARENA, cada lado das oligarquias de Santa Catarina queria emplacar seu candidato para o Governo. “Ivo Silveira (ex-governador) apoiou o Antônio Moniz de Aragão, secretário da Saúde. (...) Já a *ex-UDN* apoiou o Hercílio

Collaço. Não houve consenso. Com isso surgiu o Andrezza (ministro dos transportes), que indicou o Colombo Salles”, explicou Jorge Konder-Bornhausen, herdeiro político da oligarquia udenista. Na confusão de nomes, o médico Moniz de Aragão chegou a largar o emprego de secretário do Governo, confiante de que seria o candidato oficial – foi membro da comissão que caçou subversivos na UFSC após golpe¹. Diante da indecisão, e embalado por uma política para desarticular oligarquias dos estados, o governo militar nomeou Salles. Pela primeira vez em décadas, a configuração do andar de cima da política em Santa Catarina passou longe dos interesses das famílias tradicionais.

Sem experiência política, Salles cercou-se de técnicos, muitos deles ligados à UFSC: deixou de lado as oligarquias. “Daí ele conseguiu formar a junção que faltava. Quer dizer, as famílias se juntaram no momento em que o Colombo resolveu tirá-las”, afirmou Bornhausen. A ofensiva das oligarquias desestabilizou o início do governo. Em 28 de dezembro de 1971, um informe do consulado dos EUA em Porto Alegre, enviado para o Departamento de Estado, em Washington, alertava para as dificuldades que o governador enfrentava: “Seria difícil que o prestígio de Colombo Salles estivesse menor do que o atual. O que deve ajudá-lo é que o presidente Médici está, provavelmente, relutante em sugerir a renúncia de outro governador” (Leon Peres pedira renúncia no Paraná por aqueles dias).



Ernani Bayer à esquerda, Lacerda no centro e Ferreira Lima ao fundo: três reitores durante a festa da posse em 1972. Agecom/UFSC

Dentro da universidade, havia disputa similar entre os gestores de perfis opostos. Um anulava as decisões que o outro tomara. A piada corrente era que reitor e vice mantinham uma “guerra de portarias”. As brigas assustaram o governo militar e agentes da 5ªRM, de Curitiba, escreveram em fevereiro de 1974: “O clima de intranquilidade existente na conjuntura atual da referida Universidade, deve-se, em parte ao não entrosamento da cúpula dirigente (...) O comando militar da área está preocupado com as prováveis relações dos estudantes da UFSC, ao tomarem conhecimento desses fatos.”

Parte das críticas direcionadas ao vice-reitor saíram da própria universidade. Um informe da ASI/UFSC, de agosto de

1973, acusa Schaefer de causar instabilidade na administração central:

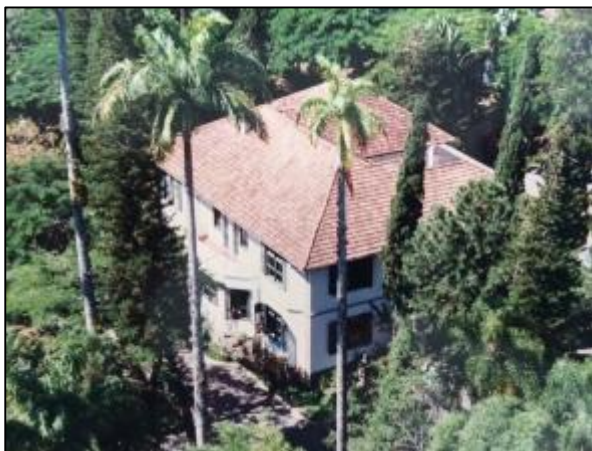
O prontuariado, vice-reitor da UFSC, em exercício do cargo de reitor, em flagrante desrespeito às determinações do titular, baixou uma série de atos administrativos. Em virtude desses Atos, através dos quais foram promovidos Servidores sem a necessária qualificação e majorados os salários, criou-se no corpo administrativo da UFSC profunda insatisfação e viu-se prejudicada a atual política de estabilização financeira do reitor ROBERTO LACERDA.

Trancado em um banheiro, discretamente, Schaefer acessou os documentos que a assessoria da UFSC produzira. Quem teria apresentado estas informações? “Não posso dizer para não complicar o cara”. Outro informe da ASI/UFSC, de novembro do mesmo ano, reforçaria as acusações: “O nominado (Schaefer) (...), assumindo novamente o cargo de Reitor da UFSC, na ausência deste, voltando a praticar atos irregulares, apesar de alertado”. Os registros da assessoria da universidade engordaram a ficha política do vice.

“O clima começou a pesar”, afirmou Schaefer. Para contornar a ficha suja, procurou comandantes militares da cidade. Alegou que o reitor fazia uso político da assessoria. Segundo o vice, os militares se comprometeram a analisar as informações da assessoria da UFSC antes de repassá-las para órgãos como SNI. Para quem observou de perto os conflitos entre os dois principais gestores da universidade, histórias caricatas ficaram na memória: o boato era de que o vice chegou a arrombar a porta do gabinete para conseguir assumir à Reitoria, na ausência de Lacerda. Schaefer afirmou que não passou de história mal contada. A porta estaria trancada, alega. “Eu pedi pra chamar o Justino, era porteiro desde a Reitoria antiga. Desses que tem autoridade sobre os funcionários. Disse: “pula a janela, por fora, e entra lá, tira o

pino da porta””, descreveu. Quando a porta foi aberta, para surpresa de Schaefer, estava um funcionário aliado de Lacerda. “Porra, dormiu aqui?”, teria dito o vice. “Aquilo foi montado. Não queriam era passar o exercício da Reitoria””, analisou.

A ASI/UFSC virou instrumento político nas mãos do reitor Lacerda: utilizou a assessoria para investigar o passado de possíveis nomes para sua equipe. No início de 1972, primeiros passos da gestão Lacerda, a assessoria solicitou ao SNI informações sobre Ernani Bayer. Em resposta, agentes do SNI questionaram o motivo daquele pedido, “considerando que o referido PB (Pedido de Busca), envolve professores em função de destaque na UFSC”. O agente da ASI/UFSC deu continuidade ao diálogo: “O motivo do PB-21 prende-se ao fato de o Magnífico Reitor desejar saber a vida pregressa daqueles professores que constituem a cúpula da UFSC”.



Primeira Reitoria da UFSC, na rua Bocaíuva, centro da cidade, cedida ao Comando do Grupamento Leste Catarinense. Fonte: Agecom/UFSC

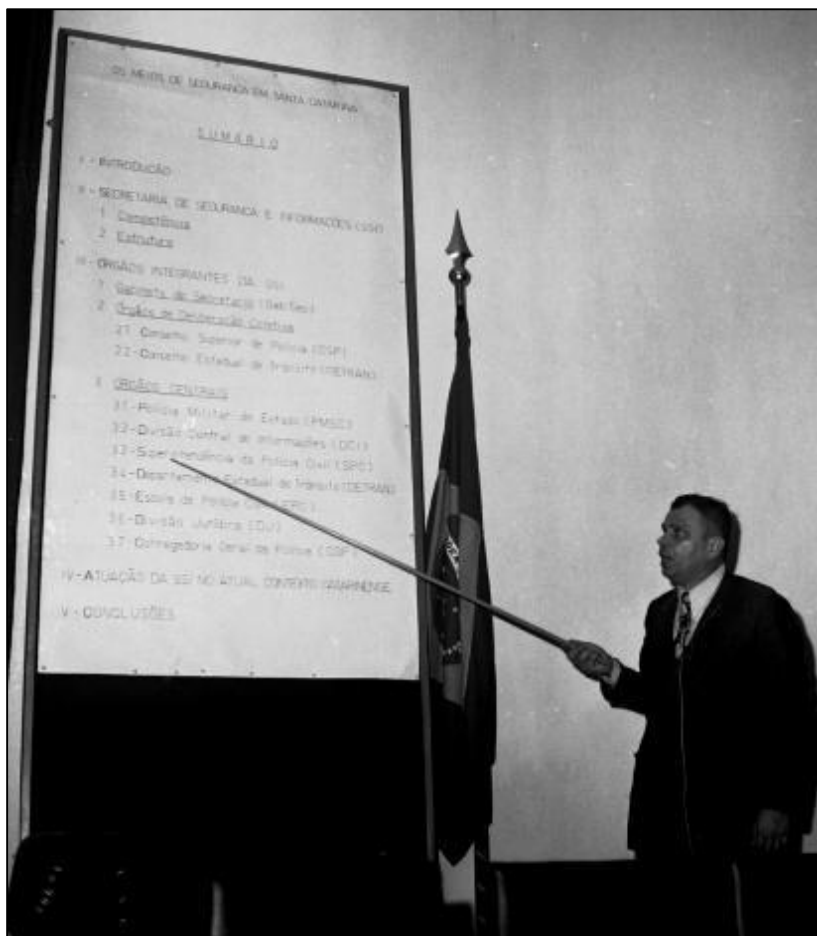
A entrega da primeira Reitoria da UFSC para o Exército marcaria a gestão de Roberto Lacerda à frente da universidade. Primeiro, parte do espaço foi cedido para o Comando do Grupamento Leste Catarinense. “Por um ano, podendo ser prorrogado um ano e que no fim deste prazo aquele Comando devolveria o imóvel à Universidade ou o adquiriria, pelo preço da

avaliação, se viesse a ser do interesse da Universidade sua alienação”, registrou a Ata do Conselho de Curadores em 1973.

Em dezembro de 1976, o imóvel seria alienado pelo valor de Cr\$ 12.444.338,19, pagos pelo Ministério do Exército para a UFSC. O vice-reitor, Schaefer, afirmou que Lacerda teria oferecido o imóvel aos militares sem grande discussão prévia com a comunidade universitária. “Ele (Lacerda) ofereceu, sei que ele ofereceu. O Exército aceitou. O dinheiro foi utilizado para fazer o Centro de Convivência da universidade, hoje tá uma porcaria”.



Diretor do Centro de Estudos Básicos agradeceu pela presença de um soldado à paisana “que vem cuidando da área externa deste centro”. Fonte: Comissão da Memória e Verdade da UFSC



ADESG ganhou força na gestão Lacerda. Os ciclos (imagem) discutiam segurança e informações, entre outros assuntos de interesse do regime. Os diplomados poderiam dar aulas de Estudos de Problemas Brasileiros para graduandos da UFSC. Entre os professores desta disciplina, estava o general Jaldyr Faustino da Silva e o jornalista Moacir Pereira. Fonte: Agecom/UFSC

Empurrando com a barriga

A filial do SNI dentro do campus passou pelas mãos dos gestores, por mais de 15 anos, como uma batata quente. Reitor durante a segunda metade da década de 1970, Stemmer, ganhou fama de durão. Ainda assim, considerou a assessoria da UFSC um baita problema. “Fui empurrando com a barriga até o final da gestão. Você sabe, como o governo com a dívida externa. Quando terminei o mandato, o problema ainda existia”, afirmou em entrevista ao *Jornal de Santa Catarina*, nos dias 23 e 24 de agosto de 1987. No prédio da Reitoria, onde o órgão funcionou, os registros sumiram. No arquivo central da UFSC, há poucas folhas de comprovantes de pagamento e correspondências – SNI era um dos destinatários. Comparado a centenas de informes produzidos pela ASI, restam poucos documentos no Arquivo Nacional. “Onde está o ‘arquivo-morto’ da ASI? Temos o direito de saber o que há sobre nós em qualquer banco de dados e de corrigir o que estiver errado”, reivindicou Stemmer.

O biógrafo de Stemmer, professor Arno Blass, vai além. Afirmou que a assessoria interferiu na formação da equipe do reitor, nomeado em meados de 1970:

– Ele (Stemmer) nunca admitiu, mas assumiu a reitoria com uma série de pré-condições. Todas as nomeações passaram pelo SNI. O fato que eu fui designado chefe de departamento e passei umas três semanas trabalhando sem ter uma portaria.

Stemmer reclamava da assessoria?

– Ele sabia que tinha de conviver.

Sabiam quem era o diretor?

– Eu não sabia. Vim a saber depois. Um cara lá que eu não dava nada por ele. Não sei o nome. Sei que ele começou a aparecer em outras rodas. Alguém disse, “é da ASI”.

Uma pequena sala ao lado do gabinete do reitor foi a primeira sede da ASI na UFSC. “A gente nem entrava lá. Era uma papelada, *bobajada*”, lembra o reitor em duas ocasiões, Ernani Bayer. Em 1978, a Agência Central do SNI elaborou um estudo sobre a rede de informações dentro de cada estado. Conforme o documento, no intervalo de oito meses, entre janeiro e o final de agosto daquele ano, os agentes da UFSC fizeram 53 solicitações ao SNI.² Pedidos por busca de fichas políticas ou de informações e aval para nomeação de gestores estavam entre as solicitações que poderiam ser feitas. Nesse mesmo intervalo, o SNI recebeu apenas uma solicitação do 5º Distrito Naval e cinco da Polícia Federal do estado. O órgão que mais exigiu, com 104 pedidos, foi a Delegacia Regional do Trabalho de Santa Catarina (DRT/SC), conforme o levantamento do SNI. Na década de 1980, a assessoria passou a ocupar uma sala no térreo da Reitoria, ao final do corredor que está ao lado das escadas e elevadores do prédio.

Os funcionários da assessoria mantinham a profissão em segredo, como autênticos agentes secretos. O primeiro diretor, Fernando Antônio Medeiros Beck, saiu da UFSC em meados da década de 1970. Tertuliano Cardoso Filho assumiu o comando da assessoria até 1978. José Antônio Ceccato foi o último diretor.



Com a força das boas relações em Brasília e com o presidente Médici, o professor Stemmer (à esquerda) foi nomeado sucessor de Roberto Lacerda (à direita) para Reitoria da UFSC. Fonte: Agecom/UFSC

Conforme documento do Departamento de Pessoal da UFSC, nos meses de janeiro e fevereiro de 1978, Cardoso recebeu Cr\$17.262,80 pelos serviços prestados na ASI. No mês seguinte, março, o pagamento foi de Cr\$23.782,80. O salário mínimo em maio de 1978 era Cr\$1.560,00. Cardoso afirmou que não havia destaque para questões políticas nos documentos produzidos pela assessoria. Era “como empresas que buscam o nome dos clientes no SPC”, alegou. Após deixar o cargo na UFSC, continuou a carreira dentro da rede de informações do governo: assumiu a direção ASI/TELESC.

Em 1988, o último ministro-chefe do SNI, General Ivan de Souza Mendes, recebeu uma carta de Cardoso, que completara 10 anos à frente da ASI/TELESC. O agente solicitou apoio ao general ao colocar “seu nome como candidato à diretoria administrativa da referida empresa”. Para reforçar o pedido, Cardoso destacou a sua trajetória como agente do serviço de informações, que teve os primeiros passos na UFSC:

Em 1972, acendendo a argumentos bem fundamentados, resolvi abandonar minha carreira de advogado para dedicar-me inteiramente ao SERVIÇO DE INFORMAÇÕES do Governo Federal, já que, o apelo recebido, deixou-me de tal forma entusiasmado no futuro do meu País (...) não tive outra alternativa, à época, senão a de dar minha parcela de contribuição ao futuro promissor que se descortinava ante ao advento da Revolução Democrática de 1964. Não me enganei. (...) Permaneço, até os dias de hoje, no Serviço de Informações, exercendo a chefia da Assessoria de Segurança e Informações da Telecomunicações de Santa Catarina S/A -- TELESC.

Na sequência da carta, Cardoso revelou que cursou a Escola Nacional de Informações, “concluindo em 1977 o seu curso de mais alto nível destinado a analistas”. Também demonstrou insatisfação com a transição política que encerrou o regime militar. Alegou que o governo abriu as diretorias de suas empresas, “inclusive aquelas que desenvolvem atividades do interesse da segurança nacional”, para políticos ou “representantes de agremiações partidárias, nem sempre os mais capazes”. Por fim, Cardoso pediu o voto de confiança do general:

(...) Por considerar-me cidadão da confiança do meu País, tomo a liberdade de dirigir-me unicamente a Vossa Excelência a fim de submeter a indicação do meu nome ao Governo Federal que, na qualidade de acionista majoritário, será o responsável pela eleição da nova diretoria.

Em resposta, o general considerou que “a sua folha (de Cardoso) de serviços prestados ao governo, é das mais dignificantes, notadamente,

na área de informações”. E, o fato de se encontrar como chefe da ASI/TELESC por mais de década, “torna-o capacitado para o exercício da função que almeja, pelo elevado conhecimento que deve ter adquirido na empresa durante esse período”.

O mesmo filme

Quando Ernani Bayer assumiu a Reitoria no início de 1980, deparou-se com a mesma dor de cabeça dos tempos de mandatário interino da universidade, quase uma década atrás: teria de nomear o comando da ASI/UFSC. A assessoria estava desativada, como indicou um documento da Agência Central do SNI de 1979 – coincide com o período em que Tertuliano Cardoso Filho saiu da universidade. O reitor encontrou uma solução “para não ter dores de cabeça”. A Secretaria de Segurança cedeu um funcionário para comandar a assessoria da universidade, o policial civil José Antônio Ceccato. “Era meio parente e ninguém sabia”, casado com uma parente sua, também funcionária da universidade, afirmou o então reitor.

Nos primeiros anos de Ceccato como comandante da assessoria, o setor foi produtivo. Documento de outubro de 1982, por exemplo, era o informe de número 296 daquele ano. Próximo da extinção, em 1985, o órgão produziu cerca de 40 informes durante o ano. Ceccato entrou para o quadro de funcionários da universidade em 1984 – antes era cedido pela secretaria de segurança. Conforme documento do Departamento de Pessoal da UFSC, recebeu Cr\$ 6.990.824,00, em novembro de 1985, quando ainda assinava documentos da ASI/UFSC. O salário mínimo à época era Cr\$600.000,00. Ceccato seguiu na universidade após a extinção do setor, em 1986, coordenando a segurança física da UFSC. Saiu da universidade anos mais tarde para assumir funções no MEC. Hoje é diretor-executivo da universidade privada UNIESP.

A assessoria foi extinta na gestão de Rodolfo Pinto da Luz. “Então existia no meu período? Pensei que não estava mais lá”, disse Pinto da Luz. Os últimos relatórios da ASI mostram as entranhas do poder na universidade. Tudo enviado para o andar de cima da rede de informações, o SNI. Há relatos de suposto desvio de carnes do Restaurante Universitário, agiotagem e invasão do prédio do Centro de Convivência, atual sede do DCE. Em informe de abril de 1985, o destaque era um desentendimento entre pró-reitor e diretores. Na confusão, o pró-reitor de Extensão, Hamilton Savi, teria ofendido os colegas de trabalho, dizendo que “os diretores e seus funcionários, sem exceção, ficavam “coçando o saco””, conforme o documento assinado por Ceccato. “Estou sabendo disso agora. Eu não tinha controle do que saía da assessoria”, afirmou Pinto da Luz, surpreso, ao deparar-se com o documento. Na terceira página do informe, após apresentar os dados pessoais e ligações partidárias dos envolvidos, há uma charge publicada em jornal do movimento estudantil. Sobre o coelho e a raposa com luvas de boxe, representando a briga entre os gestores da universidade, o agente da ASI fez rabiscos apontando quem é quem na disputa.

À época ligado à Associação de Servidores Técnico-administrativos (ASUFSC), Luiz Henrique Prazeres desconfiava conhecer um dos agentes da ASI. “Aquele galego era sempre o primeiro a chegar na assembléia”, disse, com forte sotaque ilhéu. Funcionário há mais tempo em atividade dentro da universidade, Prazeres foi contratado pela antiga Faculdade de Medicina, em 1959. O nome dele apareceu em relatórios de assembléias gerais realizadas na antiga ala C do Restaurante Universitário. No mesmo documento, enviado para Polícia Federal, MEC e SNI, há o registro de quem vendia cada jornal e panfleto na entrada da assembléia.

Ex-presidente do DCE, Lédio Rosa Andrade, afirmou que era latente a sensação de estar sendo vigiado dentro da

universidade. Porém, desconhecia que uma ramificação do SNI atuava no campus. “Sabíamos que havia espões por todas as partes e, no Direito, pelo menos um aluno era informante da ditadura”. Décadas após o fim do regime militar, Rosa teve acesso aos documentos em que era fichado. “Fiquei muito surpreso e agora vejo como éramos amadores mesmo.”

Filho do homônimo fundador da UFSC, Ferreira Lima concedeu entrevista dentro da Ressacada, estádio do Avaí, projetado por ele. Arquiteto e professor aposentado da universidade, lembra da ASI com humor: “Era tão insignificante que ninguém falava deles. Vi só gente gozando, “que *tás* fazendo aí? Tá tomando muito cafezinho? A universidade vai te colocar na cadeia porque tá tomando cafezinho demais”.

Buscar as centenas de páginas de documentos produzidas pela ASI dentro da UFSC é perda de tempo². Ao menos em duas ocasiões, os registros foram incinerados. “O material até 80 você não achou porque dei fim nele”, revelou o antigo pró-reitor, Álvaro Reinaldo de Souza, atuante na gestão de Ernani Bayer. “Foi queimado num sábado, atrás da Reitoria. Meu temor era que as informações pudessem ser usadas contra os citados nos relatórios. Comuniquei ao Ernani Bayer, que aprovou a decisão. As informações e notas subjetivas versavam sobre a ideologia dos mencionados, inclusive eu, Ernani e Silvio Coelho”, completou.

Os documentos produzidos em seguida, durante a década de 1980, quando Ceccato comandou a assessoria, teriam o mesmo fim. “O que tinha eram informes simples, né, para o reitor, que a gente incinerou”, revelou o próprio Ceccato. “Na realidade... eram meia dúzia de papéis. Colocou fogo e pronto, acabou, acabou e ponto. A gente não trazia nestes documentos dados de pessoas, nada, eram apenas informes”. Segundo o ex-procurador da universidade, Souza, as informações registradas em documentos da ASI “eram colhidas mediante oitiva do

responsável por delações nos meios docente, discente (infiltrados profissionais) e de servidores”

No olho da rua

Registros em fichas políticas revelam que gestores da universidade impediram a contratação ou demitiram professores durante a ditadura por supostas questões política. Em alguns casos, os documentos dos órgãos de informação – incluindo papéis da ASI/UFSC – afirmam que houve veto pelas atividades subversivas dos profissionais. Para outras histórias, há divergências entre os envolvidos: um lado disse que houve perseguição, outro alegou que as demissões foram justas.

Desde que Pedro José de Castro deixou Florianópolis para cursar Radiofísica na Universidade da Amizade dos Povos, na URSS, os órgãos de segurança e informações seguiram seus passos. Interceptando correspondências enviadas para família, vigiaram o estudante em terras soviéticas: “Através de carta (...) demonstra sua admiração pelo comunismo, (...) Elogia a maneira de viver do povo Russo, nas festinhas, etc”, afirmou um dos escritos de sua ficha política, elaborada pela agência de Curitiba do SNI.

Para contornar a vigilância, Castro passou a enviar cartas e livros de navio até o Brasil. Em fevereiro de 1975, “para um período de descanso e recuperação de saúde”, o próprio estudante cruzou o oceano “a bordo do navio CHERNIATKOVSKI”, registrou informe da Secretária de Segurança de Santa Catarina. Poucos meses após retornar, recebeu a visita de um vendedor de livros “desempregado e revoltado” por não prosseguir nos estudos “e que a conselho de um amigo resolveu procurá-lo (Castro)”. O livreiro era espião da DOPS disfarçado. Buscava informações sobre a vida do estudante de Radiofísica na URSS, como registrado na sua ficha política.

Castro retornaria ao Brasil, em definitivo e graduado, em 1978. Ao desembarcar foi chamado para depor a agentes do regime militar. Pelo envolvimento em pesquisas na URSS sobre laser, chamaria atenção do Departamento de Física da UFSC. “Conversei mais com o francês Joel Muzart, que orientava outro professor que estava construindo um laser e eu iria colaborar no projeto, visto que eu tinha certa experiência nesse ramo”, afirmou Castro. Em setembro do ano que retornara ao Brasil, agentes da ASI/UFSC solicitaram aos órgãos de informações os dados sobre Castro, cogitado para vaga de professor. O SNI informou que havia “restrições quando ao aproveitamento do referido professor para o cargo cogitado”.

O professor que chamara atenção por bons conhecimentos de técnicas experimentais foi recusado pela universidade. “Soube da resposta negativa da UFSC através da minha irmã, pela contrariedade do reitor Stemmer, pelo fato de eu ter estudado na URSS. Soube que ele era bem *nazistóide*”, disse. Quando voltou a conversar com o professor Muzart, que lamentou o veto, ouviu um “vais morrer de fome”, devido a ficha política. “Senti o ambiente adverso, pois a atmosfera política no Brasil não era salutar na época e não fiquei animado em insistir”, lembrou. Hoje, Castro é pesquisador titular do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Não precisava grande esforço para barrar um professor da universidade: o “não” do reitor ou dos militares já atropelava qualquer regimento da instituição. Valmir Matins tentou o concurso para professor da UFSC em 1976. “Passei em primeiro lugar entre oito e havia mais de uma vaga no departamento de História”. Porém, não foi chamado para o quadro de funcionários da universidade. “Lacerda (reitor) dizia que eu era um comunista e tal, portanto eu não podia entrar”, alegou. Martins, era figura conhecida dos órgãos de segurança e informações desde o período no movimento estudantil da UFSC, ligado à AP.

Quando o regime endureceu, após o AI-5, Martins seguiu as ordens da organização e entrou para a clandestinidade. Foi deslocado aos grotões do Paraná para analisar se ali havia condições “que pudessem facilitar a construção de uma área de libertação nacional”, explicou, “ao estilo do que foi feito no Araguaia, pelo PCdoB”. Capinou por um tempo em roça de milho, até o disfarce do estudante de mãos lisas, infiltrado entre trabalhadores rurais, não convencer mais: “Aí foi um problema, pois os caras logo viram que eu não era camponês”. Abandonou o trabalho na roça e virou vendedor ambulante, ainda na clandestinidade. O pessoal da AP percebeu que não havia condições para criar a tal área de libertação por ali. Martins seria deslocado novamente.

Na rodoviária de São Paulo, onde pegaria o ônibus a Belo Horizonte para nova imersão na clandestinidade, Martins recuou: “Pensar em fazer a revolução nas condições em que estamos pensando, tá louco, não dá”, refletiu. Voltou para Florianópolis e entrou no curso de História da UFSC. Logo chamou a atenção dos agentes da ASI/UFSC. Em 1972, a assessoria solicitou informações sobre o estudante para o SNI, pelo Pedido de Busca 005, de abril daquele ano. Em resposta, o Serviço informou que ele registrava “antecedentes negativos”.

Quando a entrada de Martins como professor na universidade foi barrada, a gestão de Lacerda já estava no final. O sucessor, Erich Caspar Stemmer, não impôs grandes dificuldades para o historiador. No ano seguinte, Martins entrou para o quadro de professores da universidade, com ajuda de improvisos não declarados à época: para ser aceito, precisaria de um atestado ideológico, com parecer dos órgãos de informação de que nada havia de subversivo na sua ficha política. “Eles me deram um atestado acusando que constava antecedente. Então, eu peguei o atestado e fraudei”, afirmou¹. Martins colou uma tira de papel por

cima de onde estava escrito “consta antecedente político”, fez cópias e foi aceito pela universidade.

Os passos de Martins dentro da universidade seriam vigiados pelos órgãos de segurança e informações. Em sua ficha política, elaborada pela Agência do SNI em Curitiba, há uma suposta delação feita por um aluno. Sem identificar-se, afirmou aos agentes da ditadura que “alguns professores ao invés de formarem alunos capazes de serem cidadãos úteis à nação, transformaram-no em eternos revoltados. Entre estes Professores, destacam-se Walmir Martins”. No total, a ficha política do professor, produzida pelo SNI, agência de Curitiba, apresenta 13 páginas.

Martins foi contratado pela UFSC, apesar dos antecedentes. O mesmo não ocorreu para outros profissionais marcados pelos órgãos de segurança e informações. Formada em Direito, Solange Pirajá disputou uma vaga para auxiliar de ensino na UFSC, em março de 1973. Segundo registros em sua ficha política, produzida pela agência de Curitiba do SNI, a universidade barrou a sua contratação. A assessoria da UFSC pediu os dados sobre a candidata para a Secretaria de Segurança Pública, que “informou que a nominada registrava antecedentes negativos”. O escritório do SNI em Curitiba não se envolveu na decisão da universidade, porém, julgou acertada:

“No que se refere a não liberação da nominada para Auxiliar de Ensino da UFSC, em março de 1973, decorrente, ao que tudo indica de informações negativas da DCI/SSI/SC e da própria AESI/UFSC, a ACT/SNI é de parecer, que muito embora não tenha opinado sobre o assunto, foi uma medida acertada, justa e conveniente para uma Instituição Universitária.”

Conforme outros registros na ficha política de Pirajá, meses mais tarde ela entraria em contato com a chefia do SNI

para contestar a decisão da universidade: “Em 02 de abril de 1973, a nominada escreveu ao Chefe do SNI, alegando que em princípios de março de 1973 fez concurso na UFSC, (...) apesar de haver obtido na Banca Examinadora notas 10 nas três provas a que foi submetida (...) foi preterida em favor de candidato com média muitíssima inferior a sua”.

Os documentos da ASI/UFSC também registraram a longa novela para contratação de Gerônimo Machado. Graduado em Direito e Economia, ligado ao PCB, parou na cadeia durante o congresso da UNE em Ibiúna e integrou a chapa cassada da disputa pelo DCE em 1969². Poucos anos depois, recebeu indicação para entrar no Departamento de Economia da UFSC como professor. Conforme documento da assessoria, em 1972, devido a informações sobre “suas atividades subversivas, o Magnífico Reitor (Lacerda) não aceitou seu ingresso na UFSC”.

O veto teria desagradado o chefe do departamento, “prof. Carlos José Gevaerd, que não se conformou com a atitude do Mag. Reitor”, revelou o mesmo informe, de número 33 daquele ano. Pouco tempo depois, Machado saiu do país para a pós-graduação. No ano seguinte, os colegas de *Partidão* que ficaram por Santa Catarina foram presos e torturados na Operação Barriga Verde. “Quando me procuraram já não estava aqui. Exigiram que o BESC me demitisse”, afirmou. Ao retornar ao Brasil, entrou na justiça para recuperar o emprego. Perdeu o processo.

Por novo concurso, no final da década de 1970, Machado entrou outra vez para a universidade. Após alguns meses de trabalho, seria demitido pelo reitor Stemmer. O então mandatário da universidade alegou que não consultara os órgãos de segurança e informações sobre Machado antes da contratação. “(...) Quando este (secretário de segurança) mandou a ficha, foi descoberto que o contratado tinha fugido para a França, tinha sido filiado ao Partido Comunista, tinha uma ficha radical”, disse em entrevista para o livro de 50 anos da UFSC. Além disso, segundo o reitor,

Machado não teria o doutorado que prometera. “O Stemmer queria cobrar o contrato (...) E a APUFSC entendeu que estava sofrendo uma perseguição”, defendeu Arno Blass, biógrafo de Stemmer.

“Eu fiz um escarcéu muito grande em 1979. Tive um papel destacado na briga contra o reitor, e as alegações deles eram estapafúrdias. Eu não estava recebendo salário”, afirmou o professor Machado. Apenas na quarta tentativa, após a Lei de Anistia, conseguiu o contrato com a UFSC. “Havia um caso do Gerônimo (Machado) e que eu dei parecer para que fosse reintegrado como professor”, afirmou Álvaro Reinaldo de Souza, que assumiu a Procuradoria da universidade em tempos de abertura política.



Marcado por expandir e modernizar a universidade, o professor Stemmer (de perfil) foi acusado de demissões e vetos a contratação de professores por supostas razões ideológicas.
Fonte: Agecom/UFSC

O reitor Stemmer entraria em outra polêmica, desta vez com o professor João Tadeu Strugo Socas. Contratado como

auxiliar de ensino, Socas também seria alocado fora da sala de aula: desdobrava-se para atuar em uma segunda função, como analista de sistemas, responsável pelas matrículas dos estudantes.

Socas viria durante a madrugada para universidade para efetuar as matrículas. Alegou que os computadores eram utilizados durante o dia por outras entidades, inclusive de fora da universidade. O professor produziu um documento denunciando mau uso desse equipamento. “Nesse relatório eu coloquei o absurdo que era a universidade, os trabalhos da universidade, serem preteridos pela venda de horas para entidades alheias.” Segundo o professor, os chefes recusavam-se a analisar as denúncias que levantara.

“Fui na casa do Stemmer, que já conhecia do Centro Tecnológico, quando diretor. Relatei para o reitor o que vinha acontecendo. Já estava até tonto, nem andava direito, era ameaçado de ser demitido, não sabia o porquê”, alegou. “Professor, o senhor vá para casa, descansar. Pode deixar que tomo conta de tudo”, teria respondido Stemmer, conforme o professor Socas.

Informações levantadas pela Comissão da Memória e Verdade da UFSC revelam que um dos chefes do professor e analista de sistemas enviou ofício para Stemmer “que distorce os fatos narrados por Socas e sugere sua consequente demissão”. O reitor teria encaminhado a “pretensão do chefe” ao “departamento de pessoal, para que a demissão seja efetuada”.

“Escreveu assim, demite-se e assinou embaixo”, afirmou Socas. O professor buscava por vários meios reverter a decisão: com ajuda da APUFSC, dentro da universidade, e em processo na justiça comum. “Acontece que eu era concursado. Fiz documento para o Conselho de Ensino e Pesquisa. Um ofício para o CUN. Também não deixaram chegar. Nenhum documento que eu fizesse chegava até o órgão, embora direcionado. Não tinha como. Eles mandavam arquivar”, alegou Socas.

O biógrafo do ex-reitor, Arno Blass, conheceu Socas quando ainda era estudante e presidente do CA do Centro Tecnológico. “(Socas) Era um menininho bobo, imaturo. Mas o problema é o seguinte, ele se ligou à esquerda e coisa e tal. O fato é que o Socas não dava aula, faltava muito. Parece que o Stemmer botou ele para rua”, afirmou. No mesmo período, outro professor foi demitido no Departamento de Engenharia. Quando soube que Socas acionara a justiça, o professor Arno Blass, então chefe de departamento, pensou “ih, se o cara (outro demitido) pega um advogado vai criar outra novela dessas”.

Entre os apontamentos sobre o caso de Socas, a Comissão da Memória e Verdade da UFSC destacou³:

É incerto, porém altamente provável, que a demissão de Socas fora também motivada por perseguição político-ideológica. As investigações da CMV-UFSC apontam que a administração de nossa universidade era refratária a estudantes, servidores e professores que tivessem posicionamentos contrários e críticos ao regime militar. Socas nos contou que era uma liderança estudantil muito conhecida na UFSC e entre os estudantes de Engenharia, além de sindicalizar-se quando passou a ocupar o cargo de professor. É coerente afirmar, então, que sua demissão contribuiu para silenciar um professor propenso a denunciar práticas autoritárias e corruptas.

Entrevista com o último diretor da ASI: “Existiam pessoas infiltradas que eu sequer conhecia”

José Antônio Ceccato, último diretor da ASI (1981 –1986) revelou que militares à paisana vinham para a UFSC recolher informações com frequência, sem o conhecimento dos reitores.

Pergunta: O que fazia a Assessoria de Segurança e Informações?

Ceccato – A nossa missão era de assessoramento ao reitor nas atividades políticas, político-administrativas dentro da universidade. Já era uma época que não havia mais assim uma, um envolvimento político com o regime militar, até porque sou civil, não sou militar.

O que vocês produziam? Eram relatórios, havia fichários? Como era a linha de produção?

Eram informes apenas. Até porque não nos era cobrado mais daquela forma que a gente acaba lendo na imprensa e... aquelas informações do SNI, essas coisas.

Encontrei relatórios de assembleias e sobre como o movimento estudantil se organizava. Vocês que produziram?

Não. Existia em Florianópolis, e a gente tinha bastante contato, os serviços de informações do Exército, da Marinha e Aeronáutica. Eu era mais procurado por um pessoal do Exército. Tinha na Secretaria de Segurança e Informações, hoje de Segurança Pública, um departamento, a Divisão de Segurança e Informações, que também havia uma procura eventual. Esse pessoal vinha muito para a universidade. E normalmente me procuravam, né, claro.

Eles pediam, por exemplo, “você tem conhecimento de assembleias de estudantes?”. Sim, tenho, estava lá ontem. “E o que que disseram?” Disseram essas informações. A gente prestava informações normalmente, né. O presidente do DCE falou sobre isso, sobre aquilo. Alguns detalhes, mas nada de documento.

Mas eu encontrei algumas coisas com carimbo da ASI.

Deixa eu te falar. Não era política da universidade, nem do Ernani Bayer, e você conhece o Ernani Bayer. Era o contrário, fazia a coisa mais aberta.

Mas existiam pessoas infiltradas dentro da universidade, que eu sequer conhecia, desses órgãos. Quem saiu da instituição provavelmente continuou fazendo essa informações. Porque os órgãos de informações se valiam de qualquer coisa pra obter dados. Eu, por exemplo não tinha nenhum carimbo... da onde é que saiam esses carimbos?

Então eles forjavam carimbos da ASI?

Não, não... pode ser que eram carimbos existentes, mas que não existiam mais... eu não tinha nenhum carimbo.

Mas eu encontrei documentação bastante volumosa assinada como ASI/UFSC.

Talvez não fosse forjado. Existiam pessoas infiltradas dentro das universidades de outros órgãos. Eu não tinha esse arsenal todo não.

A atuação da ASI era sigilosa? Ou você declarava que era diretor?

Ela tinha um caráter de sigilo até pela denominação, por como eram cobradas... não eram informes públicos, como é hoje. Aliás, hoje continua tendo muita coisa de caráter sigiloso, se produz para o governo muita coisa sigilosa, muita coisa que você não sabe... inclusive a corrupção solta aí. Só se descobre com muita investigação. Tudo de caráter sigiloso. Muito pior do que na época. Acho que antes era um sigilo apenas político.

Então a ASI não participava de assembleias para repassar informações ao SNI?

Quando eu trabalhei, não. Antes eu não sei, existia uma outra pessoa que trabalhava lá dentro antes, que eu não conheço, que quando eu cheguei sequer tínhamos a chave da sala.

A comunidade acadêmica temia a assessoria?

Existia... existia uma... faziam um terrorismo ideológico em cima disso aí. Para os estudantes, para os professores em geral, era um órgão do SNI dentro da universidade. Eu acredito que até tenha acontecido em períodos anteriores, mas já nessa época, em 82 e 83, quando comecei e até a extinção, não tinha mais nada lá.

Quando é extinta, o que acontece com os documentos?

Já não tinha mais documentos. O que tinha eram informes simples, né, para o reitor, que a gente incinerou. Tinha alguma coisa anterior.

Incinerou dentro da universidade?

Na realidade... eram meia dúzia de papéis. Colocou fogo e pronto, acabou, acabou e ponto. A gente não trazia nestes documentos dados de pessoas, nada, eram apenas informes.

Pelo que você está falando a ASI não remetia informes ao SNI, batalhão etc, por escrito, como ofício.

Na minha época não...

Mas encontrei vários documentos.

Talvez algumas respostas. Alguns documentos podem ter sido feitos, não lembro.

O SNI chegou a solicitar?

Nunca. O SNI direto nunca.

Há documentos de 85 que falam de disputas internas, briga de pró-reitores, de demissões. Tudo era remetido ao SNI. Lembra de relatórios destes assuntos?

Não... dessa época não lembro. Não foi comigo. Se alguém passou as informações... não foi comigo.

Considera que a função da ASI naquele momento estava superada? Era um órgão ultrapassado?

Quando entrei já não existia mais uma atividade como se lia, como era... se sabia que acontecia em outros órgãos.

Dentro da universidade, especificamente, até por uma condução do Ernani, que tinha essa aversão a isso aí... apenas se cumpriu uma exigência do MEC em ter a assessoria. Mas funcionando mesmo, não.

Era muito assim, superficial. Vou te falar com sinceridade. Não havia, não interessava pra gente quem é que estava lá, se o cara era do PT, do PCdoB, do PCB, não interessava. Interessava o ato especificamente, se pudesse interferir em alguma atividade da universidade e que necessitaria de uma tomada de decisão. Podia ser até o PSDB, que nem existia na época, qualquer partido de direita, não tinha essa prerrogativa de achar, como se fez na ditadura militar, um comunista atrás de cada porta. A ideia era de buscar dados, informações. Mas não em relação as pessoas.

Já ouviu falar de outras assessorias, ou de direção anterior na UFSC que tenha sido mais rígida? Talvez interferindo em nomeações?

Nunca ouvi falar.

Ceccato também respondeu algumas perguntas por e-mail:

Você disse que fazia apenas informes orais ao reitor. Em nova pesquisa encontrei dezenas de informes da ASI dos anos 80. Praticamente todos com carimbo e rubrica. Suponho que os informes da ASI também eram feitos por escrito, com frequência quase diária, talvez até por ajuda de algum secretário. Estou correto?

Não está correto. As informações em relação às atividades diversas no campus eram repassadas por mim e outros segmentos (departamentos, coordenadorias, pró-reitorias e assessores) ao Reitor. Todos os documentos escritos, denominados Informes, tratavam de respostas às solicitações oriundas da DSI/MEC e/ou órgãos vinculados ao Sistema, as quais eram encaminhadas diretamente sem o conhecimento do Reitor. A ASI não tinha quadro de funcionários, apenas o responsável indicado pela DSI/MEC.

A ASI foi extinta provavelmente no final de 1985. Mas o SNI continuou existindo até a década de 1990. Você continuou como interlocutor entre a UFSC e o SNI? Ou o canal de diálogo foi fechado após a ASI?

Assim que a ASI foi extinta por ato do Ministro da Educação (1986), passei e exercer outras atividades e não tive mais qualquer contato com os órgãos de segurança, exceto com a segurança física e patrimonial da UFSC. A Assessoria de Segurança (ASI/UFSC) foi ocupada para atender exigência organizacional do MEC e não por vontade própria dos dirigentes da Universidade.

Qual foi o conteúdo das disciplinas do curso da Escola Nacional de Informações? (Alguns diretores fizeram estágio na escola)

Sem comentários.

Como era a relação de Rodolfo Pinto da Luz com a ASI? Ele também controlava o que saía da assessoria, como Ernani Bayer?

Aqui há uma inverdade. Nem Ernani Bayer nem Rodolfo Pinto da Luz, ou qualquer outro dirigente da UFSC controlavam qualquer informação que saía da ASI para os órgãos de segurança ligados ao Sistema. Os informes eram recebidos e repassados diretamente pela ASI, sem cópias de arquivo

- Em SANTA CATARINA, existe o SISTEMA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES.
- O SISTEMA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DE SANTA CATARINA, foi aprovado pelo Decreto nº 4.600, de 13 mar 78 (Anexo nº 1). A respeito do assunto a ele ligado, foi elaborada a Info nº0705/117/ACT/78, de 13 jul.

EM SANTA CATARINA

- 5º DISTRITO NAVAL (5º DN)
 - BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS
 - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (SR/DPF/SC), e mais os seguintes órgãos que fazem parte da administração do governo do Estado
 - DIVISÃO CENTRAL DE INFORMAÇÕES DA SECRETARIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DE SANTA CATARINA (DCI/SSI/SC)
 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PME/SC)
3. Além dos órgãos de Informações citados na letra "a", esta Agência mantém ligações com os seguintes demais órgãos, também integrantes da COMUNIDADE REGIONAL DE INFORMAÇÕES:

EM SANTA CATARINA

ÓRGÃOS FEDERAIS

- ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (ASI/UFSC)
- ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DA ELETROSUL (ASI/ELETROSUL)
- ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTA CATARINA (ASI/DRT/SC)

ÓRGÃOS ESTADUAIS

- ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DA TELECOMUNICAÇÕES DE SANTA CATARINA S/A (ASI/TELESC)
- COORDENADORIA DE SEGURANÇA DAS CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA (COSEG/CELESC)

EM SANTA CATARINA

A DCI/SSI/SC e PMESC - são órgãos subordinados à Secretaria de Segurança e Informações/SC.

ASI/TELESC - é o órgão de informação da TELECOMUNICAÇÕES DE SANTA CATARINA S/A (COMPANHIA DE ECONOMIA MISTA).

COSEG/CELESC - é o órgão de informações das CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA (COMPANHIA DE ECONOMIA MISTA)

Documento de 1978, produzido pela agência de Curitiba do SNI, revelou a presença de órgãos de Segurança e Informações em diversos setores públicos e de economia mista do estado de Santa Catarina.

6^a parte:

Tortura

Operação Barriga Verde

Elineide Lícia Martins não sabe por quantos dias esteve no inferno. O cubículo em que fora depositada era de madeira. Havia um beliche e a luz nunca se apagou. Não distinguia se era dia ou noite. Pela rotina das saídas para os interrogatórios, horário das refeições e de necessidades fisiológicas, marcou nove riscos na parede. Supôs tratar-se do tempo em cárcere. Ali, escutava gritos lacerantes, pedidos de socorro, um insuportável cheiro de sangue, vozes de mulheres, de homens e de crianças. “E as injeções, muitas injeções, além de um vazio total na cabeça, com apenas a lembrança de um homem loiro que vestia uma blusa de lã preta, embaixo de uma lâmpada muito forte.”

A partir de novembro de 1975, para esmagar o PCB em Santa Catarina, dezenas de militantes foram presos nas principais regiões do estado – era parte da Operação Barriga Verde. Os detidos eram levados para dependências do Exército em Curitiba, o prédio do DOI-CODI da 5ªRM. Uma masmorra disfarçada de “Clínica Marumbi”, onde alguns torturadores exigiam ser chamados de “Doutor” e os presos ficariam incomunicáveis, enfrentando interrogatórios marcados por torturas físicas e psicológicas.

Duas mulheres foram vítimas da operação: a ex-estudante da UFSC, Rosemarie Cardoso Bittencourt, sequestrada em Joinville, e Elineide Lícia Martins. Ao todo, 42 pessoas responderam na justiça por envolvimento com o Partidão em Santa Catarina, das quais 38 foram presas na Operação – havia militantes foragidos no exterior e outros foram pegos durante ações paralelas da ditadura.

Aluna da UFSC à época da prisão, Martins entrou para o Centro de Ciências Humanas em 1972. Buscava o curso de Direito, entretanto, com a reforma universitária, não havia vestibular específico¹: os primeiros semestres eram de disciplinas

genéricas no Ciclo Básico, depois ingressava-se na carreira que as notas alcançadas permitissem. Uma segunda seleção, já dentro da universidade.

Por esse período, os diretórios organizaram um protesto durante a visita do ministro da educação, Jarbas Passarinho. Bateram bandejas e copos de metal do Restaurante Universitário. Fizeram barulho pelo “repeteco”, o aval para se servir mais de uma vez durante as refeições. A manifestação repercutiu. Colocaram o presidente do DACEB contra a parede: “Passou a ter duas opções, ou saía do diretório ou saída da universidade. Assim, assumi a Presidência”, afirmou a ex-estudante. Havia biblioteca, coleção de discos e impressora *Offset* na sala do DACEB, onde eram impressos apostilas a preços baixos e o jornal *O CEBIANO*, que seria censurado pelo tom esquerdista. Por reunir estudantes de vários centros, o diretório tornou-se “local de grande circulação de pessoas e, portanto, de alto risco”, afirmou. Desde então, se sentiria vigiada.

Do Ciclo Básico, Martins ingressou na graduação desejada. Encontrou salas cheias de “policiais-alunos” no curso de Direito, afirmou. Deslocada, engajou-se ao MBD de Florianópolis e desprendeu-se do grupo da UFSC. Em 1975, as informações sobre prisões e torturas no país circulavam entre os estudantes. Ainda assim, passava distante a ideia de que seria uma das vítimas.

Dizia-se que iniciavam as prisões em Curitiba e que estas seriam feitas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Um bom amigo Roberto João Motta “sumiu”, desapareceu “do nada”, dizia sua esposa Maria Rita. Com ela passei a procurar por Roberto, por deputados estaduais que pudessem ajudar e nessa procura nem pensei em mim. Continuei a frequentar as aulas, a trabalhar e a procurar por Roberto.

Martins escondia livros do colega de trabalho, Roberto João Motta, ex-presidente do DCE que fora sequestrado no dia anterior: os primeiros sete militantes sumiram de Florianópolis em 4 de novembro. As casas seriam invadidas e reviradas. Quando os últimos livros de Motta eram levados embora por um colega de trabalho, a ex-estudante foi surpreendida por dois homens que se apresentaram como agentes da Polícia Federal. Queriam que o acompanhassem para dar um depoimento. No elevador, encontraram com o colega que apagou os rastros de Motta. “Ele olhou para mim, eu fingi que nunca o tinha visto e ficamos em silêncio”, lembrou.

As ameaças a membros do PCB vieram em cascata durante o governo Geisel. No centro do país, dezenas foram para a cadeia. Em setembro de 1975, as prisões chegaram ao estado do Paraná, em ação que levou o nome da clínica clandestina de tortura, “Operação Marumbi”. O sinal de alerta acendeu para os militantes de Santa Catarina: entre os mais de 100 presos daquela operação, havia quem conhecesse nomes e códigos dos participantes da organização comunista em terras catarinenses.

Os dias que antecederam as prisões foram de angústia. A partir de 25 de outubro, uma força-tarefa de agentes do Paraná e Santa Catarina seguiria os passos de militantes: “Foram realizadas diligências e investigações (...) visando a localização dos suspeitos e o acompanhamento cerrado de suas atividades”, revelou o relatório de inteligência elaborado pela 5ªRM. Entretanto, desde julho, os militares realizavam “ampla pesquisa (...) junto às AI e Órgãos de Segurança e Informações”, além de interrogatórios com presos da Operação Marumbi para coletar dados sobre membros do Partido em Santa Catarina. Era o início sigiloso da Operação Barriga Verde. “Os resultados alcançados foram altamente positivos”, pontuou o relatório.

Os membros do PCB em Florianópolis eram, a maioria, jovens e ligados à UFSC que atuavam entre a clandestinidade, em

reuniões do *Partidão* – às escondidas – e a legalidade, por meio do MDB, legenda de oposição ao governo. O relatório de inteligência da 5ªRM aponta que as atividades do Comitê Municipal do PCB “era dirigido sobre a Juventude do MDB (JMDB), (...) que vinha sofrendo intensa doutrinação, visando a sua comunização”. Outra preocupação do Comitê, conforme o mesmo documento, era “o aliciamento na área estudantil, onde estavam em curso providências para a formação de Organizações de Base (OB) em vários setores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)”.


A cada eleição, a força dos jovens militantes surtia efeito: em 1974, a representação do MDB saltou de 11 para 18 deputados na Assembleia, contra 22 da ARENA, sustentada pela força do regime militar. A oposição conseguiu resultado similar no restante do país, para desgosto dos militares. O antes inofensivo PCB, que não lançara militantes para luta armada, seria alvo natural da repressão.

Martins não era quadro promissor do *Partidão*. "Por ter deixado de comparecer às reuniões", afirmou o relatório de inteligência, a então estudante se afastara do Comitê Municipal. Ainda assim, fora caçada desde o primeiro dia de sequestros em Florianópolis:

Procuravam por Lícia, que fazia Direito. E os policiais da minha sala só sabiam o nome que constava na chamada “Elineide”. Um deles foi o “escrivão” do meu depoimento na PF de Florianópolis (lá no Estreito), que na hora do interrogatório disse ter ficado surpreso por ser eu. “Conversávamos muito na faculdade, mas nunca sobre política”. Apesar do desconforto lembro claramente de ter pensado: “Falar de política com policial, pirou?”

Em uma Veraneio preta, com emblema do INPS, Martins deixou o centro de Florianópolis, onde trabalhava. “Na primeira

oportunidade me colocaram um saco preto na cabeça e me empurraram para baixo do banco, no chão, atrás dos bancos dianteiros”, disse. O veículo rodou a cidade até chegar ao lugar que eu nunca tinha visto. Ali, Martins enfrentaria o primeiro interrogatório. “Sabiam de coisas da minha família, que morava em Porto União. De meu pai, de meus irmãos. Me chamavam de riquinha e nisso erraram longe”, afirmou.

 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES — MENSAGEM EXPEDIDA —	CONTROLE EXPEDIDOR: _____ OPERADOR: _____ N.º: _____ DATA: _____ (TELEX) _____ HORA: _____ S.N.I.	
	DE: ACT/SNI PARA: AC/SNI N.º: AC 3413/ACT/75 04/07/1963 001137/8	
INFO 5ª RM/DE TENDO EM VISTA DADOS OBTIDOS DEPOIMENTOS INQUÉRITO SOBRE ATIVIDADES E REESTRUTURAÇÃO PCB NO PARANÁ E QUE REVELARAM INDÍCIOS IDÊNTICA ATUAÇÃO EM SANTA CATARINA, DEVERÁ DESBECARAR NESSE ESTADO, OPERAÇÃO SEME. / LHEANTE A QUE ESTÁ EM CURSO NO PARANÁ. ACT ESTÁ ACOMPANHANDO ASSUNTO E VOLTARÁ INFORMAR RESPEITO.		

Mensagem da agência do SNI de Curitiba para a central do Serviço informando sobre o início das prisões da Operação Barriga Verde. Fonte: Arquivo Nacional.

Como Elineide Lícia Martins não confessara o que queriam ouvir, trouxeram até onde a interrogavam outro preso, Vladimir Amarante. Era um advogado e professor de português, antigo membro do DCE da UFSC. Fora enviado pelo PCB ao Paraná, onde caiu na Operação Marumbi. “Estava desfigurado, o rosto com manchas roxas e sangue, os dedos das mãos sem unhas: haviam arrancado sua barba e unhas com alicate, foi o que ele disse”.

O presidente da JMDB em Santa Catarina e professor de Engenharia da UFSC, Marcos Cardoso Filho, foi sequestrado no dia anterior à prisão de Martins. A primeira parada do professor

foi o 63ºBI, onde seria interrogado. Os agentes utilizariam o mesmo método aplicado a Martins: arrancar confissões ao trazer Vladimir Amarante e outros presos para o interrogatório. Amarante “estava fora de si”, relatou Cardoso²: “Parecia que tinha perdido a razão e que estava dopado”. Com dificuldades, pausadamente, o advogado disse que não “adiantava mais e devia contar tudo”. Também encontraria preso Newton Cândido, “com estado físico e mental pior que o anterior e falou as mesmas palavras”. Cândido mostraria queimaduras de cigarro espalhadas pela perna e a glândula inflamada devido a choques elétricos. Contou que foi torturado em São Paulo, na presença de familiares, que passariam pelo mesmo: “Depois torturaram sua esposa e filhos dando-lhes choques elétricos nos órgãos sexuais e outras formas de torturas.” Os presos insistiram para Cardoso confessar tudo, “porque era humanamente impossível suportar estas torturas e que no final seria obrigado, pois eles levar-me-iam inclusive ao suicídio”, relatou o ex-professor.

Com olhar triste, Amarante dirigiu-se para Elineide Lícia Martins e repetiu os conselhos dados ao professor Cardoso. “Responda tudo, não esconda nada senão eles vão te machucar muito”, teria dito. “Aí começou a chorar”, recordou a ex-estudante. Um agente provocou: “Foi ele que te entregou”. Como não dissera o que queriam, Martins ouviria: “Você pediu, agora a cobra vai fumar”. Outra vez, o capuz preto cobriria o rosto e a jovem entraria na Veraneio.

Os depoimentos das vítimas da Operação Barriga Verde revelam um roteiro parecido: os presos saíram em furgões e caminhonetes Veraneio para Curitiba. Alguns tiveram os braços algemados e atados a um cano por baixo do assento. Iam sentados, com o tórax e a cabeça para baixo. O carro manobrava com força para os lados e freava de repente. Se encostasse com a cabeça no banco do motorista, o preso levaria porrada, ameaçavam. Vocês estão a caminho do DOI-CODI de São Paulo,

é barra pesada, vão morrer lá, ameaçavam. “Rodaram muito e fui ficando tonta e com náuseas, comecei a dizer que se continuasse com o capuz na cabeça iria vomitar, depois de um tempo tiraram o saco e vi que estava na BR 101 e o carro estava cheio, todos encapuzados”, disse Martins.

Outros viajaram amontoados no porta-malas, escondidos por colchões de crina e cobertores de lã. Levaram socos e chutes, durante a viagem sem paradas. “Quando o carro parou, estávamos num lugar com muro alto e o portão havia ficado aberto, era noite mas observei tudo como se fosse a última vez (somente anos depois estando em Curitiba no Passeio Público, virei-me para trás e vi o lugar: Quartel do Exército)”, afirmou Martins.

O professor Marcos Cardoso Filho chegou a Curitiba e foi imediatamente levado ao “purgatório”, como chamavam os interrogadores. “Estás nas mãos da polícia da ditadura militar-fascista”, alertaram. Diziam-se “melhores que a Gestapo”. A tortura ficou a cargo de “Jorge”. Obrigou o professor despir-se e subir descalço em uma lata de cera destampada. Era uma noite fria. Os braços deveriam permanecer em posição horizontal, com as palmas das mãos para cima. Receberia raquetadas por mais de meia hora até ser levado ao pau-de-arara. Em carta para família, Cardoso relatou:

Como continuasse negando acusações fui colocado no pau-de-arara. Deram-me então várias raquetadas nas nádegas e nas solas dos pés. Depois derramaram inúmeros copos de café fervente sobre os órgãos sexuais. Como permanecesse calado, ameaçaram e levaram a efeito o afogamento no pau-de-arara. Como estava encapuzado, molharam o capuz que passou a aderir ao nariz e à boca, tornando a respiração praticamente impossível. Fizeram em torno de uma dezena de afogamentos quando então desmaiei.

Um rádio transmissor ligado permanentemente fazia ecoar pela prisão “alô, chamando Clínica Marumbi”. Nas masmorras de tortura, próximas à sala principal de interrogatório, escutava-se um teatro com gravações de gritos de crianças, mulheres e outros presos sendo agredidos. Estudante de Economia à época, Cirineu Martins Cardoso lembrou do investigador com charuto na boca, escutando música clássica enquanto analisava os depoimentos. Os detalhes das torturas foram registrados também em cartas assinadas por mais de 20 detidos que pediam por justiça³. Entre eles, o ex-presidente do DCE, Roberto Motta, o escriturário da UFSC, Valci Lacerda, e o próprio estudante de economia. O caminho até o interrogatório era marcado por berros: “Fala, fala!”. Primeiro vinham choques elétricos, que eram fortes e levaram alguns a ficar em estado de inconsciência durante quase dois dias”, escreveram as vítimas. Em carta denunciando as torturas, os presos escreveram:

Como se isso não bastasse, nos conduziam a uma câmara de torturas onde iniciava o massacre pelas maneiras brutais e desumanas que descrevemos, inclusive exibindo aos outros presos, os que estava sendo torturados. Através da fértil mente, os torturadores criavam uma estória e gradativamente, durante os dez dias, iam sugestionando o preso, até que admitisse.

Elineide Lícia Martins não se permite lembrar a violência física que sofrera. Sabe que buscavam informações sobre como os comunistas pensavam em tomar conta do Brasil, quem eram as pessoas, quantas eram, o que faziam. Acusavam-na “de ser comunista e eu só lembrava o pouco que sabia sobre a morte de Herzog. Tinha certeza de que não sairia viva dali.” Afirmou que os agentes eram bem treinados para torturar psicologicamente:

(...) criavam situações com barulhos de tudo, batendo nas pessoas, as pessoas berrando de dor, cheiro de sangue, gravações de telefonemas meus (sem nada que comprometesse), ameaças à minha família e amigos, ameaças diretas a mim, sempre referindo as injeções, nos trajetos de carro sempre criando situações de pânico: paravam o carro no meio da noite, mandavam descer, disparavam tiros; passavam o cano das armas pelo nosso corpo; enfiavam o revólver na boca; palavrões; ameaças de estupro, de surras.

Quando o professor Cardoso recobrou os sentidos ainda estava no pau-de-arara e recebia eletrochoques. A sessão de tortura duraria horas, entre a noite do primeiro dia em Curitiba até a manhã seguinte. O agente tomou um revólver, mostrou que estava carregado “com projéteis novos”, reforçou, e apontou para o ouvido de Cardoso. Puxou o gatilho várias vezes. “Disse que iria me matar porque não adiantava que eu não ia admitir a acusação.” O professor seria espancado até a resistência física chegar ao limite. “Poderia ocorrer a minha morte, resolveram parar”. Em vez de roupas comuns, os torturadores deram uma bata para vestir-se.

Algemado e encapuzado, com veste sacerdotal, foi levado para uma privada onde o penduraram pelas algemas. Depois, largaram o professor em uma cela, preso à altura da cintura num cano horizontal. Deveria permanecer em pé ou de cócoras. Estava molhado na noite fria. Com sede:

Bebi água espremendo o capuz que estava molhado. Vinham várias vezes na portinhola oferecer café e bolachas, mas não permitiam que comesse ou bebesse. Apagavam e acendiam a luz. Dirigiam-se a mim com ameaças de morte, com injúrias, ameaçava de trazer os familiares para serem torturados na minha frente. Fiquei nesta situação três dias. Fui interrogado várias vezes. Não permitiam comer ou beber. Só podia ir no mictório ou na privada, quando aproveitava para beber água.

Os presos que assinaram carta detalhando as torturas afirmaram que uma história era criada e imposta pelos agentes. Sempre que havia interrogatório, deveria ser repetida aos investigadores. “Tendenciosamente, adaptavam a fantasia criada, ao real, com fatos da vida dos presos, no sentido de "fechar" os depoimentos”. Em meio aos questionamentos, os agentes apresentavam listas de parlamentares, políticos e eclesiásticos. Queriam confissões sobre a relação entre as autoridades com os comunistas: até o presidente Geisel foi citado. “Negociavam a aceitação da estória, dizendo que por aquela, poderiam ser absolvidos ou condenados a apenas seis meses e que de nada adiantaria, pois “a sentença é de encomenda e não são necessárias provas”. Ameaça de morte era permanente, instigando ao suicídio”, relataram os presos.

No quarto dia encarcerado, Cardoso voltou a ser torturado, sob acusações de ser comunista e alegação de participar do MDB. Em outras celas em que seria depositado, Cardoso encontraria os estudantes da UFSC, Cirineu Martins Cardoso e Celso Padilha, além de Márcio Campos, Sérgio Giovanella e o ex-presidente do DCE, Roberto Motta. “À noite ouvimos gritos de crianças e mulheres sendo torturadas. Várias vezes éramos acordados, criando assim um clima de terror inquisitorial”. Os presos souberam que o romeno Teodoro Ghercov, profissional do PCB deslocado para Santa Catarina, tentara suicídio, arremessando a sua cabeça contra parede. Suspeitaram que seria blefe para justificar o que a tortura lhe causara. No caminho para o interrogatório, Cardoso viu rapidamente o romeno, irreconhecível, com os olhos totalmente inchados e com parte da cabeça enfaixada. Em carta, o professor relatou:

Quando estava na cela, sozinho, ouvi várias ameaças a Teodoro, que era romeno e poderiam matá-lo, como já tinham feito com tantos outros e que ninguém iria reclamar. Que iriam entregá-lo ao esquadrão da morte,

etc. Disseram então trazer a esposa e a filha de Teodoro, para que ele dissesse o que sabia. Em vista dessa ameaça Teodoro que já ouvira falar de Newton Candido o que sua família havia sofrido, ficou abalado e caiu em profunda depressão. Pediram-me para passar a noite com ele e Newton Cândido. Teodoro achava que a única maneira de evitar que sua família fosse torturada era sua morte.

Relatório de inteligência sobre a Operação revela que, pelo menos, 20 agentes de Santa Catarina reforçaram a equipe de torturadores em Curitiba. Eram agentes do comando do Grupamento Leste Catarinense (com sede na antiga Reitoria da UFSC), 5ºDN, Polícia Militar, DOPS, Base Aérea de Florianópolis. Também de batalhões de Tubarão, Criciúma, Joinville e Blumenau – regiões onde havia presos. O último sequestro conhecido da Operação Barriga Verde ocorreu em cinco de dezembro de 1975, quando a maioria dos presos já saíra de Curitiba. A vítima era Edgar Schatzmann, de Joinville.

COMUNICADO DO COMANDO DA 5ª RM/DE *14/10*

Como é de conhecimento público, diligências realizadas pelos Órgãos de Segurança durante o corrente ano, culminaram com a captura de elementos engajados em atividades de natureza subversiva em vários Estados da Federação, bem como ensejaram o levantamento de dados relacionados com a atuação ilegal e clandestina do proscrito Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Tais dados, acrescidos de outros já existentes nos Órgãos de Segurança da área, se constituíram em ponto de partida para o aprofundamento das investigações, que resultaram na prisão, nos últimos dias, de vários suspeitos de pertencerem ou estarem ligados à cúpula da subversão no Estado de Santa Catarina.

Pode estar certa a família catarinense de que as ações em curso visam a garantir sua tranquilidade e a ordem indispensável ao trabalho profícuo, fatores imprescindíveis ao progresso de nossa Pátria. Ademais, vêm sendo - e continuarão a ser - conduzidas respeitando-se a pessoa humana, obedecendo-se à lei e somente nos casos impostos pela Segurança Nacional.

Cabe agradecer a atuação dos meios de comunicação social, que, em nenhum momento, prejudicaram as diligências.

GEN DIV SAMUEL AUGUSTO ALVES CORRÊA
COMANDANTE DA 5ª RM/DE

O Exército distribuiu nota para a imprensa afirmando que respeitaria "a pessoa humana" durante a Operação: Arquivo Nacional

A caminhonete Veraneio escura levou Elineide Lícia Martins de volta para Florianópolis. A tortura em Curitiba encerrou. Na capital de Santa Catarina, as mulheres ficaram presas no Hospital Celso Ramos. Os homens seguiram para o batalhão da Polícia Militar, em Florianópolis. Os acusados de envolvimento com o PCB estavam entregues ao inspetor da Polícia Federal de Santa Catarina, Lúcio Jaimes Acosta, condutor do inquérito.

“Pela primeira vez encontramos, depois de tantos dias, homens que falavam e respeitavam”, afirmou Cardoso, sobre a volta para Santa Catarina. Porém, os presos seriam submetidos a novas sessões de torturas, a cargo do inspetor Acosta.

Mas o pesadelo não tinha ainda terminado. Soube que prenderam minha irmã (Rosemarie Cardoso Bittencourt), que há muito deixara de ter qualquer participação política. Todo dia alguém era levado para depor na Polícia Federal, onde a mando do presidente do inquérito, Lúcio, e do major Souto, muitos receberam eletrochoques e foram torturados por um elemento que se dizia carioca e que participava do esquadrão da morte. (...) Fiquei indignado quando recebi um recorte do *Estado de S. Paulo* de 22 de novembro, onde o comandante do Grupo Leste garantiu a dom Afonso Niehues “sob palavra de honra que os presos seriam tratados humana e cristãmente”. Se de como fomos tratados é “humana e cristãmente”, então Deus que os perdoe.

A prisão no Hospital Celso Ramos “foi horrível”, afirmou a ex-estudante Martins. Objetos eram atirados pelas janelas do hospital na direção das presas durante banho de sol, “diziam palavrões, xingavam”. Eram vistas como criminosas naquele ambiente. O inquérito foi um jogo de palavras e desinformações conduzido pelo inspetor Acosta, “do jeito que imaginou, criou cenários, criou falas, um farsante que queria ser valorizado por esse trabalho, talvez pretendesse ser Ministro ou Chefe Geral da PF”. A carta assinada por presos em busca de justiça registrou torturas aplicadas por Acosta, como choques elétricos, espancamentos e ameaças para familiares dos investigados. Em algumas ocasiões, quando as companheiras dos presos buscavam autorizações para visitá-los, o inspetor “tratou-as, em sala reservada, de sem vergonhas e putas; também fazendo proposta de que se elas reconhecessem algumas fotografias, seus maridos seriam soltos imediatamente”.

A sala de tortura estava no primeiro andar do antigo prédio da Polícia Federal em Florianópolis, no bairro do Estreito. O inspetor Acosta também colheu depoimentos de presos internados em hospitais, levados ao delírio ou “com cardiopatia grave e outro com acidente vascular encefálico (derrame)” por causa das agressões, registrou a carta dos detidos. “A história precisa fechar e não vou permitir que estraguem o meu trabalho”, teria dito o inspetor em certo interrogatório, enquanto coagia os presos a confirmarem depoimentos forjados.

Acosta é delegado aposentado da Polícia Federal e ex-professor da Academia Nacional de Polícia. Hoje atua como advogado, sócio da empresa Acosta & Advogados Associados S/S, em Brasília. Também fundou a Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF), onde foi segundo secretário na gestão 2012, 2013. “O delegado Lúcio era um pavão. Achava que estava salvando o Brasil do perigo vermelho. Se fazia de bonzinho, de compreensivo, um verdadeiro “pai”. Maior “virtude” dele: distorcer o que era dito. (...) Quando eu fui liberada ele disse: ‘Desculpa, foi um engano. Mas vou te dar um conselho, nunca mais se meta em política’, revelou Martins.

Por e-mail, Acosta alegou que perdera parte da memória devido a doenças, portanto não poderia dar entrevista sobre a Operação Barriga Verde:

Prezado senhor Mateus, recebi sua mensagem e as perguntas e, confesso que não tenho condições de respondê-las. *Fazem 40 anos que trabalhei no Inquérito denominado "BARRIGA VERDE" e, durante estes anos fui acometido de várias enfermidades que retiraram-me boa parte da memória. Isto posto, informo-o que não tenho como responder suas perguntas, devido não me lembrar absolutamente nada sobre esse Inquérito e, não dispor de cópias do mesmo. Sugiro, caso seja de seu interesse, dirigir-se à Justiça Militar de Curitiba-PR, local para onde o mesmo foi encaminhado. Atenciosamente, Lúcio Acosta.*



Em 2013, Lúcio Jaimes Acosta (à direita), encarregado pelo inquérito da Operação Barriga Verde, recebeu homenagem do então presidente da ADPF, Marcos Leonêncio Ribeiro. Fonte: Jirlan Biazatti/ADPF

O inquérito foi apresentado no dia 2 de janeiro de 1976, com 42 indiciados por envolvimento com o PCB em Santa Catarina. “A subversão é e sempre será uma constante para todos os países do mundo”, escreveu o inspetor Acosta na introdução da peça. Com mais de quarenta páginas, o inquérito detalha a estrutura do partido em Florianópolis, Criciúma, Itajaí e Joinville e apresenta síntese das atividades subversivas de cada militante.

Sobre Martins, o inspetor foi sintético: “Não tem material apreendido e seu envolvimento no ‘partido’ teve pouca duração.” O agente pediu soltura da então estudante para responder ao processo em liberdade. Ao juiz auditor, também enviou requerimento de prisão preventiva para dezenas de outros

militantes. Na abertura do pedido, justificou o porquê da caça aos comunistas em Santa Catarina:

Considerando que o Partido Comunista Brasileiro tem como objetivo precípuo a derrubada do governo constituído pela revolução de 31 de março de 1964, investindo contra as instituições sociais, militares, políticas e econômicas; considerando que a tipicidade dos delitos praticados pelos indiciados está materializada em suas próprias confissões; considerando que a Ordem Social e a Ordem Política integradas com a Segurança Nacional devem ser isentadas dos malefícios que estes indivíduos podem causar à Pátria – REPRESENTO a V. Exa pela DECRETÇÃO DAS PRISÕES PREVENTIVAS, de acordo com o que dispõe os artigos 254 e 255 do Código de Processo Penal Militar, dos indiciados abaixo nominados (...)

O auditório da Escola Técnica Federal de Santa Catarina (atual IFSC) foi local de audiência da Operação Barriga Verde nos dias 21 e 22 de setembro de 1976. A justiça analisou os pedidos de relaxamento de prisão de 26 presos e concedeu a 19 deles o direito a responder ao processo em liberdade. Professor na escola em que tudo ocorria, Cardoso viu seu pedido ser negado, diante de uma plateia repleta de seus ex-alunos. Além dele, Alécio Verzola, Edgard Schartzmann, Irineu Ceschi, Jorge João Feliciano, Roberto Cologni e Theodoro Ghercov permaneceriam detidos. Após dois anos preso, em novembro de 1977, Cardoso receberia o direito de responder em liberdade. As vítimas da operação afirmaram que falsas testemunhas participaram das audiências. A ex-estudante Martins reforçou:

No dia do julgamento armaram um circo no auditório da Escola Técnica Federal para impressionar Florianópolis, se deram mal. Foi um vexame. Começou assim, como se todos negassem que disseram o que estava nos depoimentos colhidos à força e de acordo com a imaginação do Lúcio, plantaram uma testemunha que teria assistido o interrogatório do

Professor Marcos Cardoso e que este dissera o que estava escrito no processo. “Quando pediram para a testemunha apontar quem era o Marcos (alto, magro, quase loiro, óculos, bigode) ela apontou para Márcio Campos (bem mais baixo, mais gordo, cabelos pretos, sem óculos, sem bigode). A risada foi geral e perderam a credibilidade.



Jorge João Feliciano, um dos 42 indiciados, teve um ataque epilético ao ouvir a sua condenação a dois anos de prisão. Fonte: Jornal do Brasil

“Se apanharam ou não, o fato é que falaram a verdade”. Assim o representante do Ministério Público, Bertino Ramos, pediu a condenação de 19 dos 42 envolvidos na Operação Barriga Verde. Ele ainda alegou “coerência nas declarações” obtidas no inquérito policial-militar. O julgamento ocorreu nos dias 9 e 10 de fevereiro de 1978. Do total, 26 foram absolvidos das acusações. Com penas entre dois e quatro anos de reclusão, outros 16 militantes foram condenados. Como Cardoso já cumprira dois anos em prisão preventiva, teria de voltar a cadeia devido a pena imposta, de 3 anos. O restante do cárcere seria na Penitenciária de Florianópolis, no bairro da Agrônômica.

“Eu fui absolvida. Lembra do pedido de desculpas do (inspetor) Lúcio?”, questionou Martins. Depois de solta, a estudante voltou para a faculdade e fez as provas do oitavo período, passou em todas. “Penosamente concluí o nono e décimo períodos, sem ninguém falar comigo, as pessoas sempre me evitando na faculdade, inclusive nas ruas, porque a cidade era muito menor que hoje e nossas fotos foram primeira página de jornal por várias vezes; Emprego? Nem pensar. Amigos? Só os muito amigos.”

Em de abril de 1978, Cardoso conseguiu sair em liberdade condicional. Teria de retornar ao trabalho para cumprir as exigências. Quando fora sequestrado, três anos antes, o professor era contratado por duas instituições. O vínculo com a Escola Técnica Federal (atual IFSC) foi rompido por questões políticas, conforme constatou a Comissão da Verdade de Santa Catarina. Assim, retornaria apenas às aulas no Departamento de Engenharia da UFSC, onde o contrato esteve suspenso.

O reitor da UFSC, Erich Caspar Stemmer chegou a visitar Cardoso na cadeia. “Ele foi professor do meu filho e confirmou que ele nunca fez proselitismo político, ele tinha suas opiniões, mas não usava a aula para fazer campanha”, afirmou. A presença de um reitor em cela do Quartel da Polícia Militar “foi um escândalo”. Aos militares, Stemmer pediria a liberação do professor. “De vez em quando temos que sacrificar um inteligente, que são os perigosos”, teria respondido o comandante do Grupamento Leste Catarinense. Quando retornou para a universidade, Cardoso não recuou. “A única coisa que queriam era que o Cardoso ficasse de boca fechada, e toda semana ele dava entrevista bombástica”, afirmou o biógrafo de Stemmer, professor Arno Blass.

O professor de Engenharia, Vilson Rosalino da Silveira, escapou da prisão e torturas que atingiram o PCB em Santa Catarina. Com apoio de parlamentares da oposição, fugiu para a

França, de onde voltaria após a Lei de Anistia. Por abandono de emprego, o professor seria demitido da universidade. Valci Lacerda fora aprovado em concurso público e contratado como escriturário da universidade meses antes de ser preso. Informe da ASI /UFSC indica que Lacerda pediu demissão da universidade em dezembro de 1976. “Consta que atualmente é feirante em Florianópolis”, registrou outro documento, de 1978, da Secretaria de Educação municipal.

Para Elineide Lícia Martins, hoje advogada, as torturas e injustiças da Operação Barriga Verde deixaram marcas profundas, agravadas por episódios recentes da política nacional. “Não gosto de falar sobre isso, (...) me sinto traída pela atual situação do país, já que sempre fui militante na política, lutei pelas diretas, pela anistia, pela democracia e agora vejo muitos que discursaram bonito se entregando ao ‘vil metal’, afirmou. Décadas após o inferno que enfrentou encarcerada, Martins considerou a Operação Barriga Verde como “uma farsa” armada por “militares que já iam devolver o poder (...) e acabaram gostando dele”.

As memórias estão sempre presentes e os traumas são inúmeros: só deixo o meu dentista mexer na minha boca e ainda assim fico de olhos fechados, se abro entro em pânico; Não tolero mão, coberta ou qualquer coisa que me tampe o rosto; Não durmo no escuro, sem TV ligada; Entro em pânico quando sinto os braços presos, até pelas cobertas; Cheiro de sangue, nem pensar.



Elineide Lícia Martins (imagem ao lado. Fonte: Arquivo Público do Paraná), ex-estudante de Direito da UFSC, foi presa e torturada durante a Operação Barriga Verde. Além dela, havia outros militantes ligados à UFSC e vítimas da operação.

Cirineu Martins Cardoso era estudante de Economia da UFSC. Morreu aos 41 anos por um câncer, possivelmente causado pelas torturas.

Valci Lacerda trabalhava como escriturário da UFSC quando foi preso.

Roberto Motta foi presidente do DCE no final da década de 1960. Tentou suicídio três vezes durante o cárcere.

Estudante de Engenharia quando preso, Celso Padilha largou a universidade após as torturas. “Eu nem saía de casa. Acho que pirei um pouco”, disse aos membros da Comissão da Verdade de Santa Catarina.

Os irmãos Rosemarie Cardoso e Marcos Cardoso Filho participaram do movimento estudantil na UFSC e foram presos durante a operação.

Ex-presidente do DCE da UFSC, Vladimir Salomão do Amarante foi preso durante a Operação Marumbi, no Paraná, e indiciado também na Operação Barriga Verde.

Gerônimo Wanderley Machado estudou na UFSC e seria professor da instituição. Foi indiciado quando estava na França.

Vilson Rosalino da Silveira era professor da UFSC em 1975. Fugiu do cerco armado para a sua prisão e exilou-se na França. Retornaria após a Lei de Anistia, quando seria reintegrado à UFSC.

Preso durante a operação, Márcio Campos formou-se na universidade e seria professor anos mais tarde.

"Muito pouco se pode apurar de seu envolvimento com o PCB", escreveu o inspetor Lúcio sobre o ex-estudante da UFSC, Sérgio Giovanella.

A morte vigiada

O ex-professor de Engenharia da UFSC, Marcos Cardoso Filho, um dos militantes ligados ao PCB mais torturados durante a Operação Barriga Verde, morreu às vésperas do natal de 1983. O barco em que passeava com a família pelas águas calmas da Costa da Lagoa chocou-se ao fio de alta tensão instalado abaixo da altura do mastro. Além de Cardoso, outras cinco pessoas da mesma família faleceram: Eliane João Motta, 21 anos, Daniel Maravalha Cardoso, 4 anos, André Cardoso Bittencourt, 7 anos, Manoela Cardoso Garcia, 5 anos e Regina Cardoso, 19 anos.

O velório foi acompanhado por agentes de órgãos de segurança e informações, que destacaram a presença de militantes comunistas na cerimônia.

A rede elétrica da região fora instalada um dia antes da eleição estadual de 1982. A família de Cardoso atribuiu o acidente à obra feita às pressas. O cabo estava sobre uma baía, a 3,5 metros da superfície da água e pouco visível, alegaram. Onze meses após o acidente, quatro funcionários da Celesc foram condenados por homicídio culposo e lesões corporais.

Retransmissão do Informe nº 33-E2/84, de 144 Bda Inf Mtz, datado na origem em 06 Jan 84:

"Faleceram no dia 22 Dez 83, quando regressavam de um passeio de barco na LAGOA DA CONCEIÇÃO, nesta Capital, as seguintes pessoas:

- MARCOS CARDOSO F9, Engenheiro Elétrico; professor da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC); preso em 1975 durante o desdobrar da Operação Barriga Verde, por tentar reorganizar o PCB no Estado; militante do PCB;

Cerca de 200 pessoas (entre elas o dirigente comunista (HÉRCULES CORREIA) compareceram dia 29 Dez 83 para a missa de 79 dia, celebrada num misto de tensão, revolta, músicas, orações de protestos e lembranças de textos redigidos pelos mortos, entre eles um escrito por MARCOS CARDOSO FILHO, em 21 Dez 75, época em que foi preso por atividades subversivas na Operação Barriga Verde: - "Torturas, desaparecimentos e suicídios. Sequestros, mutilações e mortes. Porém quando isto acontece com nossos amigos ou conosco mesmo é muito mais duro...".

O Deputado Estadual ROBERTO JOÃO MOTA, parente das vítimas, não aceitou o laudo divulgado pelo IML que dá como causa mortis asfixia por afogamento, argumentando que os ocupantes do barco foram eletrocutados. Disse ainda que pretende responsabilizar judicialmente a CELESC (CENTRAIS ELÉTRICAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA) pelo acidente porque "a instalação elétrica que abastece a localidade da Costa da Lagoa foi feita às pressas, nas vésperas das eleições de 1980, sem nenhuma preocupação com a segurança e o fio contra o qual bateu o barco de MARCOS passa por sobre a água a uma altura de apenas 3 metros".

O Governador do Estado determinou, incontinenti, que o Ministério Público acompanhasse o Inquérito Policial instaurado para apurar as causas do acidente, sendo designados dois promotores que terão a função especial de defesa comunitária, no sentido de assistir judicialmente as vítimas de lesões aos seus direitos...".

Documento da Central de Inteligência do Exército registrou a morte do ex-professor Marcos Cardoso Filho e familiares, com destaque para a presença de militantes durante o velório e missas. Fonte: Arquivo Nacional

Somos 35 presos. Alguns no manicômio porque não suportaram as torturas físicas a montão e outros no Hospital. Todos somos vítima de injustiças. E como nós, existe milhões de brasileiros presos por crimes que nunca praticaram. Muitos que foram mortos. E haverá muitos mais se algo não for feito. Este algo é a volta ao estado de direito, à democracia, às liberdades.

A História não marcha para trás. Por mais que as minorias tentem imprimir ao povo brasileiro o terror, ele se levantará e mostrará que somos amantes da solidariedade e da liberdade.

As vítimas de agora serão livres no futuro. Os torturadores de hoje serão os réus de amanhã. Nos tribunais da História não adianta a força. Ninguém tem privilégios. Cada um é julgado pelos seus atos.

Optei pela denúncia pública, como o fez Anísio Celso, como contribuição para que isto não ocorra com outras pessoas, mesmo sabendo o que irá acontecer comigo as torturas que novamente sofrerei e mes-

mo, se não me forçar negar publicamente ou tomar qualquer atitude extrema.

Mas não existe outra forma de lutar contra a opressão.

Estamos em vésperas de Natal. Este dia de confraternização em que todo o mundo dá a sua solidariedade, e para muitos, um dia de dor.

Fernópolis, 21 de dezembro de 1975
Marcos Cardoso Filho

Quando estava preso pela Operação Barriga Verde, Cardoso escreveu cartas denunciando as torturas. Acima, o final de uma das cartas, em que pediu por justiça. Fonte: IFSC

7^a parte:

**Água no chope
de Figueiredo**



Da sacada do palácio Cruz e Souza, presidente e governador observam a multidão. Acervo Agecom/UFSC

O SNI e a Novembrada

Dentro do palácio Cruz e Souza, autoridades assistiam incrédulas ao desenrolar das provocações entre João Batista Figueiredo e manifestantes. “Por que está pálido?”, perguntaram a um secretário da equipe do governador biônico, Jorge Konder Bornhausen. “Aquele filho da puta que tá descendo é o presidente!”, respondeu. O general Figueiredo, presidente da conciliação, com maior apreço ao cheiro do cavalo do que do povo, tomou a Praça XV em direção a cerca de cem estudantes que o vaiavam, gerando o tumulto conhecido como Novembrada,

que colocou Florianópolis no almanaque de acontecimentos da ditadura no Brasil.

Presidente João

O povo do Brasil nesta canção

Vem lhe pedir humildemente Um minuto de atenção.

O coração brasileiro não se cansa

De ter sempre uma esperança

Para a vida melhorar.

Pode contar com a gente Presidente

A decisão está na sua mão.

Santa Catarina saúda João

O presidente da conciliação

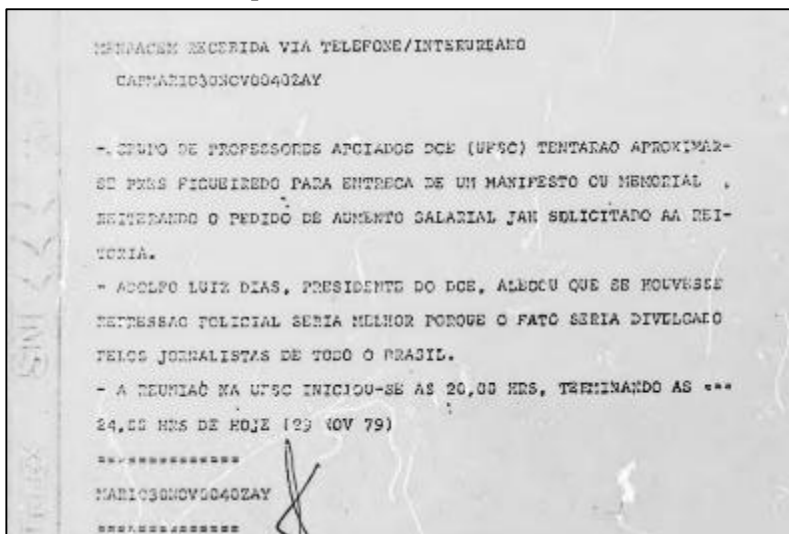
(Samba da Conciliação, composto por Luiz Henrique, encomendado por 100 mil cruzeiros)¹

Desde o dia 27 de novembro circulava entre agências do SNI a informação de que o presidente Figueiredo seria recebido com protestos na capital catarinense. Agentes enviaram relatos sobre reuniões de estudantes, professores, operários e taxistas que planejavam as ações. Em telex de 28 de novembro, o SNI, agência de Curitiba, alertou: “Estaria sendo articulada manifestação frente ao palácio do governo com mais ou menos dez casais/ homens se apresentarão com bolsos para fora e as mulheres com painéis vazias/ (ilegível) faixas, em protesto elevação custo vida.”

Às 8 horas e 30 minutos do dia 30 de novembro de 1979, o governador, acompanhado pelo reitor da UFSC, Caspar Erich Stemmer, e pelo arcebispo metropolitano de Florianópolis, Dom Afonso Niehues, encontrou o presidente no Aeroporto Hercílio Luz.

Em meio à crise econômica, o governo de Bornhausen não poupou esforços e gastos para a visita do general. Havia

grande expectativa pela liberação de recursos para desenvolver uma siderúrgica estatal em Santa Catarina, a Sidersul. Além disso, o presidente Figueiredo completara oito meses de poder e fizera apenas uma curta viagem para Lages, na serra catarinense, ainda durante a “campanha”.



Agentes acompanharam reunião do DCE no dia anterior à visita. Fonte: Arquivo Nacional

Quando desceu a escadaria do Palácio Cruz e Souza, o presidente enfurecido não encontrou os estudantes que faziam as vaías.

– O problema tem que ser enfrentado de perto, Presidente? – questionou o repórter da RBS TV, Walter Souza.

– A gente admite tudo. Admite o protesto, admite a divergência, admite até o protesto veemente, mas a ofensa eu não admito. Eles ofenderam os meus brios e eu deixei momentaneamente de ser presidente para ver se eles eram um povo unido. Povo unido é este que aqui está (apontou para populares que o apoiavam). Não é aquele pinguinho de gente que está ali. Eles tem o direito de ser comunistas. E eu até admito conversar com eles. Agora, o que eu

não admito é que me ofendam – respondeu ao jornalista. Anos mais tarde, sem sucesso, Souza tentaria eleição para vereador, pelo PDS.

O presidente seguiu para o bar Ponto Chic, no calçadão da rua Felipe Schmidt, distante 300 metros do início da confusão. Durante o curto e tumultuado trajeto, o escoltado Figueiredo reconheceu um dos estudantes que gritava as palavras de ordem. “Você não tem razão, você não conhece a minha mãe”, bradou o general.



Autoridades para dentro e a multidão do lado de fora do bar Ponto Chic. Acervo Casa da Memória

No dia 4 de dezembro, a agência de Curitiba do SNI enviou para a central um relatório sobre a visita de Figueiredo à Florianópolis. Quando estava no Senadinho, segundo o documento, “os estudantes dão a volta e se localizam próximo ao café e começam o tumulto”. Ao perceber novas ofensas, o

presidente “irrita-se e dirige-se a um agitador que o ofende a certa distância”:

Nesse momento o presidente é cercado pelos ministros, governador, secretários e demais autoridades, começam os empurrões, e o deslocamento do Presidente até o carro e a partida do comboio foi difícil. (...) Com a confusão, algumas pessoas, em particular senhoras, caíram e houve escoriações leves de joelhos e cotovelos.

Os agentes minimizaram os atos dos estudantes. Conforme o documento, haveria mais de dez mil pessoas na praça, sendo que “os agitadores, inclusive os colegiais de 10 a 12 anos, não chegavam a 40”. Os manifestantes foram todos fotografados e “os filmes se encontram no DPF SC, podendo ser identificados”. Para o serviço de informações, a festa continuou, “muitas pessoas pediam aos policiais para prender os agitadores; outras pessoas envergonhadas pediam desculpas ao Presidente”. Horas mais tarde, em almoço servido para mais de 4 mil pessoas, “o Presidente completamente descontraído, falou aos presentes e foi muito aplaudido.”

A comitiva seguiria para o campus da UFSC, em visita a instalações de Bio Gás. “Um grupo de estudantes e professores queria ser recebido pelo presidente”, informou o documento. Como o presidente limitou o número de visitantes a cinco, “o restante, cerca de umas 30, começaram a exigir, aos gritos” para se aproximar. Figueiredo decidiu “não receber mais ninguém”, encerrando a passagem por Florianópolis.



Confusão continuou na Praça XV após saída do presidente e sua comitiva. Acervo Agecom.UFSC

O documento do serviço de informações listou os motivos da manifestação popular e criticou falhas na segurança do presidente. Conforme os agentes, o correto seria realizar uma “operação arrastão”, prendendo os possíveis líderes das manifestações que viriam. Além disso, reconheceram que o cenário de crise e insatisfação popular teria motivado protestos:

Conclusão

- a) as manifestações contrárias ao Presidente da República, não foram espontâneas da população presente como quiseram fazer crer os estudantes em nota divulgada e alguns jornais.
- b) A falta de ações preventivas ou repressivas por parte dos órgãos de segurança permitiu que as manifestações se desencadeassem livremente.
- c) A população presente, ainda que aplaudisse as palavras do Presidente, permaneceu indiferente às manifestações de hostilidade promovida pelos estudantes, na expectativa de que a polícia tomasse essa atitude.

d) Houve insuficiente policiamento por parte da Polícia Militar/SC, porquanto seus efetivos, além de pequenos, tiveram parte empenhada em Honras Militares.

A data escolhida para a visita do Presidente à Santa Catarina, em face dos últimos eventos como: Aumento do preço dos combustíveis, Energia Elétrica, Campanha para retirada da placa do Marechal FLORIANO, impossibilidade da concretização da Sidersul, declarações do Ministro JAIR SOARES (nomes destacados no documento) sobre aposentadoria aos 65 anos, não foi oportuna.

f) A presença de elementos, registrando antecedentes (...) entre os agitadores, caracteriza a origem do movimento contestatório.

Em fevereiro de 1981, a Justiça Militar, em Curitiba, absolveu os sete estudantes da UFSC enquadrados na Lei de Segurança nacional como lideranças dos protestos contra o presidente Figueiredo. Os estudantes eram Adolfo Luiz Dias, Lígia Giovanella, Amilton Alexandre (Mosquito), Geraldo Barbosa, Marize Lippel, Newton Vasconcelos e Rosângela Koerich de Souza. O placar favorável aos jovens foi de 3 votos a 2. “O juiz era muito simpático, não estava mais afim, não era mais o momento; queriam sair daquela confusão, o interrogatório já acontecia há um ano. A cada quinze dias, tínhamos que ir a Curitiba para os interrogatórios, que mexeram com a gente, era um inferno”, afirmou Rosângela de Souza.²

A central do SNI elaborou um documento sobre o julgamento dos estudantes para ser enviado ao chefe do Serviço, com críticas ao inquérito policial “repleto de falhas”, e à denúncia apresentada pelo procurador da 5ªCJM, Bertino Ramos, “sem que houvesse provas suficientes para condenação”. Os agentes também destacaram os protestos pela absolvição dos jovens e a campanha nacional desencadeada pelo enquadramento destes na Lei de Segurança Nacional:

Do oferecimento da denúncia contra os estudantes até o dia do julgamento, ocorreram diversos protestos favoráveis aos acusados, críticas à Lei de Segurança Nacional (LSN) e exploração do episódio pela imprensa, que, na maioria das vezes, trazia a público diversos pronunciamentos de segmentos de oposição ao Governo, manifestando-se contra o enquadramento dos referidos estudantes na LSN. (...)

O referido Procurador baseou seu pedido de condenação nos depoimentos prestados por NELSON ROBERTO BIANCO e JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA. O primeiro disse ter reconhecido, no meio da multidão, as duas acusadas como responsáveis pelas ofensas dirigidas ao Presidente, enquanto o segundo reconheceu apenas ROSÂNGELA.

Um dos protestos pela absolvição dos estudantes foi impedido com violência pela Secretaria de Segurança. No dia 13 de fevereiro de 1981, semanas antes do real julgamento, haveria um grande ato, coordenado com outras manifestações no restante do país, contra a Lei de Segurança Nacional. Durante o mesmo evento, em frente à catedral metropolitana, seria realizado um júri simulado dos sete estudantes, do então líder sindicalista Luís Inácio Lula da Silva, futuro presidente da república, e da própria Lei de Segurança Nacional. Um telex enviado da agência de Curitiba para a central do SNI detalhou a intervenção da polícia – batizada Operação Arco Íris – para impedir a manifestação:

O evento (júri simulado) estava previsto para às 18h. Pouco antes desse horário a polícia militar de Santa Catarina ocupou as escadarias da catedral (local onde seria realizado o ato). Estavam presentes na área cerca de mil e quinhentas pessoas, na grande maioria curiosos.

Na confusão, tiros foram disparados e turistas argentinos ficaram feridos. Segundo a mensagem, 29 foram detidos e liberados na mesma noite, após interrogatório.

Mais tarde, quando cerca de 50 elementos (os ativistas), procuravam agitar os presentes para a realização do júri, e a PMSC iniciava uma ação procurando dissolver a massa, um tiro foi detonado (não sendo constatada a sua origem) e logo em seguida mais 3 ou 4 disparos. Dois turistas argentinos que encontravam nas imediações (sem participarem) foram atingidos superficialmente, sendo um na axila e outro na perna.

A professora do Colégio de Aplicação da UFSC, Ana Lice Brancher, era estudante à época e foi presa no dia do julgamento simulado. “Foi uma grande manifestação, a Praça XV de Novembro e as ruas ao redor dela, bem como o largo da Catedral estavam tomadas de gente. Veio cavalaria e tudo pra cima da gente”, afirmou. No final da tarde, dois policiais federais à paisana capturaram Brancher na rua João Pinto. “Passei quase a noite toda detida, prestando depoimento na PF do Estreito. Nelson Wedekin foi o advogado que estava lá para liberar a gente e os demais detidos. Claro que no meu depoimento neguei tudo, eles acreditaram, me deixaram em paz.”

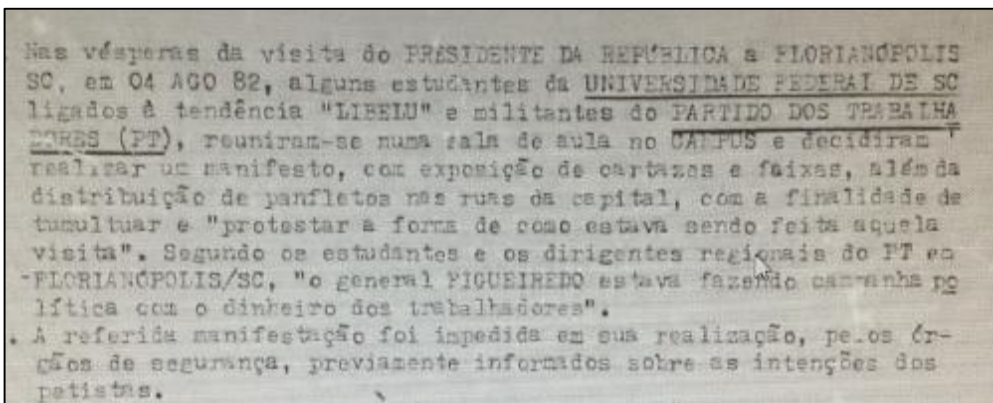
Ao final do julgamento real dos sete estudantes, em Curitiba, o procurador Bertino Ramos protestou: “Dizendo-se inconformado com a sentença absolutória recorreu ao SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM)”, revelou o documento produzido pelo SNI com críticas ao inquérito e denúncia. Para o serviço de informações da ditadura, a insistência do procurador “fortalece a campanha contra a referida lei”, a LSN.

No atual momento político, uma denúncia como essa, somada à apelação, para enquadrar estudantes na LSN sem que haja provas suficientes, fortalece a campanha contra a referida lei, além de motivar grupos interessados em tumultuar a vida nacional a novas tentativas, devido à repercussão alcançada e à certeza de absolvição.

O presidente Figueiredo voltou a Santa Catarina outras três vezes antes de terminar seu mandato, em visitas sem grandes

cerimônias de bajulação ou protestos contrários ao regime militar. Apontado por Figueiredo como um possível candidato à sucessão na Presidência, o ministro da Justiça, Petrônio Portella, sentiu-se mal em viagem para capital de Santa Catarina no início de 1980, poucos meses após a Novembrada. Dormira mal e vomitara. Voltou às pressas para Brasília, onde morreria dias depois.

Décadas após a Novembrada, Jorge Bornhausen, governador à época, ainda foge das perguntas sobre a confusão com o presidente em Florianópolis. “O errado era o presidente da República. (...) eu tenho relatado no meu livro com clareza todos os episódios, foi um momento muito difícil e acho que imprensa fez a cobertura que tinha de fazer”, afirmou.



Nas vésperas da visita do PRESIDENTE DA REPÚBLICA a FLORIANÓPOLIS SC, em 04 AGO 82, alguns estudantes da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SC ligados à tendência "LIBERU" e militantes do PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT), reuniram-se numa sala de aula no CAMPUS e decidiram realizar um manifesto, com exposição de cartazes e faixas, além da distribuição de panfletos nas ruas da capital, com a finalidade de tumultuar e "protestar a forma de como estava sendo feita aquela visita". Segundo os estudantes e os dirigentes regionais do PT em FLORIANÓPOLIS/SC, "o general FIGUEIREDO estava fazendo campanha política com o dinheiro dos trabalhadores". A referida manifestação foi impedida em sua realização, pelos órgãos de segurança, previamente informados sobre as intenções dos petistas.

Documento da ASI/UFSC de 1982, assinado por Ceccato, revelou que alguns “estudantes” e “militantes” planejaram manifestação contra nova visita do presidente Figueiredo. Segundo Ceccato, a manifestação foi impedida por agentes “previamente informados sobre as intenções dos petistas”. Fonte: Arquivo Nacional



Bayer assumiu a Reitoria pela segunda vez em 1980 – foi interino entre o fim de 1971 e início do ano seguinte. Agecom/UFSC

O reitor da abertura

O ministro da Educação, Eduardo Portella, indicou Ernani Bayer. Já Walter Pires, responsável pela pasta do Exército, sugeriu veto ao nome. Sobre a mesa do presidente Figueiredo havia seis atos de posse para o futuro reitor da UFSC. Cada documento era acompanhado por pareceres de órgãos de segurança e informações e ofícios de autoridades políticas, econômicas e militares em apoio aos candidatos. Caberia ao presidente dar a canetada que decidiria o mandatário de uma universidade que marcara a sua carreira política: meses antes, estudantes de Florianópolis haviam confrontado o general em episódio conhecido por Novembrada.

“O que o Walter Pires tem a ver com isso? Não é a área dele. O Senhor (Portella) nomeia o seu candidato”, afirmou o presidente, ao confirmar a escolha de Bayer.

A década de 1980 seria de distensão política na universidade. O decreto 477 fora revogado com a Lei de Anistia – os professores Osmar Cunha, Eugenio Doin Vieira, Aldo Ávila da Luz e Vilson Rosalino da Silveira foram reintegrados à UFSC por meio da dessa lei. O DCE voltaria a realizar eleições diretas, e os sindicatos e associações de servidores e professores arriscariam as primeiras greves. Bayer se lembrou de conversa com o presidente do Diretório, Adolfo Dias, sobre a condução da abertura na UFSC: “Nós vamos enfrentar alguma oposição, mas eu não posso ser reitor de uma universidade que proíbe manifestações”, teria dito ao estudante. “E o Stemmer tinha assinado uma portaria que proibia manifestações”, reforçou Bayer.

No dia da Novembrada, Bayer assistia a confusão meio de canto. Não queria alarde. Ainda que bem encaminhada, a nomeação como reitor não era garantida. “Eu vi que o pessoal não batia palma... vi que não estava bom”, lembrou. Quando retornou ao trabalho na Companhia de Desenvolvimento do estado (CODESC) – atuava no governo desde a gestão de Antônio Konder Reis – recebeu ligações de vários estados. Jornais, autoridades e empresários queriam detalhes sobre a confusão. “Aquilo me assustou um pouco. A abertura podia degradingolar”, afirmou.

Já reitor, Ernani Bayer procuraria o ministro da Educação, general Rubem Carlos Ludwick, durante reunião do CRUB. O assunto da conversa seria o julgamento dos sete estudantes denunciados por liderar a Novembrada. “Você acabou com uma greve de professores há pouco tempo, mas vai ter uma greve dos estudantes, mas greve nacional. Porque vão ser condenados os sete jovens que promoveram manifestação contra o presidente”, teria alertado. Segundo Bayer, o ministro pediu que um dossiê sobre o caso fosse levado para Brasília:

Ele logo viu que era um problema sério. Aí ele deve ter levado (o dossiê) ao Figueiredo. Depois eu soube que o presidente teria dito “ministro eu não posso concordar que se condene sete estudantes, porque foram muito mais. Então veja o que eu tenho de fazer para isentá-los de culpabilidade.” Mandaram preparar um ofício para a Junta Militar para isentar os sete nominados.

22/02/80	INFD nº386/116/ACT/ de 26/12/79	Informou à AC/SNI, que no dia 18 Dez 79, foi realizada a eleição para composição da Lista Sextupla, de onde será escolhido pelo Presidente da República, o próximo Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina. Os eleitores totalizando um número de 58 votantes elegeram o nominado para compor a lista.
29/02/80	TELEX nº2279/08/AC/SNI/ de 08/02/80	LDB/44703.C. Faz referência a Informação nº 386/116/ACT, de 26 Dez 79, solicitando seja fornecido conceito sobre o nominado, o qual está cogitado para Reitor da UFSC. Esclareceu que o mesmo é Professor na UFSC e reside à rua [REDACTED] -FLORIANÓPOLIS/SC.
29/02/80	INFD-VERBAL DCI/SSI/SC, 21/02/80	Atendeu solicitação desta Agência, fornecendo os registros citados do TELEX nº395/740/ACT/80 e outros já transcritos no presente prontuário.
29/02/80	TELEX nº395/740/ACT/ de 26/02/80	Em atendimento ao TELEX nº2279/08/AC/80, informou que o nominado possui os antecedentes já fornecidos através da Informação nº 0386/116/ACT/79 e que não há registros negativos após 1966. Informou também que o epígrafe durante a sua gestão como Reitor Pro-Tempore autorizou a implantação da ASI/UFSC, tendo sempre dado todo apoio aos integrantes da citada Assessoria.
23/04/80	D.O.U. de 24 ABR 80	Por Decreto de 23 de Abril de 1980, do Presidente da República, publicado no Diário Oficial da União de 24 de Abril de 1980, foi nomeado para exercer, por 4 (quatro) anos, o mandato de Reitor da Universidade Federal de SANTA CATARINA.
28/07/80	PR Nº 117/79 AC/SNI, de 07/07/80	Solicitou a esta Agência a confirmação do posicionamento assumido pelo Reitor da UFSC no que se refere à escolha dos dirigentes da Universidade. Segundo o Jornal "Folha de São Paulo" ed. 30 Maio de 1980 publicou matéria dando conta que o Reitor da UFSC teria proposto a modificação dos Estatutos daquela Universidade de modo que os membros da direção daquela entidade de ensino superior fossem eleitos mediante voto de estudantes. (PRG Nº 1382/80)

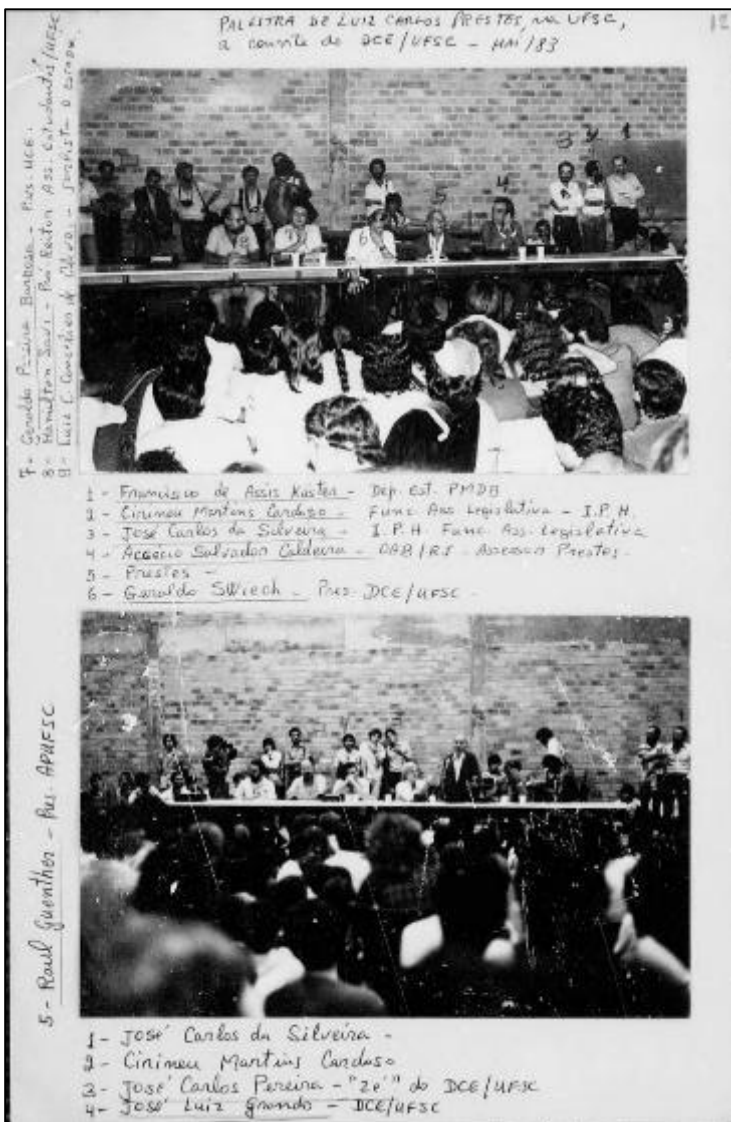
Recorte da ficha política de Ernani Bayer, com registros sobre diálogos entre órgãos de segurança e informações durante o período em que era candidato à Reitoria. Fonte: Arquivo Nacional.

Prestes na UFSC

Em maio de 1983, Luiz Carlos Prestes participou de cerimônia na UFSC pelo centenário de Karl Marx. Os passos do gaúcho que cruzou o país com a sua coluna contra a República Velha foram acompanhados por órgãos de segurança e informações na capital catarinense. O diretor da ASI/UFSC, José Antônio Ceccato ficou responsável pela transcrição da palestra e por identificar militantes em fotos. Entre os apontados, está Luis Carlos Cancellier, atual reitor da universidade, à época ligada ao movimento estudantil e PCB.



Na onda da abertura política, Prestes palestrou na UFSC. Os passos foram acompanhados de perto pelos órgãos de Segurança e Informação: o entulho da ditadura resistia. Fonte: Agecom/UFSC



Na imagem, agentes marcaram nomes de militantes sobre as fotos do evento.

8^a parte

**O último que
sair apague a
luz**

Malufaram a Reitoria

“Embora sabendo que contrariavam as normas regulamentares vigentes, desde SET 83”, a APUFSC, a ASUFSC e o DCE, “vinham discutindo entre si, propostas para a realização de eleições diretas com o intuito de escolherem o futuro reitor da Universidade Federal de Santa Catarina”. Desta forma, agentes do SNI em Curitiba descreveram o planejamento para primeira eleição direta realizada na UFSC.

Em listas separadas, Rodolfo Pinto da Luz foi escolhido reitor, enquanto Danilo Freire seria vice. O CUN montou a lista sêxtupla, respeitando os votos da comunidade universitária, e enviou para o presidente Figueiredo – a eleição não era tão direta assim. No fim, com a força do PDS catarinense, e do vice-governador e parente Henrique Cordova, o professor Aquiles Amaury Cordova Santos correu por fora e conseguiu a nomeação para vice-reitor, passando por cima da pretensa eleição direta.

Durante o regime militar, como não havia chapas com nomes para reitor e vice juntos, era comum que os escolhidos fossem de grupos distintos. O reitor Roberto Lacerda chegou a entrar em conflito com o vice, Hamilton Ramos Schaefer. Os escolhidos no início da década de 1980, Ernani Bayer e Nilson Paulo também eram de grupos distintos: o primeiro, reitor, foi escolhido pela força da bancada federal catarinense, Bornhausen e indicação do ministro da Educação, enquanto o segundo conseguiu apoio por ter ligações com a Escola Superior de Guerra (ESG).



Jornal do DCE ironizou a nomeação do vice-reitor ligado ao PDS: atropelaram a pretensa eleição direta. Fonte: Arquivo do DCE da UFSC

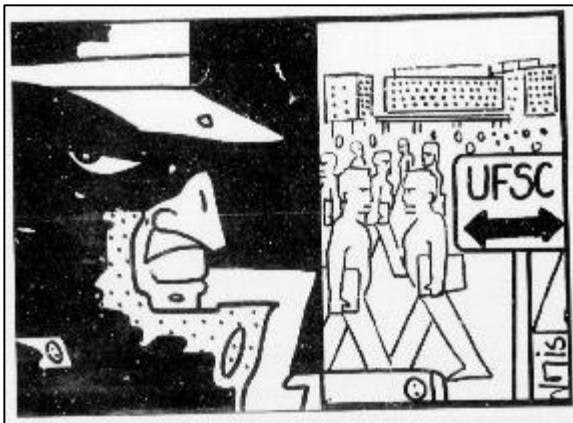
Sem rendição no fim da ditadura

A rede de informações da ditadura não se rendeu ao fim do regime. Continuou atento aos “subversivos”, produzindo relatórios com o mesmo tom dos anos anteriores.

Em 1987, a jornalista Raquel Wandelli virou alvo por reportagem que publicou no *Jornal de Santa Catarina* sobre a rede de informações do regime militar. A ASI/UFSC era um dos principais assuntos. “De conotação sensacionalista e inoportuna, (...) caracteriza tão somente, a intenção das esquerdas em denegrir o Sistema perante a opinião pública”, afirmou o documento do SNI sobre a publicação.

Wandelli é jornalista do INSS e ex-aluna da UFSC. Para o SNI, uma “ativista de esquerda”. Para a jornalista que entrevistou ex-diretores da ASI/UFSC, apesar de alegarem que o órgão era inofensivo e burocrático, as informações ficavam marcadas nas fichas políticas e poderiam trazer problemas numa hipotética guinada autoritária. “O regime endureceu algumas vezes na ditadura. Era muito recente o fim dela, poderia acontecer de novo.”

A investigação contra Wandelli parou no escritório e a jornalista não foi chamada para dar explicações. Porém, ela especula: “Depois de conhecer esses documentos, questiono se os empregadores tinham acesso às fichas políticas. Eu tive problemas com demissões e para assumir cargos”, afirmou Wandelli.



Charge publicada na reportagem de Raquel Wandelli, anexada ao relatório da ASI/TELESC. Fonte: Arquivo Nacional.

CONFIDENCIAL

REPORTAGEM SOBRE O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES PUBLICADA NO JORNAL DE SANTA CATARINA DE BLUMENAU/SC - MATÉRIA DE AUTORIA DE RAQUEL VIEIRA WANDELLI - AGO/87.

1. Na edição dos dias 23 e 24 AGO 87, à página 32, o Jornal de Santa Catarina de BLUMENAU/SC publicou uma reportagem sob o título "SNI NA ESPREITA PARA DAR O BOTE" (27).

3. Sobre RAQUEL VIEIRA WANDELLI, há os seguintes registros:

- Em 1984 fez parte da chapa "Vento Forte", idealizada e apoiada por militantes do PC do B, que concorreu e venceu as eleições para o DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UFSC.

- Em 1986, era colaboradora do Jornal Bernunça, de linha esquerdista.

4. Em relação ao que já foi publicado ou veiculado até aqui pela imprensa do país sobre o SNI e/ou comunidade de informações, nada há de novo na matéria focalizada.

É mais uma reportagem de conotação sensacionalista e inoportuna pois o seu conteúdo não guarda nenhuma relação com o propósito especulativo do título da matéria. Caracteriza tão somente, a intenção das esquerdas / em denegrir o Sistema perante a opinião pública.

Quanto a autora da matéria, os dados sobre ela, até aqui existentes, caracterizam-na como uma "ativista de esquerda".

Documento da ASI/TELESC de 1987 considerou "sensacionalista", com a "intenção das esquerdas em denegrir o Sistema", a reportagem publicada no Jornal de Santa Catarina sobre órgãos de segurança e informações. O diretor da assessoria da TELESC neste período era Tertuliano Cardoso Filho, antigo diretor da ASI/UFSC. Fonte: Arquivo Nacional.

NRS 1303/89

CONFIDENCIAL

01/03

"A TOMADA DO PODER NA UNIVERSIDADE" - DOCUMENTO DISTRIBUÍDO AOS ALUNOS DO CURSO DE JORNALISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA(UFSC) - OUT 89

1. Está sendo distribuído, ao Curso de Jornalismo da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA(UFSC), um documento chamando a atenção dos alunos para uma cartilha intitulada "A TOMADA DO PODER NA UNIVERSIDADE", que tem como objetivo estabelecer procedimentos para que estudantes e professores tomem o poder nas Universidades.

Em seu preâmbulo, o documento traz considerações sobre a linha de atuação dos que estão colocando em prática tal cartilha, ressaltando que os mesmos se constituem em "um grupo de indivíduos cruéis e egoístas de poder que cultuam a deslealdade, a corrupção e o ódio, contra todos os que não rezam pela sua CARTILHA".

Documento produzido por agentes de segurança e informações sobre a distribuição de um documento aos alunos do Jornalismo da UFSC, em 1989; SNI existiu até 1990. Fonte: Arquivo Nacional

Apêndice:

Perigo no Colégio de Aplicação

Em 1970, o secretário de Segurança de Santa Catarina, general Paulo Gonçalves Weber Vieira da Rosa, exigiu investigação dentro da UFSC sobre um trabalho realizado por alunos do Colégio de Aplicação. O que despertou atenção da ditadura foi uma tarefa do 1º colegial na disciplina de História Geral que perguntava sobre causas do subdesenvolvimento brasileiro. Nas repostas havia termos proibidos para a época: “democracia disfarçada – militarizada – corrupção”. Diante da preocupação do general Vieira da Rosa, conhecido como Rosinha, foi aberta sindicância na universidade. O diretor do Centro de Educação da UFSC, Nilson Paulo reuniu-se com o professor da disciplina investigada, Filomeno Neto. Após analisar as 19 folhas confiscadas dos cadernos concluíram que ali nada havia de subversivo. O caso foi arquivado. O professor “jamais falara a respeito de ‘Democracia Disfarçada - Militarizada-Corrupção’, responderam ao general. Ao perceber a resposta considerada subversiva dos alunos, o professor teria alertado: “eles estavam integralmente equivocados. Que o quadro era inverso, isto é, que o Governo Revolucionário estava combatendo as causas do subdesenvolvimento em nosso país.”



ESTADO DE SANTA CATARINA

Nº 168/GS/70

CONFIDENCIAL

Fpólis, em 12.03.1970.

Do: General Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública de Santa Catarina

Ao: Exmº Sr. Dr. JOÃO DAVID FERREIRA LIMA
Magnífico Reitor da UFSC

ASSUNTO: Informação (Presta).

1. No Ginásio de Aplicação, na matéria História Geral, professor FILGEMO NETO, foi pedido um trabalho de Grupo às alunas do Científico, sobre o assunto "CAUSAS DO SUB-DESENVOLVIMENTO".

2. Numa das chaves apontava-se PROBLEMAS POLÍTICOS (Realidade brasileira) com a anotação "DEMOCRACIA DISPARÇADA" - MILITARIZADA - CORRUPÇÃO.

Cordialmente,

Paulo Gonçalves Weber Vieira da Rosa
General PAULO GONÇALVES WEBER VIEIRA DA ROSA
Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública de SC

Cópias p/INF:

5º DirN.....1

SNI/NAFL.....1

Cu Mil. FL.....1

DPF/SC.....1

DEBAER/FL.....1

Pol. Mil. Sc...1 - 6

Secretário de Segurança, rosinha pediu investigação sobre trabalho de História com tema "causas do subdesenvolvimento". Fonte: Arquivo Central da UFSC

albert

Trabalho em grupo
Historia

Características do subdesenvolvimento

Realidade nacional

Sociais { Analfabetismo
Obsolescência
Desemprego
Índice de mortalidade muito alto
Baixa nutrição

econômico { Inflação
Sonegação de impostos
Falta de capital

Democracia disfarçada - militarizada
(Sonegação de impostos) burocratização do
(Falta de capital) poder

As folhas dos cadernos dos estudantes foram anexadas ao processo. Acima, o trabalho considerado subversivo, que desencadeou a investigação no Colégio de Aplicação. Fonte: Arquivo Central da UFSC.

Notas

Primeira Parte

1 – Os documentos produzidos por diplomatas dos EUA no Brasil foram retirados do repositório online da Brown University (<http://library.brown.edu/openingthearchives/>). O acervo reúne milhares de documentos produzidos principalmente entre 1963 e 1973. Segundo a descrição do projeto: “O projeto *Opening the Archives* é um esforço conjunto da Brown University, o National Archives and Records Administration, a Universidade Estadual de Maringá, e o Arquivo Nacional para digitalizar e indexar 100.000 documentos do governo dos Estados Unidos sobre o Brasil produzidos entre 1960-80 e torná-los disponíveis para o público em um site de acesso livre.”

2 – Declaração de Francisco Mastella durante sessão extraordinária do CUN de 31 de março de 1964, convocada para discutir a ação da polícia durante protestos nos dias 24 e 25 de março. A reunião ocorreu horas antes do golpe militar.

3 – Entrevista de Nereu do Vale Pereira para o Laboratório de História Oral da UFSC (LABHORAL)

4 – Entrevista de Luiz Henrique da Silveira para o *Jornal do Senado*, edição de 8 de abril de 2014. Disponível em: (<http://www12.senado.leg.br/jornal/edicoes/especiais/2014/04/08/luiz-henrique-201cnormalidade-so-veio-com-a-constituicao201d>).

5 – Documento da CIA, retirado do site (<http://www.foia.cia.gov/>), onde alguns registros da inteligência estadunidense foram disponibilizados. Há trechos censurados nesses arquivos, com tarjas pretas sobre as palavras.

6 – Retirado de: (<http://www.ricardosetti.com/gaveta-de-presidentes-jk-e-castello-de-uma-vez-so-capitulo-1-2/>)

Segunda parte

1 – Diálogo baseado em relato de Eglê Malheiros e Salim Miguel para Comissão da Verdade Paulo Stuart Wright, de Santa Catarina. Na década de 1980, Salim Miguel assumiria o comando da editora da UFSC, com resistência dos comandos militares.

2 – Delação retirada do processo de Salim Miguel no STM. A cópia digital do documento está no acervo online do projeto Brasil Nunca Mais (<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>).

3 – A chamada Lei Suplicy (Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964) forçou a troca de nome das entidades estudantis para Diretórios, com eleições e atividades controladas pelo governo.

4 – O diálogo dos ministros do STF está registrado na petição do Habeas Corpus.

5 – Além de militar, Gama D'Eça era arquiteto, responsável por planos diretores da cidade, que previam o crescimento de Florianópolis para o sul da ilha. Também foi professor e um dos fundadores do curso e Arquitetura da UFSC.

6 – Para realizar este trabalho solicitei o acesso aos documentos da UFSC relacionados ao regime militar via Lei de Acesso à Informação. Com ajuda da Procuradoria da UFSC, consegui consultar estes documentos com selos de secreto, reservado, etc.

Terceira Parte

1 – Antônio Carlos Konder Reis seria nomeado governador biônico em meados de 1970. Mais de um documento da diplomacia dos EUA, retirados do repositório da Brown University, destacam que o político teve a campanha prejudicada por rumores sobre a orientação sexual.

2 – A UNE realizou seminários nacionais sobre a reforma universitária antes do golpe.

3 – Acordos realizados entre o Ministério da Educação e a United States Agency for International Development (USAID) para reforma do ensino brasileiro.

4 – Retirado do livro “No corpo e na alma”, sobre as memórias de Derlei de Luca.

Quarta parte

1 – Vídeo sobre a formatura em que Costa e Silva foi paraninfo está disponível em:

(<http://video.rnp.br/portal/video/video.action;jsessionid=9904FABC79509E325F18019BAA4C5912?idItem=3658>)

2 – Discurso retirado do jornal *Correio da Manhã*, de 6 de dezembro de 1968.

3 – Retirado de reportagem do jornal *A Notícia*, de 13 de dezembro de 1998 (<http://www1.an.com.br/1998/dez/13/0ger.htm>)

4 – Retirado do livro *Médici: o depoimento de Roberto Nogueira Médici*

Quinta parte

1 – Retirado do livro “Pesquisas e Arquivos Políticos do PKB”, de Paulo Konder Bornhausen.

2 – Ainda que os documentos da ASI da UFSC tenham sido eliminados, segundo ex-diretores e dirigentes da universidade, há dezenas de registros no Arquivo Nacional. Eram os documentos que saíam da assessoria da UFSC para outros órgãos de segurança e informações, e lá ficavam armazenados. Parte destes acervos foi preservada e enviada ao Arquivo Nacional, que pode ser acessado em Brasília ou Rio de Janeiro.

Sexta Parte

1 – Entre 1970 e 1973, primeiros anos da Reforma Universitária na UFSC, os estudantes não escolhiam a graduação ao entrar na UFSC. Primeiro faziam vestibular para um centro de ensino. Ingressavam no Ciclo Básico. Depois, conforme as notas em disciplinas mais genéricas, seriam aprovados na graduação desejada. Após 1973, o candidato escolheria a graduação no ato da matrícula para o vestibular.

Rodrigo Patto Sá Motta, no artigo “As universidades e a ditadura”, publicado na *Folha de São Paulo*, em 20 de maio de 2014, e disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/05/1456878-rodri-go-patto-sa-motta-as-universidades-e-a-ditadura.shtml>, aborda as alterações estruturais promovidas pela reforma universitária, e a contradição entre as faces modernizadora e conservadora da reforma:

A reforma imposta pela ditadura teve outros aspectos relevantes: criou-se o sistema de vestibular unificado; reformou-se a carreira dos docentes, com dedicação integral e salários aumentados; implantou-se um sistema nacional de pós-graduação; expandiu-se o número de bolsas para incentivar a pesquisa e a pós-graduação; construíram-se novos campi; e aumentaram-se os laços com instituições estrangeiras. Porém, simultaneamente à modernização, as universidades foram intensamente atingidas pela repressão. Mais de mil estudantes foram afastados, assim como aproximadamente 300 docentes, entre demitidos e aposentados compulsoriamente, além de outros –em número difícil de precisar– tiveram a contratação barrada. Ademais, uma proporção elevada dos mortos ou desaparecidos por ação das forças repressivas pertencia à comunidade acadêmica, na esmagadora maioria estudantes universitários.

Em cursos mais disputados, como medicina, a concorrência era acirrada, e alunos chegavam a tentar boicotar outros colegas, ao destruir livros da Biblioteca Universitária, como relatou Ronaldo de Andrade, ex-presidente do DACEB.

2 – Todas as declarações de Marcos Cardoso Filho foram baseadas em carta enviada para família em 21 de dezembro de 1975. No documento manuscrito, Cardoso relatou o que passara durante a Operação Barriga Verde.

3 – Outros presos produziram carta denunciando as torturas da operação. O documento assinado por mais de 20 vítimas foi utilizado pelo advogado Acir Breda durante a defesa de alguns presos.

Sétima Parte

1 – Retirado do livro “Revolta em Florianópolis”, produzido como trabalho de conclusão de curso em jornalismo da UFSC por Felipe Miguel, publicado em 1995 pela Editora Insular.

2 - Entrevista de Rosângela Koerich de Souza para Mírian Elisa da Silva Aguiar Wagner, para trabalho de conclusão de curso em história na UDESC “Em cena, as mulheres: a novembrada como lugar de resistência”, apresentado em 2003.

Oitava Parte

1 – Entrevista de Valmir Martins retirado de “Memória viva: relatório I”, de Fernando Ponte de Sousa, José Carlos Mendonça, Valcionir Corrêa, organizadores. Florianópolis: Editoria Em Debate, 2012.

2 – A eleição para o DCE em 1969 foi abordada durante o 4º capítulo.

3 – Análise realizada por membros da Comissão da Memória e Verdade da UFSC. O relatório final da comissão será apresentado ao CUN no final de 2016. A CMV-UFSC foi criada, por unanimidade, em sessão do CUN de 16 de dezembro de 2014.

Bibliografia

- ANDRADE, Lédio R. **Abaixo as ditaduras: História do movimento estudantil catarinense – 1974 a 1981.** Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.
- ARAÚJO, Camilo Buss. **Marmiteiros, agitadores e subversivos: Política e participação popular em Florianópolis, 1945-1964.** 2013. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas.
- ATCON, Rudolph P. **Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira.** Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura [Diretoria do Ensino Superior], 1966.
- Blass, Arno. **Caspar Erich Stemmer: Administração, ciência e tecnologia.** Brasília: Paralelo 15, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.
- BRANCHER, Ana Lize. LOHN, Reinaldo Lindolfo (orgs.) **Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964-1985).** Florianópolis. EdUFSC, 2014.
- BRISTOL, Lidia Schneider. **Mulheres no Movimento Estudantil de Florianópolis (1975-1979).** Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em História/ UFSC
- CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistemas partidários em Santa Catarina (1945 - 1979).** Florianópolis: UFSC, 1990.
- DE LUCA, Derlei. **No corpo e na alma.** Criciúma: Ed. Da Autora, 2002.
- LOHN, LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana. Florianópolis, 1950 a 1970.** Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- LIMA, João David Ferreira. **O que eu planejava para a universidade de Santa Catarina.** Florianópolis: Jornal O Estado, 10 março de 1963. p. 08.

- _____. **UFSC\ sonho e realidade**. Florianópolis/ SC: UFSC, 1980.
- MARTINS, Celso. **Os quatro cantos do Sol: operação barriga verde em Florianópolis**. Florianópolis: EdUFSC, 2006.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Revolta em Florianópolis: a novembrada de 1979**. Florianópolis: Insular, 1995.
- MIGUEL, Salim. **Primeiro de abril: narrativas da cadeia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- MOTTA, Rodrigo P. Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MORETTI, Serenito A. **Movimento estudantil em Santa Catarina**. Florianópolis: IOESC, 1984.
- NECEKEL, Roselane, KUCHLER, Alita D. C. (orgs) **UFSC 50 anos: trajetórias e desafios: UFSC**, 2010.
- PEREIRA, Diego Pereira. **Cidade ébria: esquerdas, bares e memórias (Florianópolis, décadas de 1960 e 1979)**. Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em História /UDESC, 2009.
- PEREIRA, Moacir. **Ivo Silveira: Um Depoimento**. Florianópolis: Insular, 1998.
- SANTA CATARINA, Universidade Federal de. **Atas do Conselho Universitário**. Florianópolis/SC, 1962-1985.
- SILVA, Elizabeth Farias da. **Ontogenia de uma Universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980)**. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo. 2000
- SILVA, Aurea Oliveira. **A prender a calar e aprender a resistir: a pedagogia do silêncio em Santa Catarina**, Dissertação de Mestrado em Educação, PPGE/UFSC, Florianópolis, 1993.
- VIEIRA, Jaci Guilherme. **História do PCB em Santa Catarina: da sua gênese até a Operação Barriga Verde – 1922 a 1975**. Dissertação de Mestrado em História, PPGHST/UFSC, Florianópolis, 1994.